



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS (CAHL)

COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL (SER)

LARISSA GABRIELA DE NOVAIS COELHO

**A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM
ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO JOAQUIM CORREA,
CACHOEIRA-BA.**

CACHOEIRA – BA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS (CAHL)
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL (SER)

LARISSA GABRIELA DE NOVAIS COELHO

**A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM
ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTÔNIO JOAQUIM CORREA,
CACHOEIRA-BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Ms.^a Márcia da Silva Clemente.

CACHOEIRA – BA

2014

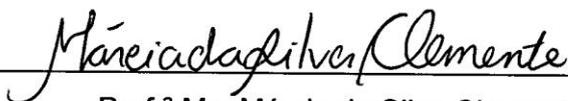
LARISSA GABRIELA DE NOVAIS COELHO

A IMPORTANCIA DA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO:

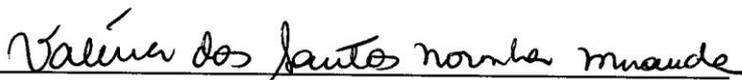
um estudo de caso no Colégio Estadual Antonio Joaquim Correa, Cachoeira-Ba

Cachoeira – BA, aprovada em 17/11/2014.

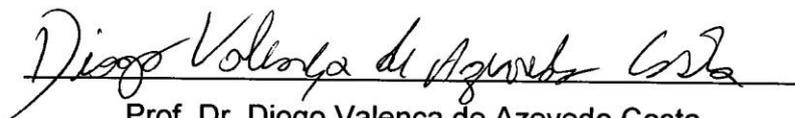
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms. Márcia da Silva Clemente
(Orientadora – UFRB)



Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha Miranda
(Membro Interno – UFRB)



Prof. Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa
(Membro Interno – UFRB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao grandioso Deus que me concedeu a vida e me mantém a cada dia, obrigada Senhor pelas inúmeras bênçãos e por estar sempre ao meu lado dirigindo os meus passos.

Aos meus pais, Tatiana e Jailton, pelos conselhos, dedicação, amor, e por me ensinarem os verdadeiros valores, muito obrigado por tudo, sem vocês nada disso seria possível, amo vocês!

Agradeço também ao meu irmão Felipe pelo auxílio e por fazer parte desta caminhada, ao meu namorado Rodrigo, pela ajuda, carinho e companheirismo, ao meu padrasto Benilto pelo incentivo, as minhas amigas Ana Paula, Tatiane, Walquíria e a Naiara pela força, e a todos os demais familiares e amigos pelo apoio e por torcerem por mim.

Sou grata também aos meus colegas de classe que estiveram ao meu lado durante a graduação, em especial as minhas amigas e companheiras Juliana, Luciana e Hortência, foram mais de quatro anos de lutas que nos proporcionaram momentos únicos e nos levaram a conquista desta grande vitória!

A minha orientadora, a Prof.^a Ms.^a Márcia da Silva Clemente, muito obrigada por me acompanhar e auxiliar neste momento tão especial da minha vida, e a todos os mestres que ao transmitirem conhecimento contribuíram para a minha formação profissional e construção deste trabalho.

O meu muito obrigado ao Colégio Estadual Antônio Joaquim Correa, por ter aberto as portas para a realização da minha pesquisa, sou muito grata a todos que se dispuseram a participar.

E aos que de alguma forma estiveram presentes em minha vida ao longo desta trajetória.

“Se a realidade é inesgotável, temos sempre que começar de novo. Nenhuma teoria acaba a discussão, apenas a repõe e a redireciona.”

Pedro Demo.

RESUMO

O espaço educacional, em suas várias modalidades de ensino, reflete as contradições e desigualdades sociais que se fazem presentes na vida em sociedade, por ser um ambiente social que envolve complexos laços formados por uma série de indivíduos que carregam seus dilemas e problemáticas de vida decorrentes também do sistema social de classes, a escola não está isenta de se deparar com as várias expressões da questão social as quais refletem no comportamento, na aprendizagem e nas relações da comunidade escolar. Diante de tais circunstâncias este trabalho se propõe a reafirmar a necessidade da inserção do serviço social na educação, sendo este um profissional especializado que tem a própria questão social como seu objeto de trabalho. Para atingir este objetivo foi realizada uma retrospectiva histórica da educação nacional e da elaboração da LDB, para entender a situação atual da educação brasileira, uma apresentação da luta do serviço social para a inserção do assistente social na educação, uma discussão sobre a questão social na escola e da necessidade da existência deste profissional atuando no ambiente educacional, bem como a realização de um estudo de caso qualitativo através da aplicação de questionários voltados para os diversos profissionais de educação do Colégio Estadual Antônio Joaquim Correa – Ba. As respostas possibilitaram evidenciar a presença de várias problemáticas neste espaço, dentre elas violência, uso de drogas, bullying, gravidez na adolescência, evasão escolar, bem como a interferência que fatores externos tais como conflitos familiares têm causado no comportamento e na aprendizagem dos alunos, e que os profissionais não sabem lidar com tais circunstâncias. Neste sentido, observou-se a real necessidade da presença do assistente social na escola, visto que o mesmo estaria atuando no combate as várias expressões da questão social, como também pela garantia dos direitos.

Palavras-chave: educação, serviço social, questão social na escola.

ABSTRACT

The educational space, in its various modes of teaching, reflects the contradictions and social inequalities that are present in society, being a social setting that involves complex bonds formed by a number of individuals who carry their dilemmas and problems of life arising also the social class system, the school is not exempt from encountering the various expressions of social issues which reflect on behavior, learning and relationships in the school community. Given these circumstances this work proposes to reaffirm the need for the inclusion of social work education, this being a skilled professional who has the social question as its own object of study. Given these circumstances this work proposes to reaffirm the need for the inclusion of social work education, this being a skilled professional who has the social question as its own object of study. To achieve this goal a retrospective history of national education and the development of BDL was performed to understand the current situation of Brazilian education, a presentation of the struggle of social service for the inclusion of social workers in education, a discussion of social issues in school and the need for the existence of this professional working in the educational environment as well as the realization of a qualitative case study through questionnaires directed to the various education professionals of the State College Antônio Joaquim Correa - Ba. The answers highlight the possible presence of several problems in this space, among them violence, drug use, bullying, teen pregnancy, school dropout and interference that external factors such as family conflicts have caused the behavior and student learning, and that professionals do not know how to deal with such circumstances. In this sense, we found a real need for the presence of the social worker in school, because it would be acting in combating the various expressions of social issues, but also the guarantee of rights.

Keywords: education, social service, social issues at school.

LISTA DE SIGLAS

ABE - Associação Brasileira da Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

LDBN/LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica

CPCs -Centros Populares de Cultura

MCPs -Movimentos de Cultura Popular

UNE - União Nacional dos Estudantes

MEB - Movimento de Educação de Base

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

MEC - Ministério da Educação e Cultura

USAID - Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PNE - Plano Nacional de Educação

SAEB - Sistema de Avaliação do Ensino Básico

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

ProUni - Programa Universidade para Todos

Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

EJA - Educação para Jovens e Adultos

Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

Enade - Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

Peti - Programa de Erradicação do Trabalho infantil

CONAE - Conferencia Nacional de Educação

SEB - Secretaria de Educação Básica

SESU- Secretaria do Ensino Superior

UFCA - Universidade Federal do Cariri

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UFOBA/UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFESBA /UFSB- Universidade Federal do Sul da Bahia

PLC - Projeto de Lei da Câmara

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

GT – Grupo de Trabalho

Abepss - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

Enesso - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

Andes-SN - Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior

CSSF - Comissão de Segurança Social e Família

CEC - Comissão de Educação e Cultura

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FADBA/IAENE – Faculdade Adventista da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	13
Tópico I - História da Educação no Brasil: do período Colonial ao governo Dilma.....	13
Tópico II – Discussão sobre a LDB: construção e análise.....	52
CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	59
Tópico I – Trajetória da elaboração dos Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.....	59
Tópico II – A Questão Social na Escola e à atuação do Serviço Social.....	70
CAPÍTULO III – CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	80
Tópico I - Tipo da Pesquisa.....	80
Tópico II - Instrumento de Coleta de Dados.....	81
Tópico III - Sujeitos da Pesquisa.....	82
Tópico IV - Local da Pesquisa.....	82
Tópico V - Perfil dos Participantes.....	84
Tópico VI - Análise e Discussões.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	131

INTRODUÇÃO

O espaço educacional se configura como sendo essencial para a preparação do indivíduo para a vida social, é neste meio que as crianças, os jovens e adultos receberão apoio e instrução necessários para que os mesmos desenvolvam um posicionamento crítico além de competência e capacidade para desempenharem funções e conviverem em sociedade.

Percebe-se então que o ambiente educacional tem como uma de suas atribuições atuar como auxiliador da família no processo de educar, visto que o que é apreendido em casa e na escola contribui de forma decisiva na formação do indivíduo. O comportamento do aluno e sua capacidade de aprendizagem estão diretamente ligados às relações sociais desses sujeitos no ambiente escolar, na comunidade e no meio familiar, desta forma evidencia-se que o bom funcionamento, a qualidade dos serviços e a garantia da acessibilidade deste espaço são de extrema importância para que os indivíduos tenham um bom desenvolvimento intelectual, cultural e social.

Entendendo a importância que a educação tem na vida do sujeito é que o serviço social tem buscado, por meio de lutas da categoria, inserir este profissional neste espaço de trabalho, visto que, os colégios têm apresentado dificuldades para desempenharem sua função de educadores sociais, pois, em muitos casos, os problemas sociais vivenciados pelos alunos dentro e fora dos muros das escolas, tais como violência, gravidez na adolescência, e uso de drogas não são tratados ou levados em consideração como deveriam.

Neste sentido, os objetivos deste trabalho consistem em realizar uma discussão sobre a história da educação no Brasil, a LDB e os Subsídios do Serviço Social na Educação, apresentar um debate sobre a importância do Serviço Social na escola, com ênfase na questão social e reafirmar, com base na análise dos questionários aplicados no Colégio Estadual Antônio Joaquim Correa e dos materiais bibliográficos da área, que estes problemas existem na escola, que os mesmos interferem no comportamento e na aprendizagem do estudante, bem como nas relações da comunidade escolar, e que os profissionais da educação por si só não conseguem lidar com as várias expressões da questão social, necessitando assim da presença do assistente social, um profissional especializado que estará atuando no combate a tais problemáticas, na busca da garantia dos direitos visando fortalecer os laços entre escola-família- comunidade, potencializar a aprendizagem educacional, promover à inclusão social, a emancipação dos sujeitos, a formação da cidadania.

No primeiro capítulo tratamos da história da educação no Brasil, desde o Brasil colônia, até o governo Dilma Roussef. Realizamos também uma discussão sobre a Lei de diretrizes e Bases da Educação.

No segundo capítulo, tratamos do documento do serviço social sobre os subsídios da atuação do serviço social na educação, bem como os dados relativos a questão social na escola. Para tanto nos aportamos nos estudos de autores do serviço social, como Ney Almeida e Yamamoto.

O terceiro capítulo consiste em constatar a importância da inserção do serviço social na educação, em especial no ambiente escolar, foi realizado um Estudo de Caso no Colégio Estadual Antônio Joaquim Correa – BA. Tal estudo se caracteriza por ser um tipo de pesquisa voltada para um ambiente, sujeito ou unidade particular em que se realiza uma análise profunda e detalhada, Severino (2007),o define como, “Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo.” (SEVERINO, 2007, p. 121)

A realização desta pesquisa pode ser dividida em duas partes, no primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico de materiais voltados para a temática do serviço social na educação, sendo utilizados livros, revistas e artigos eletrônicos, legislações, entre outras fontes de informação que foram utilizadas para fundamentar o estudo. No segundo momento foi realizada a coleta de dados a partir da aplicação de questionários aos profissionais de educação do colégio escolhido e posteriormente a análise das respostas apresentadas.

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO NO BRASIL: HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA LDB

Tópico I - História da Educação no Brasil: do Período Colonial ao governo Dilma

Este tópico tem como objetivo realizar uma retrospectiva histórica da educação brasileira, partindo do período colonial, caracterizado pelo domínio da educação trazida pelos jesuítas, até o período atual, apresentando o governo Dilma e suas políticas educacionais. Esta proposta pretende mostrar resumidamente como o sistema educacional brasileiro se estruturou ao longo dos séculos e as principais medidas de cada governo. Entende-se que é de suma importância a compreensão e o entendimento de como a educação do país foi sendo construída, visto que os acontecimentos que marcaram a história interferem direta ou indiretamente na forma como ela se encontra nos dias de hoje.

A história da educação brasileira será apresentada com base na visão e nas informações trazidas por autores como: José Luiz de Paiva Bello, através de seu texto intitulado “Educação no Brasil: a História das rupturas”; Paulo Ghiraldelli Jr, em sua obra “História da Educação Brasileira”, Otaíza Oliveira Romanelli, através de seu livro, “História da Educação no Brasil”; entre outros.

Segundo Bello (2001), a História da Educação Brasileira é marcada por rupturas as quais iremos nos reportar no decorrer deste tópico. Cada época traz mudanças que caracterizam os momentos vividos em diferentes contextos.

Período Colonial

A primeira grande ruptura da história do país é marcada pela chegada dos portugueses ao Brasil. Embora os colonizadores tenham trazido um padrão de educação oriundo da Europa, as populações nativas já possuíam seu próprio método de educar, os adultos eram responsáveis por este processo, em especial os membros da própria família. A educação indígena se distinguia do modelo europeu por inúmeros fatores, dentre eles, por não haver marcas tão repressivas quanto o método utilizado no velho mundo, em muitas tribos o pajé tinha um papel central, sendo o principal responsável pelos valores culturais. (BELLO, 2001)

A educação escolar brasileira teve seu “ponta pé” inicial com o fim do regime das capitânicas hereditárias (1532-1549). Este regime foi substituído pelo Governo Geral, criado por D. João III, o qual teve como seu primeiro administrador, Tomé de Sousa. Em seu

governo vieram para o país o padre Manoel de Nóbrega e outros dois jesuítas, os quais foram os primeiros professores da colônia. A vinda dos primeiros jesuítas a nova colônia em março de 1549 teve um efeito repressor a educação indígena, visto que eram utilizados diferentes métodos de ensino¹.

Em 1550 os jesuítas ergueram a primeira escola brasileira, situada em Salvador, na Bahia. Coordenada pelo Padre Manuel de Nóbrega, a embrionária instituição tinha como mestre o Irmão Vicente Rodrigues, o qual, com apenas 21 anos de idade se tornou o primeiro professor a utilizar o modelo europeu na colônia portuguesa. O professor Vicente Rodrigues dedicou 50 anos de sua vida a carreira, tendo como foco o ensinando a respeito da fé religiosa.

Os jesuítas que vieram para o Brasil se dedicaram a catequização e a educação dos índios, pois entenderam que para disseminar a fé católica aos nativos era de suma importância que os mesmos aprendessem a ler e escrever. Neste sentido os jesuítas buscaram ensinar os índios a língua portuguesa, como também profissões e operações mentais básicas como contar, utilizando-se para este fim, o teatro, o canto e outras atividades lúdicas.

Inicialmente o plano de ensino utilizado pelos jesuítas na colônia foi uma adaptação elaborada pelo padre Manoel de Nóbrega, o mesmo propunha como plano básico o ensino do português, a doutrina cristã e a escola de ler e escrever. Seguida desta fase o aluno aprendia música instrumental e canto orfeônico², posteriormente poderia finalizar os estudos aprendendo o trabalho realizado na agricultura, seguidas de aulas de gramática, no entanto, para completar sua formação o mesmo teria que se deslocar para a Europa, em busca de universidades para assim ingressar no ensino superior.

Embora os jesuítas tenham enfrentado obstáculos como o nomadismo, e a resistência dos índios, seu trabalho foi avançando gradativamente no país, pois além de oferecerem educação gratuita e serem os responsáveis pela educação dos nativos, os mesmos também foram posteriormente encarregados de educar os brancos. No ano de 1564 surge o primeiro

1. Segundo Ribeiro (2007, p. 18), Antes da chegada dos jesuítas ao Brasil, “em decorrência do estágio primitivo em que se encontravam as populações indígenas, a educação não chegara a se escolarizar. A participação direta da criança nas diferentes atividades tribais era quase que suficiente para a formação necessária quando atingisse a idade adulta.” Percebe-se então que não havia na colônia uma educação institucionalizada, escolas e um método pedagógico, os índios aprendiam com as suas experiências vivenciadas diariamente, diferente do costume cultural local, os padres da companhia de Jesus tentaram enquadrar os índios ao modelo de ensino europeu.

2. “O canto orfeônico tem características próprias que o distinguem do canto coral dos conjuntos eruditos. Trata-se de uma prática da coletividade em que se organizam conjuntos heterogêneos de vozes e tamanho muito variável. Nesses grupos não se exige conhecimento musical ou treinamento vocal dos seus participantes.” GOLDEMBERG, 1995, p. 105.

colégio para brancos situado na Bahia. Em 1570, além da escola de Salvador, a obra jesuítica já era composta por cinco escolas de instituição elementar situadas em Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, São Paulo, Piratininga, Espírito Santo, e três colégios situados no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Quando os jesuítas chegaram por aqui eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também os métodos pedagógicos. Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, o *Ratio Studiorum*. Eles não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar mantinham cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. (BELLO, 2001 p. 1)

Tais métodos pedagógicos se baseavam na repetição, memorização e provas periódicas, o mesmo substituiu o plano educacional proposto por Nóbrega, o qual era utilizados no país até então. O *Ratio Studiorum* (Ordem dos Estudos) era constituído por um conjunto de normas e estratégias de ensino que tinha como objetivo principal a formação integral do homem cristão. (GHIRALDELLI JR, 2009, p.25)

Apesar de organizadas, as escolas jesuítas sofriam com problemas como a falta de recursos como alimentação e remédios, e com a falta de professores; na maioria das vezes o ensino das primeiras letras era realizado pela família ou por um receptor pago por elas, visto que no que diz respeito a educação para brancos, os jesuítas se especializaram mais na formação de jovens já basicamente instruídos do que na educação infantil.

Além dos problemas expostos a educação realizada pelos jesuítas não se enquadrava à realidade vivida pelo Brasil. Neste sentido Romanelli (1986) afirma que:

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (do ponto de vista nacional, como quer Fernando de Azevedo), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. [...] O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo. Podia, portanto, servir tão-somente à ilustração de alguns espíritos ociosos que, sem serem diretamente destinados à administração da unidade produtiva, embora sustentados por ela, podiam dar-se ao luxo de se cultivarem [...]. (ROMANELLI, 1986, p. 34).

O modelo de educação jesuítica foi soberano de 1549 a 1759, quando o Marquês de Pombal, que comandava Portugal na neste período, marca a história da Educação Brasileira ao expulsar a Companhia de Jesus da colônia. Um novo período se inicia após 210 anos da presença e da realização do trabalho destes educadores no país. Neste tempo os jesuítas

tinham no país cerca de cem estabelecimentos de ensino, aproximadamente 25 residências, 36 missões, 17 colégios e seminários, além de seminários de menor porte e escolas de alfabetização em todas as cidades em que havia a presença de casas da Companhia de Jesus. Foram expulsos do Brasil aproximadamente 509 jesuítas, sendo 124 da Bahia, 199 do Rio de Janeiro, 133 do Pará e 53 de Pernambuco.

Os colégios jesuítas tiveram grande influência sobre a sociedade e sobre a elite brasileira. Não foram muitos diante das necessidades da população. Todavia, foram suficientes para gerar uma relação de respeito entre os que eram donos das terras e os que eram donos das almas. (GHIRALDELLI JR, 2009, p.26)

Pode-se perceber então que a educação brasileira trazida pelos padres jesuítas teve um importante papel na disseminação da cultura europeia, na reprodução das relações de dominação e da ideologia da classe detentora do poder, contribuiu assim, diretamente para a dominação pacífica dos índios e dos escravos pelos colonizadores. A educação da Companhia de Jesus contribuiu para solidificar o sistema de classes presente no país, pois preparava os filhos dos latifundiários e dos membros da coroa portuguesa para assumirem cargos de poder, formavam os futuros padres e/ou educadores que continuariam o legado da ordem jesuíta e utilizavam a educação para estabelecer as relações de produção existentes.

Período Pombalino

O segundo momento da história da educação brasileira ficou conhecido como Período Pombalino, que durou de 1760 a 1808. Da organização educacional anterior ministrada pelos padres da Companhia de Jesus, restaram apenas o Seminário Episcopal, no Pará, e os Seminários de São José e São Pedro, que não estavam sob o domínio dos jesuítas; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia, e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro.

O Marquês de Pombal, então ministro de Estado de Portugal, expulsou os jesuítas das terras brasileiras objetivando mudar o foco da educação nacional e adaptar Portugal e suas colônias as transformações que ocorriam na Europa. Enquanto os jesuítas visavam à propagação da fé católica, Pombal, influenciado pelos pensamentos iluministas da época visava o lado materialista dos seres humanos, seu objetivo era usar a educação para servir aos interesses do Estado, no intuito de auxiliar Portugal a se reerguer da decadência que se encontrava diante de outros países europeus, não só no que diz respeito a parte econômica e comercial, mas também física.

No que diz respeito à nova proposta educacional trazida por Pombal para o Brasil, Ribeiro (2007) afirma que,

A orientação adotada foi de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica, torna-los os mais práticos possíveis. Surge, com isso, um ensino público propriamente dito. Não mais aquele financiado pelo Estado, mas que formava o indivíduo para a Igreja, e sim financiado pelo e para o Estado. (RIBEIRO, 2007, p. 33)

A partir de 1759 foram adotadas no país as aulas régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, as quais foram elaboradas pelo Marques de Pombal em Portugal e em suas colônias através do Alvará de 28 de junho de 1759. Foram estabelecidos concursos públicos, análise de literatura educacional e criada a Diretoria de Estudos, que passou a funcionar tempos depois. As aulas régias eram ministradas por um único professor, se caracterizavam por serem independentes e isoladas, não havendo articulação umas com as outras. Os próprios professores eram responsáveis por organizar seus locais de trabalho e solicitavam do governo o pagamento pela sua atuação profissional, o material didático utilizado pelos jesuítas foi substituído pelos livros produzidos pela Imprensa Régia.

O Alvará de 28-6-1759 criava o cargo de diretor geral dos estudos, determinava a prestação de exames para todos os professores, que passaram a gozar do direito de nobres, proibia o ensino público ou particular sem licença do diretor geral dos estudos e designava comissários para o levantamento sobre o estado das escolas e professores. (RIBEIRO, 2007, p. 33)

A reforma proposta por Pombal visava subordinar o latim ao português, visto que os alunos só aprenderiam a língua latina pós dominarem a leitura a escrita e cálculos em português. Isso porque a colônia necessitava de pessoas que soubessem fazer tais operações em português para que as ações e relações comerciais pudessem ser ampliadas na colônia, e consequentemente o aumento e acúmulo de capital.

Neste período ainda não há presença de instituições de ensino superior no país, os que se interessavam por obter formação profissional tinham que se mudar para o exterior, apenas uma pequena parcela dos alunos continuavam seus estudos na Europa, o restante se dedicava a igreja, a agricultura e ao funcionalismo público.

Com o passar do tempo Portugal percebeu que a educação brasileira estava estagnada, e como solução para a realização da manutenção dos ensinos médio e primário instituiu-se um imposto, o subsídio literário, que além de contribuir para o ensino também foi utilizado para a construção de farmácia, fábricas de ferro entre outras. Tal imposto foi criado em 1772 e

sobrevinha na carne, no vinho, no vinagre e na aguardente. Além de insuficiente, a taxa era cobrada com irregularidade e os professores ficavam longos períodos sem receber remunerações. A situação da educação no país se mostrava precária, em geral os professores eram nomeados por indicação, não tinham preparação, eram mal pagos, e tinham uma total liberdade para realizarem suas aulas régias.

Embora as mudanças provocadas por Pombal não tenham melhorado a situação educacional do país como se esperava, pode-se destacar como ponto positivo desta época a formação de importantes intelectuais, que influenciados pelo Iluminismo disseminado na Europa, colaboraram na diferenciação de pensamentos na sociedade brasileira, entre eles pode-se destacar Francisco José Lacerda e Almeida (geólogo), Alexandre Rodrigues Ferreira (médico e naturalista), José Bonifácio de Andrade e Silva (mineralogista) Silva Alvarenga (poeta), e José Joaquim de Azevedo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda em 1800.

Conclui-se que as propostas implantadas por Pombal precarizaram a educação brasileira no início do século XIX, sua tentativa de substituir o sistema jesuítico em um modelo superior foi fracassada, sua proposta não conseguiu nem ao menos dar continuidade ao trabalho realizado pelos jesuítas na educação visto que o sistema apresentava graves problemas como a desorganização, falta de recursos e de preparo de muitos educadores. O objetivo de Pombal se resumia na tentativa de transformar a colônia em um centro capitalista, suas propostas educacionais visavam a qualificação de pessoas através do ensino da leitura e da escrita, para que ocorresse a ampliação das relações comerciais da colônia, o que contribuiria para alavancar a economia e conseqüentemente para a acumulação do capital, tão almejada pelo Estado.

Período Joanino

O quadro da educação nacional passa a mudar com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, caracterizando assim uma nova fase na história da educação do país. Embora não se tenha conseguido implementar um sistema educacional na colônia portuguesa até então, para preparar a chegada da realeza, D. João VI abriu uma série de cursos, tanto profissionalizantes e nível médio, quanto superior, Academias Militares e Escolas, dentre elas a de Direito e Medicina, criou portos para o comércio, a Imprensa Régia, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, o primeiro jornal (A Gazeta do Rio) e a primeira revista (As Variações ou Ensaios de Literatura).

Segundo Romanelli (1986),

A presença do príncipe Regente, D. João, por 12 anos, trouxe sensíveis mudanças no quadro das instituições educacionais da época. A principal delas foi sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não-teológicos) na Colônia. Embora organizados na base de aulas avulsas, esses cursos tinham um sentido profissional prático. Dentre as escolas superiores, distinguiram-se a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar, esta mais tarde transformada em Escola Central e Escola Militar de Aplicação, que tiveram a incumbência de formar engenheiros civis e preparar a carreira das armas. Os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro foram as células das nossas primeiras Faculdades de Medicina. Não se pode omitir a criação de um curso de Economia Política, que ficou a cargo de José da Silva Lisboa. O Gabinete de Química organizado na Corte e o Curso de Agricultura criado na Bahia, em 1812, foram duas tentativas de implantação do ensino técnico superior, que, se não vingaram, pelo menos tiveram o mérito de trazer para a Colônia opções diferentes em matéria de educação superior [...]. (ROMANELLI, 1986, p. 38).

Apesar das mudanças a educação continuou sendo uma importância secundária, visto que nas colônias espanholas já existiam muitas universidades nesta época, em 1538 já havia sido construída a Universidade de São Domingos e em 1551, a do México e a de Lima, sendo que a primeira universidade do Brasil surgiu em 1934, em São Paulo.

O ensino primário permanece com o mesmo sistema educacional, a escola de ler e escrever. Com relação ao ensino secundário Ribeiro (2007) afirma que,

Permanece a organização das aulas régias, tendo sido criadas “pelo menos umas 20 cadeiras de gramática latina”. Essas cadeiras e as de matemática superior em Pernambuco (1809), a de desenho e história em Vila Rica (1817) e a de retórica e filosofia em Paracatu (MG-1821) integram-se a um conteúdo de ensino em vigor desde a época jesuítica. Foram criadas também duas cadeiras de inglês e uma de francês no Rio. (RIBEIRO, 2007, p.42)

Pode-se perceber que neste período conhecido como Joanino (que durou de 1808 a 1821) a mudança mais significativa foi a vinda do ensino superior, de alguns cursos e a criação da Imprensa Régia, visto que a mesma possibilitou a divulgação e discussão dos fatos e dos pensamentos dos letrados da época. Nenhuma mudança muito significativa foi realizada no ensino primário e secundário.

Período Imperial

O período Imperial que vai de 1822 a 1888 se inicia com a volta de D. João VI a Portugal em 1821. O mesmo é marcado pela proclamação da Independência por D. Pedro I e pela elaboração da primeira Constituição Brasileira em 1824, a qual continha um tópico específico sobre educação que visava estabelecer um sistema nacional de ensino. Tal

documento afirmava que o Império deveria possuir escolas de nível primário, secundário e universidades para garantir o ensino superior. O Art. 179 da Constituição afirma que “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. (COSTA, 2002, p. 22)

Devido a falta de professores para lecionar, foi apresentado ao país em 1823 o Método Lancaster³, que veio a ser oficialmente instituído pela Lei de Outubro de 1827. Esse método era também conhecido como ensino ou ajuda mútua entre alunos mais adiantados e alunos menos adiantados. O mesmo se caracteriza por ser um modelo em que um aluno é treinado (decurião) para ensinar um grupo de dez alunos (decúria) sob a inspeção de um monitor que supervisionava seu trabalho (não necessariamente alguém que tivesse formação ou experiência com o magistério), o qual mantinha um contato com o professor. Esta situação em que se encontrava o Brasil mostra a grande falta de organização e estrutura da educação nacional.

No ano de 1826 foi elaborado um Decreto que estabeleceu quatro graus de ensino: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. No ano seguinte foi elaborada a Lei de Outubro de 1827 que propunha a criação de escolas primárias em todas as vilas e cidades do país, além da elaboração de exames para a seleção de professores e a construção de escolas para as meninas.

Esta lei era o que resultara do projeto de Januário da Cunha Barbosa (1826), onde estavam presentes as idéias da educação como dever do Estado, da distribuição racional por todo o território nacional das escolas dos diferentes graus e da necessária graduação do processo educativo. Do projeto vigorou simplesmente a idéia de distribuição racional por todo o território nacional, mas apenas das escolas de primeiras letras, o que equivale a uma limitação quanto ao grau (um só) e quanto aos objetivos de tal grau (primeiras letras). (RIBEIRO, 2007, p.46)

Em 1834 criou-se um Ato Adicional a Constituição que responsabilizava as províncias pela administração do ensino primário e secundário, cabendo ao poder do Estado a responsabilidade pelo município neutro e o ensino superior. Esse documento veio a contribuir para que em 1835 surgisse a primeira Escola Normal do Brasil, situada em Niterói.

Um importante marco do período imperial foi a criação do Colégio Pedro II na cidade do Rio de Janeiro em 1837, onde se encontrava o antigo Seminário de São Joaquim. Seu objetivo era se tornar um modelo pedagógico e de instituição de ensino secundário, no entanto

3. Segundo Ghiraldelli Jr (2009), “O sistema de ensino mútuo ou sistema monitorial foi uma prática que se iniciou na Índia, pelo pastor protestante Andrew Bell (1753-1832). Em 1798, por falta de recursos, um *quaker*, Joseph Lancaster (1778-1838) o recriou na Inglaterra, obtendo êxito.” (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 28)

o colégio não conseguiu se organizar para conquistar tal função, servindo assim como instituição preparatória para o ensino superior. No decorrer do tempo sofreu inúmeras alterações curriculares que ora pendiam para uma vertente mais voltada para o positivismo ora para o humanismo.

A década de 1850 foi um marco para a história do Brasil Império. Neste período ocorreram inúmeras realizações voltadas para a área educacional. Ghiraldelli (2009) afirma que,

Em 1854 criou-se a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, cujo trabalho era orientar e supervisionar o ensino, tanto público quanto o particular. Tal órgão ficou incumbido do estabelecimento de regras para o exercício da liberdade de ensino e para a preparação de professores primários, além de ser autorizado a reformular os estatutos dos colégios preparatórios no sentido de colocá-los sob o padrão dos livros usados nas escolas oficiais. Também coube à Inspeção Geral reformular os estatutos da Academia de Belas Artes, organizar de modo novo o Conservatório de Música e refazer os estatutos da Aula de Comércio da Corte. (GHIRALDELLI JR, 2009, p.29)

Com relação ao ensino superior, o país ofertava cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, de medicina na Bahia e Rio de Janeiro, engenharia, marinha e militar também no Rio de Janeiro, sendo que os cursos militares também eram oferecido no Rio Grande do Sul e em Fortaleza. Não havia uma política integrada entre o governo nacional e as províncias, o que tornava a educação brasileira heterogênea, havendo diferenciação de um lugar para o outro.

Conclui-se que com a independência o Brasil necessitava de grandes mudanças na organização educacional, embora tenha ocorrido alguns avanços não houve um planejamento solidificado que trouxesse propostas de reorganização dos objetivos, métodos e conteúdos de ensino, a fim de que os interesses e necessidades dessa nova nação, principalmente de seu povo, fossem garantidos, no que diz respeito a garantia de uma educação para todos em idade escolar nos diferentes graus de ensino.

Período da Primeira República

A primeira República ou República Velha se fez presente no Brasil de 1889 a 1929, iniciou-se através de um movimento militar apoiado de setores sociais que estavam descontentes com o governo do Imperador D. Pedro II. A República foi proclamada pelo General Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889. O novo regime político adotado foi estabelecido com base em um modelo americano de governo presidencialista.

Segundo Ghiraldelli (2009),

O Império não conseguiu sobreviver às modernizações que ocorreram no final do século XIX no Brasil. Por essa época, nosso país passou por uma expansão da lavoura cafeeira em conjunto com o fim do regime escravocrata e a consequente adoção do trabalho assalariado. Além disso, tivemos uma substancial remodelação material: instauramos a rede telegráfica e melhoramos os portos e as ferrovias. Junto disso, tivemos a disseminação, entre nós, de algumas idéias democráticas, trazidas por ventos políticos do exterior. A República não foi uma conquista gerada por grandes movimentos do nosso povo, mas não se pode concluir daí que ela não tenha trazido ganhos democráticos. Com ela, desapareceu o poder moderador do Imperador, tivemos o fim do voto censitário, os títulos de nobreza terminaram e houve certa descentralização do poder. (GHIRALDELLI JR, p.32, 2009).

Com a Proclamação da República e as suas respectivas mudanças tentou-se a realização de reformas na educação. Estimulados pelo clima de inovação política os intelectuais da época passaram a discutir a necessidade de se abrir novas escolas no país, visto que a educação era tida como um elemento fundamental na formação da cidadania (segundo o decreto nº 6 de 19 de Novembro de 1889 para votar era obrigatório saber ler e escrever) e na construção de uma unidade nacional.

Neste primeiro momento o que surge no país é um governo provisório que visava à reorganização do Brasil. Com este intuito foi nomeada e promovida uma comissão para elaborar a Constituição provisória que foi outorgada em 22 de junho de 1890, sob o decreto nº 510, como Constituição dos Estados Unidos do Brasil. O regime Republicano teve apoio do exército, dos positivistas, republicanos, maçons, liberais e trabalhadores.

Neste período foi determinada a separação da Igreja e do Estado, iniciativa que também afetou a educação, ao passo que foram criados decretos que estabeleciam a laicização do ensino público, o qual ficou sobre a responsabilidade dos Estados e Municípios, que também foram incumbidos de realizarem a regularização das escolas “livres” e “religiosas”. Percebe-se também uma forte influência da filosofia positivista na educação.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil que foi promulgada em 26 de fevereiro de 1891 estabeleceu medidas para o ensino no país, tais como a descentralização da educação, em que a União passa a ser responsável pelo ensino superior e secundário, enquanto o ensino primário e profissional fica sob o encargo do Estado.

Essa divisão de responsabilidades entre as unidades federadas provocou um agravamento no sistema educacional do país, visto que surgiram propostas desiguais nos estados, além da falta de recursos financeiros para equipar os ambientes de ensino presente em praticamente todo o território nacional, o que reforçou ainda mais a dualidade do sistema de ensino.

Outro importante acontecimento do período republicano no âmbito educacional foi a Reforma de Benjamin Constant⁴, a qual se baseava em princípios orientados pela Constituição brasileira; sua proposta visava a liberdade, igualdade, laicidade do ensino, e a gratuidade da escola primária.

Essa reforma visava usar o ensino não só para preparar os alunos, mas também para direcioná-los para os cursos superiores. Objetivava também substituir a predominância literária pela científica.

Apesar de ter uma base positivista os seus seguidores criticaram a reforma de Constant, no sentido de afirmarem que a mesma não respeitava os princípios pedagógicos de Comte, a reforma foi criticada também pelos que defendiam a predominância literária, visto que ocorreu um aumento de matérias científicas e diminuição das tradicionais, caracterizando assim o ensino como enciclopédico.

Essa reforma também criou o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos; o Pedagogium, um espaço de aprimoramento do magistério; e reorganizou o ensino secundário, primário e a escola normal. Como Ministro do Ministério da Instrução, Correios e telégrafos, Benjamin Constant também foi o responsável por dividir o ensino primário em dois graus, o primeiro voltado as crianças de 7 a 13 anos, e o segundo para as de 13 a 15 anos; e a tornar obrigatório a apresentação do diploma da escola normal para o exercício do magistério nas escolas públicas.

Em 1901 ocorre uma nova reforma educacional com o surgimento do Código Epitáfio Pessoa, elaborado pelo Ministro do Interior (Justiça e Educação) que carrega o mesmo nome. Em sua proposta acentua-se novamente a parte literária do currículo no ensino secundário, e buscava-se também uniformizar todo o ensino secundário do país.

Dez anos depois, em 1911, o governo federal adotou uma nova legislação, a Reforma Rivadária Corrêa, a qual, também baseada no positivismo, buscava utilizar do ensino secundário para a formação do cidadão e não só como uma etapa para o ingresso do aluno no ensino superior. Pregava a total liberdade de ensino aos estabelecimentos escolares, abriu espaço para escolas não oficiais, tornou a presença não obrigatória, aboliu o diploma substituindo-o por um certificado de assistência e aproveitamento e cria exames de admissão para o ensino superior, que são realizados nas próprias instituições de ingresso dos alunos.

4. Benjamin Constant foi um militar de formação positivista que esteve a frente do primeiro ministério voltado para a área da educação, o Ministério da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos.

Essas medidas tiveram consequências desastrosas para a educação, pois contribuíram para o aumento da má qualidade do ensino no país.

Em 1915, ocorre a Reforma Carlos Maximiliano, que buscou uma rigorosa uniformização e oficialização do ensino, reformou o Colégio Pedro II, regularizou o acesso ao ensino superior e criou a primeira universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, que continha a escola politécnica, a faculdade de medicina e a escola livre de direito.

No final da Primeira República houve a Reforma João Luiz Alves / Rocha Vaz, em 1925. A mesma propunha ordenar o que se fazia nos estados e o que se fazia na União principalmente no que diz respeito a educação primária e a eliminação dos exames preparatórios e parcelados. Buscou também dar aos estudos a finalidade de preparar o indivíduo para a vida e para qualquer que fosse a escolha profissional futura do mesmo, além de introduzir o ensino da moral e o patriotismo visando combater os protestos estudantis contra o governo.

Durante a década de vinte ocorreram diversos fatos importantes para o país, tais como o Movimento do Forte, em 1922; a Semana de Arte Moderna, e a fundação do Partido Comunista, também em 1922; a Revolta Tenentista, em 1924; e a Coluna Prestes, de 1924 a 1927.

No que se refere a educação, ocorreram várias reformas estaduais, como a de Anísio Teixeira na Bahia (1925), a de Francisco Campos e Mario Casassanta em Minas Gerais (1927), a de Lourenço Filho em São Paulo e no Ceará (1930 e 1923 respectivamente), a de Sampaio Dória em São Paulo (1920), a de Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro (1928) e a de Carneiro Leão em Pernambuco (1929/1930).

Durante toda a República o país teve dois grandes movimentos voltados para a necessidade da abertura de escolas e do aperfeiçoamento das mesmas, os quais são conhecidos como: entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. O primeiro movimento visava a abertura de novas escolas, já o segundo se preocupava com os conteúdos e o método pedagógico, estes em alguns momentos da história se alternaram e em outros se complementaram.

A República Velha durou quarenta anos, foi a época da chamada política do café com leite, em que os políticos de Minas Gerais e de São Paulo se alternavam no controle da presidência. Esse acordo durou até o início dos anos 30, quando ocorreu a Revolução de Outubro de 1930 que deu a oportunidade para outros grupos políticos governarem o país.

Outro fator que contribuiu para o fim dessa política foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, que afetou diretamente aos cafeicultores do Brasil, que

pressionaram o governo para criarem mecanismos de defesa para manter o valor de seu produto no mercado, dessa forma a economia deixa de se voltar para o mercado externo e passa a se voltar para o mercado interno o que contribuiu para o processo de industrialização.

O país, que até então tinha um modelo agrário-exportador, passa a apresentar um modelo parcialmente urbano-industrial. Esse acontecimento abriu espaço para os grupos tecnocratas, militares e empresários industriais do país, contribuindo para a urbanização e para a entrada do Brasil no mundo de produção capitalista. Esse novo modelo econômico passou a exigir da escola a formação de profissionais qualificados para ocuparem os novos cargos que foram surgindo com a industrialização.

Neste sentido Romanelli afirma que,

Esses dois aspectos – o crescimento acelerado da demanda social de educação, de um lado, e o aparecimento de uma demanda de recursos humanos, de outro – criaram as condições para a quebra do equilíbrio. Uma vez estabelecido o desequilíbrio, que se acentuou sobretudo a contar de 1930, a crise do sistema educacional obedeceu, na escala evolutiva, ao jogo de forças que esses fatores mantinham entre si. Esse jogo, naturalmente, obedeceu, por sua vez, às regras do crescimento espontâneo próprio do sistema capitalista. E a crise se manifestou sobretudo pela incapacidade de as camadas dominantes reorganizarem o sistema educacional, de forma que se atendessem harmonicamente, tanto à demanda social de educação, quanto às novas necessidades de formação de recursos humanos exigidos pela economia em transformação. Nesse processo, a herança cultural atuou desfavoravelmente na mentalidade, tanto dos dirigentes que organizaram a escola, quanto das próprias camadas que passaram a pressionar o sistema escolar. Os aspectos que o desequilíbrio apresentou foram, então, de duas ordens.

- a) De ordem quantitativa, representados pela pequena oferta, pelo baixo rendimento e pela discriminação social do sistema;
- b) De ordem estrutural, representadas pela expansão de um tipo de ensino que já não correspondia às novas necessidades criadas com a expansão econômica e estratificação social mais diversificadas. (ROMANELLI, 1986, p.46)

Pode-se perceber que neste período da história da educação brasileira o país vivenciou várias reformas educacionais que visavam melhorar a qualidade do ensino, no entanto a educação continuou apresentando deficiências no sistema e método de ensino, causando descontentamento a população.

Período da Segunda República

O período da Segunda República, que vai de 1930 a 1936, teve Getúlio Vargas como governante provisório do Brasil.

Neste período o país está vivendo um processo de industrialização, essa nova realidade nacional passou a exigir mais mão-de-obra qualificada, fazendo assim com que os olhos se

voltassem para a educação. Neste sentido que foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, que teve como primeiro gestor Francisco Campos o qual promoveu a Reforma de 1931 sancionando decretos para a organização do ensino secundário e das universidades ainda inexistentes no país. Segundo Ghiraldelli (2009), as leis de Campos foram as seguintes:

Pelo Decreto 19.850 (11/04/1931) ele criou o Conselho Nacional de Educação; pelo Decreto 19.851 (11/04/1931) ele dispôs itens regulamentando e organizando o ensino superior no Brasil, adotando o chamado “regime universitário”; em seguida, com o Decreto 19,852 (11/ 04/ 1931), organizou a Universidade do Rio de Janeiro; organizou o ensino secundário com o Decreto 19.890 (18/ 04/ 1931); organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador e outras pelo Decreto 20.158 (30/ 06/ 1931). Por fim, consolidou as regulamentações sobre o ensino secundário com o Decreto 21.241 (14/ 04/ 1932). (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 40-41).

Neste período acontece a IV Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira da Educação (ABE), cujo tema proposto foi “grandes diretrizes da educação popular”. Um ano depois ocorreu uma nova Conferência cujo objetivo foi discutir sobre o Plano Nacional de Educação.

No ano de 1932 um grupo de educadores da época elaboram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o qual foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros renomados educadores. O documento foi inspirado no pensamento de autores diversos, entre eles John Dewey e Émile Durkheim; o mesmo apresentava uma sólida e sistematizada concepção pedagógica, e abordava temas como a política educacional, a filosofia e as finalidades da educação, valores mutáveis e permanentes, o problema da descentralização, a unidade e a autonomia da função educacional, as formulações pedagógicas e didáticas, entre outros temas.

O texto do Manifesto busca destacar a importância da educação para o indivíduo e conseqüentemente para o desenvolvimento do país, destaca também que as reformas econômicas deveriam estar associadas às reformas educacionais, ao passo que as duas deveriam caminhar juntas. O documento “culpabiliza” a insuficiência de planos do governo pela má qualidade da educação nacional e propõe mudanças.

O “movimento de renovação educacional”, representado no texto, se propõe, então, a retirar a escola e os programas de ensino dos “quadros de segregação social” vigentes, adequando a escola a nova sociedade urbano-industrial emergente. Portanto, segundo o documento de 1932, a nova filosofia da educação deveria adaptar a escola a modernidade e, para tal, teria de aplicar sobre os problemas educacionais de toda ordem os métodos científicos. (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 42)

Dentre as discussões apresentadas o texto trata a educação como algo que apresenta variações de acordo com a época vivida, em que a mesma reflete a filosofia predominante da sociedade estruturada de cada período da história. Deste modo o Manifesto propõe mudanças na educação para que a mesma estivesse de acordo às novas tendências sociais.

O texto entende o trabalho como elemento formador do ser humano; aponta que a educação deveria ser pragmática, pois não deveria servir aos interesses de classes; socializada, baseada na atividade e na educação; propõe a escola única, acessível para todos os indivíduos; defende a escola pública, obrigatória, laica, gratuita e a coeducação dos sexos, assim como a importância do professor conhecer o seu aluno mais intimamente.

Na década de 30 surgiram quatro grandes conjuntos de idéias direcionadas a educação, os quais sinalizavam o que deveria e o que não deveria ser feito com a educação. São eles: os ideários liberal, católico, integralista e comunista.

No contexto de todo esse debate de idéias é que ocorre a promulgação da nova Constituição em 1934, a mesma dispõe pela primeira vez que a educação é direito de todos, sendo responsabilidade da família e dos poderes públicos. O Art.149. de tal documento afirma que “A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.” (COSTA, 2002, p. 33)

A União foi responsabilizada por estabelecer o Plano Nacional de Educação, que tratava de todos os níveis de ensino, e a coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o Brasil. Foi estabelecida também as formas de financiamento da rede oficial de ensino havendo valores fixos de recursos para o governo Federal, Estadual e Municipal, e regulamentada as competências de cada um.

Neste mesmo ano foi criada a Universidade de São Paulo por iniciativa do então governador Armando Salles Oliveira, tal instituição de ensino superior foi a primeira a ser organizada seguindo as normas estabelecidas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931.

No ano seguinte, em 1935, o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, situada na atual cidade do Rio de Janeiro. Esta universidade ofertava o curso de Educação onde se encontrava o Instituto de Educação. No que diz respeito a educação, esse período da história foi marcado por certos avanços na ampliação dos direitos, visto que a Constituição apontava a educação como direito de todos os cidadãos. Houve também uma grande movimentação dos intelectuais com o Manifesto dos

Pioneiros, que buscavam a elaboração de propostas que pudessem melhorar as condições do ensino brasileiro.

Período do Estado Novo

O ano de 1937 marca o início de uma nova fase no Brasil, o chamado período do Estado Novo. Neste ano o presidente Getúlio Vargas, sob o pretexto de segurança nacional, estabeleceu um regime ditatorial no Brasil através de um golpe militar.

Entre as principais ações de seu governo se destaca a elaboração de uma nova Constituição, feita por Francisco Campos. A mesma se distanciou radicalmente das tendências democráticas presentes na Constituição de 1934. Segundo Ghiraldelli (2009),

A Constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com a educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público. (GHIRLDELLI JR, 2009, p. 78)

A nova Constituição, diferentemente da anterior, propõe a gratuidade parcial do ensino, a cobrança de uma taxa mensal escolar para os mais ricos, a responsabilização central dos pais pela educação, e a não dotação orçamentaria fixa para a educação.

Seguindo uma orientação capitalista a Constituição de 1937 sugere uma educação para a qualificação da mão de obra visando suprir as novas necessidades do mercado, enfatizando assim o ensino pré-vocacional e profissionalizante. Neste sentido o Art. 129. Parágrafo 2º afirma que “O ensino prevocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.” (COSTA, 2002, p.42).

Neste contexto histórico as conquistas e os debates presentes no período anterior foram enfraquecidos, a Constituição de 1937 estabelece uma distinção entre o trabalho intelectual, que se volta para a classe dominante, e o trabalho manual e o ensino profissionalizante, para as classes menos favorecidas.

No ano de 1942 surgem as Leis Orgânicas do Ensino, as quais foram propostas pelo Ministro Gustavo Capanema. Essa reforma foi composta por Decretos-leis que perduraram até 1946, um ano após o fim do Estado Novo.

Basicamente essas Leis Orgânicas, também chamadas de Reforma Capanema podem ser resumidas em seis Decretos-Leis voltados para o ensino primário, secundário, normal, agrícola, industrial e comercial. São eles: a Lei Orgânica do Ensino Industrial sob o Decreto-lei nº 4.073, a Lei Orgânica do Ensino Secundário através do Decreto-lei nº 4.244, a Lei Orgânica do Ensino Primário sob o Decreto-lei nº 8.529, a Lei Orgânica do Ensino Comercial através do Decreto-lei nº 4.244, a Lei Orgânica do Ensino Normal pelo Decreto-lei nº 8.530, e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola sob o Decreto-lei nº 9.613.

Neste mesmo período foram criados o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o Instituto Nacional do Livro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) através do Decreto-lei nº 4.028, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), através dos Decretos-lei nº 8.621 e 8.622.

Essas instituições e as Leis Orgânicas do Ensino foram os principais instrumentos na organização do sistema educacional brasileiro no período do Estado Novo o qual era composto por diferentes modalidades de ensino (primário, secundário, normal, industrial, comercial e agrícola). Tal sistema apresentava caminhos diversificados para as classes sociais visto que criou uma separação entre os que poderiam estudar mais e os que poderiam estudar menos para serem ingressados mais rapidamente no mercado de trabalho.

Neste sentido Ghiraldelli Jr. afirma que o ensino no Brasil era bifurcado,

Com o ensino secundário público destinado, nas palavras da lei, às “elites condutoras”, e um ensino profissionalizante para outros setores da população. A Reforma Capanema queria criar “elites condutoras” a partir de um dado setor já privilegiado economicamente, sem levar em conta o processo escolar pelo qual passaria cada indivíduo e que, segundo o credo liberal, poderia elevar os mais pobres a condições melhores. A idéia de elite condutora não é antagônica a idéia da democracia liberal; mas a idéia de elite condutora forjada a partir de uma segregação antecipada, onde determinados setores da sociedade são encaminhados para um determinado tipo de escola e outros setores para outro tipo de escola, pela lei, é incompatível com a idéia de democracia liberal ou quaisquer outras idéias de democracia à esquerda. Da maneira como se criou a bifurcação, o que se tinha era o “Estado Novo”, no campo educacional, como espelho de qualquer estado fascista da época, ainda que não se verificou ou se verificaria em estados totalitários. (GHIRALDELLI JR. 2009, p. 82).

Pode-se perceber que este período é marcado pelo retrocesso aos direitos, o Estado buscou se utilizar da educação para suprir as necessidades das empresas privadas, com isso

buscou investir no desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, na qualificação da mão de obra operária. A política educacional proposta pelo Estado Novo se caracterizou por ser um instrumento de consolidação do sistema de classes, visto que os menos favorecidos eram direcionados as escolas técnicas profissionalizantes, em quanto a classe dominante tinha o direito de ingressar no ensino superior.

Governo de Eurico Gaspar Dutra

Em 29 de outubro de 1945 Getúlio Vargas é deposto do poder e o período do Estado Novo chega ao fim, no ano seguinte em 1946 o presidente Eurico Gaspar Dutra assume o poder após ser eleito pelo voto popular, e o então Ministro Raul Leitão da Cunha regulamenta o Ensino Primário, o Ensino Normal e cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Neste mesmo ano é promulgada a Constituição de 1946, que embora apresentasse princípios democráticos e liberais, ainda manteve determinadas características do regime ditatorial. O Art. 166. Aponta que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.” (COSTA, 2002, p. 50)

Para conter a inflação que assolava o país foi criado no governo Dutra o Plano Econômico SALTE, o qual visava estimular o desenvolvimento da saúde, alimentação, transporte e energia. O plano visava coordenar os gastos públicos direcionando os investimentos para setores prioritários, o mesmo não conseguiu controlar a inflação, sendo descartado anos depois.

Com relação à educação a nova Constituição determinava a obrigatoriedade do ensino primário, estabelecia a educação como um direito de todos e responsabilizava a União por legislar sobre diretrizes e bases educacionais. Em tal documento a família parece exercendo um importante papel no processo de ensino, o Art. 166 afirma que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve se inspirar nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.” (COSTA, 2002, p. 50)

Com o intuito de alcançar as propostas apresentadas pela Constituição formou-se uma comissão no Congresso Nacional para a elaboração de um projeto para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), que visava nortear todos os níveis de ensino brasileiro. Durante todo o período de 1947 a 1961 a política educacional se voltou a discussões em torno da LDBN.

Esta comissão foi instalada em 1947 e enviou o projeto ao Congresso no ano seguinte, a mesma foi organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior. A comissão foi orientada pelo Ministro da Educação Clemente Mariani, e teve como participantes nomes de grandes personalidades que contribuíram para o debate educacional dos nos 20 e 30, dentre eles: Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Padre Leonel Franca e Alceu de Amoroso Lima.

No que diz respeito a LDB, Freitag afirma que,

Esse projeto, expressão das preocupações populistas do novo governo, procura corresponder a certas ambições das classes subalternas. A burguesia nacional, ainda a “fração hegemônica” do “bloco no poder” abre, nesse Projeto de Lei, algumas concessões às classes camponesa e operária. Primeiro, propondo a extensão da rede escolar gratuita (primário e secundário), segundo, criando a equivalência dos cursos de nível médio (inclusive o técnico), que, além de equiparados em termos formais, apresentam, nesse projeto, maior flexibilidade: permitem a transferência do aluno de um ramo de ensino para outro, mediante prova de adaptação. (FREITAG, 2005, p. 99)

Embora o projeto tenha sido elaborado e enviado ao Congresso, o mesmo foi arquivado em 1949 devido a lutas ideológicas que surgiram em torno das propostas apresentadas, as discussões estavam voltadas para as interpretações contraditórias das propostas presentes na Constituição. Dois anos depois houve uma tentativa de retomada do projeto mais foi alegado que o mesmo havia desaparecido, a partir disso a Comissão de Educação e Cultura do Congresso se dedicou para elaborar um novo projeto, que durou cerca de seis anos.

Durante o governo Dutra foi fundada a Universidade Federal de Pernambuco, em 1946, no ano seguinte foi criado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA em São José dos Campos, no estado de São Paulo e em 1948 além do encaminhamento do projeto do Ministro Mariani ao Congresso Nacional aconteceu no país o I Congresso Nacional da Campanha do Ginásio Pobre, que passou a se chamar Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos. No último ano do seu mandato, em 1950, foi inaugurada por Anísio Teixeira o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), na cidade de Salvador, Bahia, dando início a sua idéia de escola-classe e escola parque.

Pode-se perceber que neste período ocorreram importantes mudanças no quadro educacional, visto que foram fundadas algumas instituições de ensino, elaborou-se uma nova Constituição que tornava o ensino obrigatório e direito de todos, e iniciaram-se as discussões sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No entanto, é válido ressaltar que

embora tenha ocorrido alguns avanços a educação ainda era utilizada como instrumento para atender aos interesses do Estado no que diz respeito as necessidades apresentadas pela economia nacional, outro importante fator é que a família era posta como a principal responsável por garantir o direito a educação, e não o Estado.

Governo de Getúlio Vargas

Em 1951 Getúlio Vargas é eleito presidente e assume novamente o poder, entre suas propostas de governo, prometia investir no desenvolvimento industrial associado ao bem estar social para os mais pobres, defendendo que o Estado deveria se responsabilizar principalmente em garantir a educação para as classes populares.

Neste intuito Vargas procurou ampliar o investimento público para a educação, no entanto o ensino superior foi mais beneficiado, não houve significativas mudanças no número de matrículas no ensino primário e a alfabetização em seu governo cresceu apenas 1,79%. A educação pública continuou precária, pouco alunos continuavam seus estudos, e ainda havia uma grande exclusão social no sistema escolar.

O governo Vargas não foi bem sucedido quanto a sua atuação no campo educacional, quando se considera o contraste entre a política social verbalizada na oratória oficial – que acenava para com a instalação de um estado de bem-estar social e, portanto, com a distribuição da educação para os setores economicamente menos privilegiados – e o resultado de sua política efetiva.” (GHIRALDELI JR, 2009, p.102)

Ainda no governo Vargas, no ano de 1953 foi estabelecido um Ministério próprio para a educação, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e foi criada um Plano de Desenvolvimento econômico elaborado por uma comissão mista com brasileiros e norte americanos. A mesma estava voltada basicamente para os setores de energia e transporte.

Com o suicídio de Vargas em agosto de 1954, Café Filho assume o poder até as eleições de 1955 que elegeram Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart como vice.

Pode-se perceber que embora Vargas tenha apresentado propostas relevantes para a melhoria da educação no país e para a ampliação da acessibilidade as classes populares, a situação educacional continuou deixando a desejar, visto que a mesma permaneceu excludente, o número de matrículas apresentou um baixo crescimento e poucos alunos continuavam seus estudos.

Governo de Juscelino Kubitschek

Em seu mandato, JK buscou utilizar a educação para o desenvolvimento e para a preparação para o trabalho, com o intuito de suprir as necessidades da industrialização, seu governo incentivou o ensino técnico-profissionalizante.

Em relação ao analfabetismo e à educação básica, Juscelino oscilou entre polos conflitantes e incongruentes. Clamava por recursos privados para a educação, insistindo na velha tese de que o Estado, sozinho, não poderia assumir os encargos da universalização do ensino básico. Todavia, ao mesmo tempo, de modo incongruente, dizia-se disposto a conceder auxílio financeiro federal para instituições particulares que pudessem colaborar com o ensino público na tarefa de distribuição de serviços educacionais. A gestão de JK não conseguiu ultrapassar a quantia de 6,10% de recursos retirados do orçamento da União destinados à educação.(GHIRALDELLI JR, 2009, p. 103).

Devido a drástica situação em que a educação se encontrava a discussão sobre o projeto da LDB reiniciou-se em 1957 e no ano seguinte a Comissão de Educação e Cultura recebe um substitutivo elaborado pelo deputado Carlos Lacerda que apresentava propostas diferenciadas do projeto original da LDB. Tal documento, o chamado “substitutivo Lacerda”, favorecia os interesses dos proprietários do ensino privado do país, pois tinha como base as teses apresentadas no III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino corrido em 1948. O substitutivo alegava que os pais deveriam ser os principais responsáveis pela educação, que a mesma deveria ser ministrada predominantemente pelas instituições particulares, e ao Estado caberia apenas ofertar uma educação complementar.

A apresentação deste substitutivo ao Congresso gerou novas discussões que agora giravam em torno da responsabilidade do Estado e da família pela educação e a participação das instituições privadas no ensino, visto que o governo de JK mostrava-se disposto a conceder auxílio financeiro federal as instituições particulares que se dispusessem a colaborar com o ensino público.

As intensas discussões sobre a educação continuaram presentes no país e com isso criou-se um Campanha de Defesa da Escola Pública em 1959 e neste mesmo ano veio a tona o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados redigido por Fernando de Azevedo e apoiado pelos intelectuais da época que defendiam o ensino público, tais como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Miguel Reale e Florestan Fernandes.

Diferentemente do Manifesto de 1932, o de 1959 não se focou em questões didáticas e pedagógicas, pois achavam válidas as diretrizes escolanovistas propostas anos atrás, se preocupou com questões gerais da política social. Defendia a existência de duas redes de

ensino, uma pública, financiada pelo Estado, e uma particular, que seriam oficialmente fiscalizadas pelo governo. Tal texto superou o número de assinaturas do manifesto anterior. Pode-se perceber que esta época da história é marcada por intensas discussões em torno da educação visto que a população se mostrava descontente com a situação em que ela se encontrava. Mais uma vez o Estado busca se utilizar da educação para atender as interesses do capital e se desresponsabiliza por garantir este direito a todos os cidadãos, se colocando apenas como ator coadjuvante e apontando a família e as instituições particulares como principais responsáveis pela mesma.

Governos de Jânio Quadros e de João Goulart

No início de 1961, Jânio Quadros toma posse da presidência da República, o mesmo permaneceu apenas sete meses neste cargo, pois em 25 de agosto deste mesmo ano ele renunciou.

Durante o seu curto mandato Jânio se demonstrou do lado dos defensores da escola particular,

Procurou conter a expansão do ensino superior e proibir a incorporação de faculdades pelo sistema federal, interrompendo um processo de publicização do ensino superior iniciado nos anos anteriores. Ao mesmo tempo em que procurou conter a expansão da universidade, Jânio acenou com uma política de criação de vasta rede de escolas técnicas e profissionais e, como era via de regra, apontou retoricamente para o combate ao analfabetismo, coisas que, obviamente, não se efetivaram. (GHIRALDELLI JR. 2009, p. 104)

Após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assume a presidência ainda em 1961. Em seu governo Jango estabeleceu como prioridades a necessidade de ampliar o ensino primário, o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, a formação e treinamento de pessoas, e aumentar os investimentos com a educação.

Foi neste período também, depois de muitos anos de acirradas discussões, que o Projeto de Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixava a LDB, foi aprovado pelo Senado e sancionado pelo Presidente da República, recebendo mais de 200 emendas no Senado. Sem a grandeza do projeto original, tal documento apresentava inclinações para o favorecimento dos estabelecimentos particulares de ensino sendo considerada uma derrota para a luta popular.

A primeira LDB garantia igualdade de tratamento por parte do governo tanto para os estabelecimentos públicos quanto para os estabelecimentos privados de ensino, dessa forma a

verba pública também poderia ser destinada para a rede particular em todos os níveis de ensino. Devido a tais circunstâncias a mesma frustrou os grupos mais progressistas da época, que esperavam um avanço na legislação educacional principalmente em favor das necessidades das classes populares.

Segundo Freitag (2005), a LDB,

[...] É o compromisso entre duas tendências expressas pelos dois Projetos de Lei (Mariani e Lacerda). Assim ela estabelece que tanto o setor público quanto o particular tem o direito de ministrar o ensino no Brasil em todos os níveis (Art. 2). A gratuidade do ensino fixada na Constituição de 1946 fica omissa na nova lei. Em casos claramente definidos, o Estado se propõe a subvencionar as escolas particulares (Art. 95, § 1, c). Se dessa forma os setores privados viram assegurados os seus direitos triunfando parcialmente a proposta Lacerda, a lei também absorve elementos Mariani, como a equiparação dos cursos de nível médio e a flexibilidade de intercâmbio entre eles (Art. 51). A LDB reflete assim as contradições e os conflitos que caracterizam as próprias frações de classe da burguesia brasileira. Apesar de conter certos elementos populistas, essa lei não deixa de ter um caráter elitista. Ela, ao mesmo tempo que dissolve formalmente a dualidade anterior do ensino (cursos propedêuticos para as classes dominantes e profissionalizantes para as classes dominadas) pela equivalência e flexibilidade dos cursos de nível médio, cria nesse mesmo nível uma barreira quase que intransponível, assegurando ao setor privado a continuidade do controle do mesmo. Assim, a criança pobre, incapaz de pagar as taxas de escolarização cobradas pela rede, não pode seguir estudando. (FREITAG, 2005, p.102)

No ano seguinte, em 1962, foi criado também o Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Alfabetização, e o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu ao Governo Federal a obrigação de investir no mínimo 12% dos recursos para a educação. O plano era composto por metas que deveriam ser alcançadas em 8 anos, dentre elas a ampliação do número de matrículas em todos os níveis de ensino, e a presença de professores diplomados nos espaços educacionais.

Neste período da década de 1960 surgiram vários movimentos sociais, políticos e culturais, voltados para o debate da educação no Brasil, dentre eles os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs), os quais estavam ligados a União Nacional dos Estudantes (UNE), e o Movimento de Educação de Base (MEB), que estava ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Neste contexto é que se destaca as idéias de Paulo Freire, que iniciou uma campanha de alfabetização que se constitui posteriormente na pedagogia de Paulo Freire, seu método ficou conhecido como sendo de cunho libertador, revolucionário, conscientizador e popular, pois criticava o método baseado na memorização e pregava uma educação voltada para os problemas e as circunstâncias da vida do indivíduo e de sua comunidade.

Paulo Freire propunha também que o homem deveria ser sujeito de sua própria história, e a pedagogia do diálogo, que “deveria ser o “diálogo amoroso” – definido como o encontro de homens que se amam e que desejam transformar o mundo – o instrumento central da educação. Tal diálogo deveria aprofundar-se nessas situações vividas pelo educando na comunidade” (GIRALDELLI JR, 2009, p. 108), visando assim desenvolver no aluno a conscientização e uma visão crítica da realidade em que o mesmo está inserido. Desta forma o educador tem papel central neste processo, visto que é seu papel revolucionário que contribui para a transformação da sociedade e da criação de um novo homem, crítico e consciente.

Este período tem uma grande importância para a história da educação brasileira, visto que é sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tal documento que esteve em discussão durante décadas no país apresentava as contradições dos interesses de classe, visto que trouxe pontos defendidos pelos projetos propostos por Mariani e por Lacerda. A escola permaneceu sendo um instrumento para a reprodução do sistema de classe e das relações de trabalho, visto que produzia a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a formação profissionalizante e o curso superior.

Período da Ditadura Militar

Em 31 de março de 1964 o país vivencia uma nova fase da história através do golpe militar que depôs o então presidente João Goulart sob o pretexto do desenvolvimento e da segurança nacional. Tal argumento foi apresentado, pois o país sofria uma crise econômica e os setores mais conservadores estavam acusando o atual governo de planejar a implantação de uma República Sindicalista no Brasil.

O período ditatorial, ao longo de suas duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres de ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. Somente uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela Ditadura Militar para o nosso país. (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 112)

Durante o Regime Militar a política de educação sofreu algumas importantes mudanças, dentre elas a criação do salário-educação, instituída pela Lei 4.440/64, a qual determinava que as empresas contribuíssem com recursos financeiros para o ensino primário;

e o Decreto-Lei nº53 de 18 de novembro de 1966, que determinou a realização de mudanças na organização das universidades e a criação de um órgão central que viria supervisionar o ensino e as pesquisas nestes espaços; reformas do Ensino Universitário e sua articulação com o Ensino Médio através da Lei 5.540 /68, e do Ensino de 1º e 2º Graus estabelecidas pela Lei 5.692 /71 (LDBN).

Tais medidas foram pautadas nos 12 acordos realizados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), os princípios que norteavam as diretrizes dos acordos eram embasados na ideia de aproximar escola e mercado de trabalho.

Neste sentido, em uma palestra realizada pelo ministro Roberto Campos com a temática “Educação e Desenvolvimento Econômico”, o mesmo buscou destacar a importância de submeter às diretrizes da educação ao mercado de trabalho; indicou a realização de um vestibular mais rigoroso, principalmente para as áreas de ensino que não atendiam as necessidades do mercado; e se demonstrava condescendente com um ensino universitário voltado para as elites. No que diz respeito ao ensino médio, Campos defendia a profissionalização da escola (para conter as pretensões dos alunos pertencentes a classe menos favorecida de ingressarem no ensino superior), e uma educação com conteúdos mais práticos voltada para toda a população.

Durante a ditadura foram também elaborados o Plano Decenal de 1967-1976, o Plano Setorial de 1972-1974, e o Plano Quinquenal de 1975-1979. Todos ressaltavam a educação como instrumento importante para o desenvolvimento e progresso da nação.

O ano de 1967 é marcado pela elaboração de uma nova Constituição Federal, a mesma favorecia o ensino particular, o que contribuiu para o fortalecimento da LDB de 1961; dentre as mudanças propostas ampliou o ensino primário de quatro anos para oito, sendo que o mesmo deveria ser gratuito e ministrado pela rede oficial de ensino. (FREITAG, 2005)

O Art. 168. Da Constituição Federal de 1967 deixa claro que o Estado colocava a família como instrumento central para a educação, o mesmo afirma que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola, assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.” O §2º deste mesmo artigo aponta que o governo “compartilhava” sua responsabilidade pela educação com as instituições provadas de ensino, ao passo que afirma que “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.” (COSTA, 2002, p. 63)

Este mesmo ano foi marcado pela criação de um método de erradicação do analfabetismo, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) estabelecido pelo governo através da Lei 5.379/67, sendo a Fundação Mobral criada em 1969. A preocupação central de tal Movimento estava voltada principalmente para o ensino da leitura, da escrita e do cálculo, e não para a formação do indivíduo em si. O MOBRAL não conseguiu acabar com o analfabetismo sendo posteriormente substituído pela Fundação Educar.

Durante esse período o Ensino Superior era regido pela Lei 5.540/68, a qual criou a departamentalização e matrícula por disciplina, estabelecendo assim a institucionalização do curso parcelado e o regime de créditos, a implementação de cursos de pequena duração, além de estabelecer o vestibular classificatório e unificado por universidade e por região. Vale destacar que durante o regime militar houve uma significativa expansão das universidades no país.

O Ensino Básico e a Escola Média foram norteados pela Lei 5.692/71, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a qual foi estabelecida em um dos momentos mais repressores do regime ditatorial. A lei agrupou o curso primário e o ginásio em Ensino de 1º Grau atendendo alunos de 7 a 14 anos, já o colegial e o 2º Grau tornaram-se profissionalizantes, havendo inúmeras opções de habilitações técnicas para serem escolhidas pelos estudantes, com exceção dos colégios particulares, que preparavam os alunos para o ingresso nas universidades.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2009),

A Lei 5.692/71 não significou uma ruptura completa com a Lei 4.024/61. A Lei 5.692/71 incorporou os objetivos gerais do ensino expostos nos fins da educação da Lei 4.024/61. Tais objetivos diziam respeito à necessidade de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. Todavia, as diferenças entre as duas leis não podem ser minimizadas. A Lei 4.024/61 refletia princípios liberais vivos na democracia dos anos de 1950, enquanto a Lei 5.692/71 refletia, em boa medida, os princípios da Ditadura Militar, verificados pela incorporação de determinações no sentido de uma racionalização perversa do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no Segundo Grau de forma absoluta e universal. (GHIRALDELLI JR, 2009, p.124).

Outro importante projeto do período da Ditadura foi o Projeto Minerva, criado em 1970 para atender aos objetivos do governo militar de modificar radicalmente o sistema educacional brasileiro, neste sentido tal projeto foi implementado como uma solução em curto prazo para combater aos problemas de desenvolvimento do país utilizando-se do rádio e da televisão. O programa pretendia solucionar os problemas educacionais existentes através de

métodos não convencionais de ensino com a implantação de uma cadeia de rádio e televisão educativas voltadas para atingir a grande massa. O Projeto Minerva permaneceu até o início dos anos 80, apesar das rigorosas críticas e do baixo índice de aprovação dos inscritos.

O método repressor de governo da ditadura militar causou uma grande insatisfação nos estudantes e trabalhadores que realizaram intensas mobilizações e reivindicações contra o regime. Tal insatisfação alavancou o crescimento do movimento estudantil que protestava não só contra a repressão, mas também em virtude da política educacional adotada pelo governo. Neste período a educação foi marcada por um caráter antidemocrático, universidades foram invadidas, professores foram presos, demitidos, mortos e exilados devido a seus posicionamentos ideológicos; alunos foram presos, feridos e mortos em confrontos com a polícia; a União Nacional dos Estudantes foi proibida de funcionar e o Decreto-Lei 477 de 1969 (Ato Institucional nº 5/AI-5 das Universidades) reprimiu os movimentos que se mostravam contra o regime, estabelecendo a punição de professores, alunos e funcionários de [universidades](#) considerados culpados de insubordinação.

Ao mesmo tempo em que se via obrigado a enfrentar a crise estudantil, adotando medidas urgentes para contorná-las, o Governo instituído após 1964 se via também compelido a criar as condições básicas para a expansão econômica que o sistema de greves e protestos estivera na iminência de comprometer. Por outro lado, o investimento em educação, cuja importância se fazia cada vez mais evidente para o êxito da própria expansão, corria o risco de tornar-se um grande desperdício, se não se reestruturasse todo o ensino e, ao mesmo tempo, não se acabasse com o protesto estudantil, mormente com as greves, que haviam transtornado completamente as atividades escolares dentro das Universidades. As medidas de contenção do protesto se revelavam, assim, a única via capaz de impor a ordem e, ao mesmo tempo, as reformas. Essas medidas definem, assim, os aspectos assumidos pela reforma geral do ensino. (ROMANELLI, 1986, p. 223)

Um dos principais objetivos do governo militar era estabelecer a ordem e a paz, neste sentido, para conter os intensos movimentos de revolta o governo se utilizou da legislação para controlar e disciplinar os estudantes e operários.

Diante da grande pressão popular o regime ditatorial, que teve duração de 21 anos, chega ao fim com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985. No que diz respeito a educação, esse período ditatorial foi marcado pelo fracasso em seu projeto educacional caracterizado como burocrático e ineficaz. O sistema educacional se encontrava tão destroçado que seus problemas comprometeram a educação brasileira nas duas décadas posteriores ao regime. (GHIRALDELLI JR. 2009)

Conclui-se que o regime militar foi marcado pela grande repressão à população brasileira, para conter as manifestações motivadas pelo descontentamento o governo criou leis

que reprimiam os movimentos que iam contra a ditadura (AI-5). Este período é marcado pela criação de alguns projetos voltados para a área educacional, tais como o MOBRAL e o Projeto Minerva, e pela elaboração de uma nova Constituição Federal e de uma nova LDB, as quais foram usadas para nortear o sistema educacional nacional. O regime ditatorial realizou algumas modificações em todos os níveis de ensino, no entanto, ainda manteve sua “parceria” com o mercado e com as instituições particulares de educação.

Período da Nova República: Governo de José Sarney

O período posterior ao regime Militar foi denominado Nova República, o mesmo permitiu uma abertura para a discussão sobre questões educacionais que eram restringidas pelo governo anterior, o que permitiu uma participação mais ativa de pensadores que faziam parte não só do campo educacional mais também de outras áreas de conhecimento, os quais tratavam a respeito de questões sobre a escola, a sala de aula, a didática utilizada, a dinâmica escolar, e a relação entre professor e aluno.

O primeiro presidente efetivo do país pós ditadura foi José Sarney, (o vice de Tancredo Neves, que foi eleito em 1985). Sarney assumiu o poder por conta da morte de Tancredo que não chegou a exercer o governo nenhum dia. Em seu mandato foi criado o Plano Cruzado, um plano econômico que trocou a moeda brasileira de cruzeiro para cruzado e congelou os preços objetivando conter a inflação que assolava o país.

O primeiro ministro da Educação no governo de Sarney foi Marcos Maciel, o mesmo foi responsável pela regulamentação da “Emenda Calmon”, que destinava para a educação 13% dos recursos orçamentários do Brasil. Desta forma, a partir de 1986 o MEC passou a apresentar o segundo maior orçamento entre os ministérios. Maciel, que ficou no cargo apenas durante um ano, também foi o responsável por incentivar o programa que objetivava a distribuição de livros didáticos pelo país, buscou ampliar a merenda escolar, instituiu os programas “Nova Universidade”, o de distribuição de livros didáticos para professores na região Nordeste, o “Educação para Todos” e outro voltado para o ensino técnico, dando início a construção das primeiras escolas técnicas planejadas.(GHIRALDELLI JR, 2009)

Durante o governo Sarney houve a promulgação da nova Constituição Federal em 1988. No que diz respeito à educação a mesma apontava para a democratização e obrigatoriedade do ensino, tratava a educação como um direito social, destacou pontos como o acesso e a permanência na escola, a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, e

estabeleceu um Plano Nacional de Educação que propunha a erradicação do analfabetismo, a universalização do ensino e a potencialização de sua qualidade.

O Art. 205. Da Constituição Federal de 1988 afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (COSTA, 2002, p. 116)

Este governo é marcado pela abertura a novas discussões a respeito da educação e o que poderia ser feito para melhorá-la, neste sentido o mesmo realizou algumas medidas como o estabelecimento de uma porcentagem fixa do orçamento para a educação e a elaboração de alguns programas. Outro importante fator foi a elaboração da Constituição de 1988, que tratava a educação como um direito social, a qual deveria ser garantido a todos.

Governos de Fernando Collor de Mello e de Itamar Franco

Em 1990 Fernando Collor de Mello assume a presidência do país tendo Itamar Franco como vice. No que diz respeito a área educacional Collor elaborou propostas de mudanças que apresentavam certas incoerências, favoreceu o ensino privado e reduziu os gastos orçamentários com a educação. Segundo GHIRALDELLI JR (2009),

O governo do Presidente Fernando Collor começou com um plano econômico pouco alvissareiro, que confiscou a poupança dos brasileiros e promoveu uma recessão econômica, que ele e sua equipe avaliaram como sendo as únicas medidas que conteriam a inflação [...]. Sua política educacional foi conturbada e improdutiva, além de se fixar em frases meramente demagógicas, por exemplo, a de “construção de centenas de CIACs”, ou seja, escolas no modelo dos “Brizolões”, uma forte marca do PDT que havia virado, de certo modo, uma peça de bom “marketing político” de Leonel Brizola. Quando deposto, Collor deixou para Itamar Franco um país em frangalhos, em particular o MEC e todo o aparato estatal de fomento à cultura, educação e ciências. (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 168)

Collor permaneceu no poder por dois anos, durante o seu mandato sofreu impeachment por motivos de corrupção e outros problemas, sendo assim deposto legitimamente pelo Parlamento. Foi substituído pelo seu vice presidente, Itamar Franco no final de 1992, que permaneceu no cargo até as novas eleições.

Itamar Franco buscou formar um governo amplo e realizar uma reorganização do Estado. Durante o seu mandato foi elaborado o mais bem sucedido plano de controle da inflação pós ditadura, o Plano Real, proposto pelo seu Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. “No caso do MEC e instituições adjacentes, o que se fez foi a tentativa de

recriar – até mesmo do ponto de vista legal – uma série de instancias fechadas, destruídas ou simplesmente extintas pelo Presidente Fernando Collor de Mello.” (GHIRALDELLI, 2009, p.169)

Em 1993 surgiu o Plano Decenal de Educação para Todos, inspirado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990, que se mostrava raso, pois tratava apenas da educação fundamental. Tal documento buscou identificar os obstáculos da universalização do ensino fundamental e acabar com o analfabetismo, porem ele não foi colocado em prática.

Este é um período turbulento da história do país, o presidente Collor realizou um mau governo e devido às acusações de corrupção foi deposto do seu cargo como presidente. O mesmo foi substituído pelo seu vice, Itamar Franco, que buscou “concertar” as decisões erradas tomadas pelo presidente anterior, também no que diz respeito à educação, que se encontrava em situação precária.

Governo de Fernando Henrique Cardoso

Em 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou seu primeiro mandato, sendo reeleito em 1998 governando até 2002. Dentre as ações da área educacional realizadas em seu governo pode-se destacar a LDB/96, o Plano Nacional de Educação de 1998 e de 2001 e alguns programas governamentais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 dispôs sobre todos os níveis de ensino, sendo os mesmos divididos em dois grupos: o primeiro esta voltado para a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), e o segundo para a educação superior. Já a educação profissional, especial, indígena, a distancia, e a de jovens e adultos, estavam inseridas na modalidade educacional, ou seja, que perpassa por todos os níveis de ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE/98) apresentava como propostas centrais:

A elevação global do nível de escolaridade da população”; “a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis”; “a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e á permanência, com sucesso, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em concelhos escolares ou equivalentes. (I- Introdução, Objetivos e Prioridades)

Além de estabelecer prioridades para a educação nacional, o PNE também realizou um importante diagnóstico da situação em que a mesma se encontrava, sendo a análise dividida por níveis de ensino. A educação infantil (de 0 a 6 anos) apresentou um baixo índice de matrículas, havendo uma redução ao longo dos anos, comparado ao número de habitantes do país. Segundo Ghiraldelli Jr. (2009),

O quadro que o PNE traçou em relação ao desatendimento crescente nos anos de 1990 informou, então, que em 1987 os Estados atendiam 850 mil e, em 1997, somente 600 mil, baixando sua participação no total de matrículas de 25,9% para 9,6% e as de iniciativa privada, de 34 para 24%. Em 1988, a retração foi maior ainda: para 396 mil matrículas. Já os Municípios passaram, naquele período, de 1,3 milhão de matrículas para 2,7 milhões, aumentando sua parcela, no conjunto, de 339,2% para 66,3%. (...) Em relação a 1987, observou-se o mesmo fenômeno que ocorreu com as matrículas: os Estados se retraíram, e mais acentuadamente a partir de 1994, pois em 1993 detinham 31% dos estabelecimentos e, quando da nova estatística, somente 8,8%. Os Municípios passaram de 47,4% para 65,7% e a iniciativa privada de 22,7% para 25,4%. (GHIRALDELLI JR. 2009, p. 197)

O PNE apontava também que houve um aumento no número de professores graduados nas redes de ensino, alto índice de evasão escolar e exclusão, visto que um número significativo de crianças se encontrava fora da escola; e precárias condições de infraestrutura dos espaços educacionais, ao passo que muitos destes estabelecimentos não tinham abastecimento de água, sanitários adequados, rede de esgoto, principalmente na região Nordeste, muitas destas instituições não continham parque infantil nem energia elétrica, o que impossibilitava a aprendizagem da disciplina de informática, por exemplo.

Com relação ao ensino fundamental o Plano Nacional de Educação constatou um alto índice de atendimento majoritariamente das escolas públicas. No entanto,

Verificou-se uma situação de inchaço nas matrículas do ensino fundamental, que decorria basicamente da distorção idade-série, a qual, por sua vez, era consequência dos elevados índices de reprovação. De acordo com o censo escolar de 1996, mais de 46% dos alunos do ensino fundamental tinham idade superior à faixa etária correspondente a cada série. No Nordeste essa situação era ainda mais dramática, chegando a 64% o índice de distorção. Esse problema dava exata dimensão do grau de ineficiência do sistema educacional do nosso país: os alunos levavam em média 10,4 anos para completar as oito séries do ensino fundamental. (GHIRALDELLI JR. 2009, p. 199)

O ensino médio se encontrava em uma situação ainda pior, o mesmo apresentava um baixíssimo número de matrículas, sendo a principal causa o mau preparo do ensino básico, visto que muitos alunos se encontravam em situação de repetência ou iniciavam os estudos no ensino médio porém abandonavam ao longo do período letivo. Com relação a evasão escolar dos alunos, “ em 1970-73, 74% dos que iniciaram conseguiram terminar os estudos. Isso piorou

entre 1977-80, com o índice caindo para 50,8% e, no período de 1991-94, para 43,8%.” (GHIRALDELLI JR. 2009, p.199)

No que diz respeito ao ensino superior o Plano Nacional de Educação fez uma comparação do país com a América Latina. O mesmo apresentava um dos mais baixos índices de acesso e ingresso as faculdades e universidades. Segundo Ghiraldelli Jr. (2009), “a porcentagem de matrículas na educação superior brasileira em relação a população de 18 a 24 anos era menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do nosso continente.” (GHIRALDELLI JR. 2009, p. 200)

Esse diagnóstico realizado pelo PNE mostrou o quanto a situação educacional brasileira se encontrava em condições precárias, necessitando urgentemente de medidas para sua transformação.

Fernando Henrique Cardoso teve como Ministro da Educação o ex-reitor da UNICAMP Paulo Renato, seu governo foi marcado pela criação de inúmeros planos para a educação, em sua gestão foi inaugurado um sistema inédito de avaliação do ensino básico e do ensino superior. Segundo as críticas de alguns intelectuais da época este método de avaliação serviria apenas para incentivar as instituições que apresentassem melhores resultados não havendo nenhuma ação para auxiliar as instituições que apresentassem um baixo desempenho. Houve também um movimento estudantil pouco expressivo contra a política educacional do governo de FHC, segundo os opositores a mesma era destinada apenas para classificar as instituições públicas de ensino e a situação educacional para que o empresariado pudesse adquiri-las. No entanto a oposição estava equivocada, pois no final da década de 1990 não houve nenhum movimento de privatização de qualquer nível de ensino.

O sistema de avaliação do governo, feito pelo MEC e INEP, foi sem dúvida um dos pontos elogiáveis na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Os documentos do governo a respeito desses exames mostram que eles foram feitos para se adaptarem a objetivos diferentes, com sistemáticas diferentes. A idéia central era criar um mapa, para a sociedade, a respeito das melhores escolas. (GHIRALDELLI, 2009, p.202)

Foram criados basicamente três sistemas de avaliação no governo de Fernando Henrique Cardoso baseados pelas Diretrizes do Ensino, o SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), e o Exame Nacional de Cursos, o chamado Provão.

Em seu mandato também foi aprovado pelo Congresso Nacional em 9 de Janeiro de 2001 e instituído pela Lei nº 10.172, um novo PNE que viria estabelecer diretrizes e metas

para a educação dos próximos dez anos. A mesma estabelecia a realização de avaliações periódicas de sua execução sendo responsabilidade dos entes federados e da sociedade civil.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, e à integração das ações do poder público que conduzem à: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho; V – promoção humanística. (BRASIL, PNE - Lei nº 10.172/ 2001, Apud. DOURADO (Org.), 2011, p. 25)

Pode-se perceber que os acontecimentos do governo de Fernando Henrique Cardoso foram bastante relevantes para a educação brasileira, visto que durante o seu mandato foi criada a LDB/96, o Plano Nacional de Educação de 1998 e de 2001 e alguns programas, como os sistemas de avaliação do ensino, que visavam alcançar melhorias na situação em que se encontrava o sistema educacional brasileiro. No entanto o PNE pode apresentar o quão drástica estava a situação da educação no país, um alto índice de evasão e exclusão, precárias condições de ensino nos ambientes escolares, e baixos índices de matrícula, principalmente no ensino médio e superior. Embora Fernando Henrique Cardoso tenha tomado certas providencias para mudar o quadro da educação, muito ainda precisava ser feito para que de fato isso viesse a acontecer.

Governo de Luís Inácio Lula da Silva

No ano de 2002 Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil, assumindo o cargo em janeiro de 2003. O mesmo foi reeleito em 2006 ficando no poder até 2010.

Com relação a educação em seu mandato foi criado o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), o ProUni (Programa Universidade para Todos), o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o programa Brasil Alfabetizado e Educação para Jovens e Adultos (EJA), direcionado para a alfabetização de jovens e adultos priorizando as regiões Norte e Nordeste do país.

No que diz respeito ao ensino superior foi também aprovada a Lei nº10.861 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), e o Decreto nº 5.773, de maio de 2006 que se caracterizou como um marco regulatório para a educação superior. Tal Decreto criou o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil (Enade), voltado para a avaliação dos alunos.

O segundo mandato de Lula foi marcado pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em abril de 2007. O Plano estava sustentado em trinta ações voltadas para todos os tipos e níveis de ensino, sua criação foi elogiada, pois mostrava a importância da educação para o governo, no entanto também recebeu muitas críticas, dentre elas, a não participação popular na elaboração das ações.

O governo Lula também investiu parte do seu orçamento em programas sociais como: o Programa Luz para todos, o Programa de Erradicação do Trabalho infantil (Peti), e o Bolsa Família, que tinha como um dos requisitos para a adesão das famílias, a presença da criança na escola.

Durante seu governo foi realizada uma avaliação pelo MEC da PNE (2001-2010) abrangendo o período de 2001 a 2008. A avaliação realizada faz uma análise crítica das propostas apresentadas pelo PNE e elabora um diagnóstico da situação educacional do país destacando os avanços e desafios ainda existentes com relação ao que foi colocado pelo Plano. Tal avaliação destaca que:

A despeito de apresentar um conjunto de metas de amplo alcance, revelando os grandes desafios das políticas pela melhoria da educação nacional, o Plano destaca-se, contraditoriamente, pela ausência de mecanismos concretos de financiamento. Em parte, isso se deve ao fato de que a sanção da lei que instituiu o Plano foi acompanhada de nove vetos presidenciais. Estes vetos, seletivos, ainda não apreciados pelo Congresso, incidiram majoritariamente sobre metas financeiras, impondo limites à gestão e ao financiamento da educação nos seus diferentes níveis e modalidades. Com isto, não evoluíram os percentuais do financiamento, uma vez que não houve alocação de mais recursos para fazer frente às novas metas e diretrizes propostas. Sem dúvida, essa lógica política vem implicando limites efetivos à concretização dos objetivos e metas previstos no PNE [...] (BRASIL, MEC, 2010, p.18 Apud. DOURADO (Org.), 2011, p. 29-30)

Apesar das limitações expostas, a avaliação do Plano Nacional de Educação apresentou alguns avanços na área, com destaque para a educação básica e ensino superior. Com relação ao ensino básico: foram instituídas diretrizes, políticas e ações voltadas para a educação infantil; ampliou-se o apoio técnico e pedagógico aos sistemas de ensino e foi estabelecido programas específicos para a formação de professores e funcionários; a política de universalização e de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos foi consolidada; houve uma melhora do acesso e da permanência do estudante na escola, e foi adotado a educação integral; reorganizou-se o ensino médio e a educação profissional visando a ampliação das oportunidades educacionais; foram implementados programas específicos para a consolidação do ensino médio direcionados para a ampliação da matrícula e da melhoria da qualidade do ensino, no que diz respeito a educação profissional, para o aumento

das oportunidades educativas; e a realização de ações voltadas para a ampliação do acesso ao ensino médio e da obrigatoriedade do mesmo. (BRASIL, MEC, 2010, p. 769, Apud. DOURADO, 2011, p. 31-32)

Com relação ao ensino superior: foi realizada uma reorganização das políticas e dos programas do MEC visando a democratização do acesso e a inclusão social; mudanças no financiamento, havendo ampliação dos recursos para as instituições federais de ensino e para aquelas vinculadas as políticas de apoio aos estudantes; a oferta de bolsas parciais e integrais em instituições privadas de ensino superior para alunos de baixa renda por meio do Prouni; a ampliação dos recursos para a expansão e manutenção do sistema federal do ensino superior; a expansão da educação profissional e tecnológica; a elaboração e a busca pela consolidação do novo sistema de avaliação, supervisão e regulação da educação superior, através do Sinaes; a realização de mudanças curriculares nos cursos de graduação; a consolidação de políticas afirmativas que visavam ampliar o acesso e a permanência dos alunos nas instituições de ensino superior; a regulamentação, avaliação, o acompanhamento e a consolidação do ensino a distancia; o crescimento dos cursos de graduação e o estímulo a consolidação e ao desenvolvimento da pós-graduação e da realização de pesquisas; e, o crescimento do numero de bolsas para mestrado e doutorado. (BRASIL, MEC, 2010, p. 770/771, Apud. DOURADO, 2011, p. 33-34)

A avaliação realizada pelo MEC (2010) também apontou avanços e limites das ações e políticas utilizadas pelo governo durante este período de 2001 a 2008. A mesma foi dividida pelos níveis de ensino.

Educação Infantil: apresenta problemas no acesso e permanência, revelando o enorme desafio de assegurar o atendimento, em cinco anos, de 30% das crianças de até três anos de idade; o atendimento, em dez anos, de 50% das crianças de até três anos de idade; o atendimento, em cinco anos, de 60% das crianças de quatro a seis anos de idade. É fundamental destacar, contudo, a política adotada pelo MEC para a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, como esforço efetivo no atendimento a crianças a partir de seis anos de idade, bem como a inclusão desta etapa no Fundeb e sua consequente cobertura pelo fundo, além do esforço, ora empreendido, para incluir as crianças de quatro e cinco anos na escolaridade obrigatória.

Ensino Fundamental: os indicadores do acesso a essa etapa da educação básica mostram os sinais de sua evolução positiva, nos últimos anos. O grande desafio relaciona-se à melhoria das condições de permanência com qualidade, o que, certamente, passa pela consolidação de programas em curso relativos à melhoria dos processos de formação e profissionalização docente e da gestão escolar, ao enfrentamento de questões como a evasão escolar, distorção idade-série, implementação de condições para a oferta de ensino de qualidade, o que implica, entre outras coisas, o dimensionamento do custo-aluno-qualidade.

Ensino médio: ainda apresenta baixa cobertura, em relação ao cumprimento das metas do PNE, apesar das taxas de crescimento apresentadas nos últimos anos, especialmente no setor público estadual. Entre outras metas desafiadoras,

destacamos, no PNE: o atendimento, em cinco anos, de 50% da demanda e, em dez anos, de 100%, da população de 15 a 17 anos; e consolidar ações políticas visando garantir a universalização e a obrigatoriedade desta etapa da educação básica, elevando-a a prioridade nacional.

Educação profissional e tecnológica: processaram-se alguns avanços na articulação entre ensino médio e educação profissional. No entanto, a expansão da educação profissional e tecnológica e, de forma mais específica, do ensino médio integrado traz novos desafios ao financiamento desta modalidade de ensino. Faz-se necessária a criação de um fundo para a manutenção da EP e a sua inserção em programas como o do Livro Didático.

Educação superior: a tendência de crescimento deste nível de ensino ocorreu, nos últimos anos, por meio da adoção de políticas de diversificação e diferenciação institucional e de recursos fortemente arcadas pela lógica privatista. Democratizar o acesso e garantir a permanência constitui enorme desafio, sobretudo ao se considerarem os indicadores educacionais e as condições objetivas da população, diante do cumprimento das metas do PNE. Estas preveem, entre outras, a oferta, até o final da década, de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos e a ampliação da oferta de ensino público, de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas (meta vetada no PNE e objeto de políticas e programas do MEC, especialmente a partir de 2004). Os esforços de expansão pública bem como o apoio a estudantes carentes do ensino privado sinalizam a ampliação da matrícula nesse nível de ensino. Tal constatação revela, ainda, o empenho requerido para garantir padrões internacionais no acesso à educação superior e à permanência nela. (BRASIL, MEC, 2010, p. 772/773, Apud. DOURADO, 2011, p. 31-32)

É válido destacar que durante o governo Lula houve a realização de conferências educacionais a nível de Município, Estado e União, pode-se destacar a Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em Brasília em 2010. Tal Conferência teve um importante papel para o debate sobre a educação brasileira, visto que alguns dos pontos levantados foram considerados na proposta do Plano Nacional de Educação (2011-2020).

Pode-se observar que durante os dois mandatos do governo Lula houve um avanço na educação do país, foram criados importantes ações e programas diretamente voltados para a educação, como o Fundeb, o ProUni, o Reuni, o EJA, o Sinaes e o Enade, e indiretamente, como por exemplo, o Bolsa Família. Muitas políticas obtiveram alterações significativas no que diz respeito a abrangência e no processo de gestão e financiamento no diversos níveis e modalidades de ensino. Apesar de toda essa atenção voltada para a educação nacional, segundo a avaliação do PNE (2001-2010) realizada pelo MEC para o período de 2001 a 2008, ainda existem grandes desafios a serem enfrentados principalmente no que diz respeito ao acesso, a qualidade e permanência, em praticamente todos os níveis de ensino. Muito ainda precisa ser feito pela educação do Brasil.

Governo de Dilma Rousseff

Dilma Rousseff assumiu a presidência do país em primeiro de Janeiro de 2011, este acontecimento foi um marco para a história do Brasil, visto que a mesma foi a primeira mulher a assumir o poder no posto mais importante do país. Dilma esta neste cargo nos dias atuais, podendo ser reeleita nas eleições que se seguem.

No início do seu mandato, sob a gestão da Secretaria de Educação Básica (SEB), foi iniciado o planejamento para a educação básica para o período de 2011 á 2014, sendo este um processo continuado que se conclui em 2014.

Baseando-se nas informações contidas nos relatórios de gestão concedidos pelo Ministério da Educação (MEC), a SEB em 2011 apresentou como pontos de destaque a participação na formação continuada de aproximadamente 1.040.100 profissionais da área educacional presentes em todo o país, sendo 411.354 profissionais e 628.749 em formação; pela expansão do uso de tecnologias e comunicação ligadas a rede mundial de computadores; e pela ampliação e consolidação de parcerias com Instituições Públicas de Ensino Superior.

Neste período de 2010 e 2011 a Secretaria de Educação Básica realizava alguns projetos, dentre eles: o Programa de Aprendizagem Escolar (GESTAR II), voltado para a formação continuada para professores que lecionam as disciplinas de matemática e português nas séries finais do Ensino Fundamental; Pró-Letramento, destinado aos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental visando a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem; Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, que trabalha a Política de Formação de Professores para a Educação Infantil tendo como parceiros algumas Universidades Federais e as Secretarias Municipais de Educação; além de outros programas voltados para a qualificação e capacitação de gestores, criação e fortalecimento de conselhos escolares, melhoria do índice de desenvolvimento da Educação Básica, entre outros.

O relatório aponta também que as principais dificuldades apresentadas para a realização dos objetivos e metas propostas pelas Secretarias do MEC e para o avanço dos projetos foram à falta de verbas direcionadas para despesas diárias e passagens, pois algumas atividades foram impossibilitadas e adiadas por causa da falta de recursos financeiros direcionados para este fim, dentre elas, programas de capacitação de profissionais da educação que seriam realizadas por profissionais que se deslocariam para fora do seu estado de origem; grande rotatividade de pessoas e falta de recursos, falta de mão de obra e de materiais visto que ampliou-se as competências da SEB mais não houve um aumento desses recursos necessários; delonga na tramitação dos projetos e repasses de recursos financeiros,

visto que para a liberação dos mesmos são realizadas diversas análises que demandaram tempo.

Segundo o Relatório de Gestão da SEB do ano de 2012, neste ano foi lançada a ação Brasil Carinhoso pertencente ao Plano Brasil Sem Miséria. A proposta desta ação é ampliar a oferta da educação infantil e melhorar a qualidade do atendimento das creches públicas ou conveniadas com o governo a partir da transferência de recursos complementares da União para os Municípios. O público alvo são crianças de 0 a 4 anos de idade que tem pais participantes do Programa Bolsa Família.

O relatório também firma que em 2012 foi lançado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa que estabelece um compromisso de todos os níveis de governo (União, Estados e Municípios) de assegurar que todas as crianças do país estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. A proposta é fundamentada e embasada em um conjunto concreto e articulado de ações, materiais, referências curriculares e pedagógicas, que seriam disponibilizados ao Distrito Federal, Estados e Municípios.

Com relação ao Ensino Superior, segundo as informações do Relatório de Gestão da Secretaria do Ensino Superior (SESU) de 2012, este nível de educação tem ganhado destaque nos planos do governo visto que a mesma é um importante instrumento para o desenvolvimento econômico e social da nação, desta forma o governo tem visado a garantia da qualidade do ensino, expandir e preservar as universidades federais, desenvolver políticas de inclusão e proporcionar meios para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

O Relatório afirma que em 2011 o governo enviou para o Congresso Nacional 4 Projetos de Lei referentes a criação de 4 novas universidades no país: Universidade Federal do Cariri - UFCA, situada em Juazeiro do Norte, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - 24 UNIFESSPA, localizada em Marabá, a Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOBA, em Barreiras, e a Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA, situada em Itabuna.

Segundo o Relatório, das propostas do governo para a criação de 47 câmpus até 2014, 12 já estavam funcionando em 2012. No que diz respeito ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o mesmo passou a contar com 294 campos, tendo 286 em funcionamento em diversos municípios do país, proporcionando assim um aumento no número de vagas não só na graduação, mais também na pós-graduação visto que foram abertos 628 novos curso durante o período de 2008 a 2012. No

decorrer destes anos também foram ofertadas 5.812 bolsas de mestrado, 4.065 bolsas de doutorado e 373 de pós-doutorado.

Apesar dos significativos avanços e propostas o MEC e suas Secretarias continuaram enfrentando desafios referentes a falta de recursos humanos e materiais, e a transferência voluntária de recursos de cunho geral, visto que os mesmos só são liberados após passar por uma lista de procedimentos estabelecido pela legislação federal.

De acordo com o Relatório de Gestão do ano de 2013 da SEB, além da adesão de colégios a programas propostos pela Secretaria, como o Mais Educação, que propõe a ampliação da jornada escolar através da oferta de atividades como: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, entre outras, foi lançado neste ano o Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio que visa promover a valorização dos profissionais de educação (professores e coordenadores pedagógicos) que atuam neste nível de ensino em rede zonas rurais e urbanas, como também contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos mesmos através da oferta de bolsas de estudos para professores e coordenadores pedagógicos que participarem da formação continuada.

Com relação ao ensino Superior durante o ano de 2013, o Relatório de Gestão Anual da Secretaria de Educação Superior (SESu), descreve que foi criado o Programa de Inglês sem Fronteiras, com vertente para o curso de inglês (My English Online) na modalidade a distancia oferecido pelo Portal de Periódicos; também foram criadas as 4 novas universidades propostas no ano anterior: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), e Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Da criação dos 47 novos câmpus propostos pelo governo até o final de 2014, 17 já estavam em funcionamento.

Outro importante acontecimento de 2013 foi a instituição do Programa Bolsa Permanência, que propõe o auxílio financeiro a estudantes de Instituições Federais de Ensino Superior, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes indígenas e quilombolas, visando a diminuição das desigualdades e proporcionar a permanência e a formação superior dessa parcela da população.

Pode-se destacar também o lançamento do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que tem como objetivo promover o intercâmbio visando a proporção de experiências educacionais, acessibilidade e a inclusão social de estudantes negros, indígenas e com deficiência, e transtornos globais do desenvolvimento (que se caracterizam por

apresentar: alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação, além de interesse e atividades limitadas, movimento padronizado e repetitivo) que estejam matriculados em Instituições de Ensino Superior inseridos em políticas afirmativas como a Lei de Cotas, o ProUni e o Fies.

A SESu também enfrentou obstáculos para a sua atuação, dentre elas a falta de recursos humanos e financeiros referentes a gastos com despesas diárias e outros fatores recorrentes que necessitavam de verba.

A partir do que foi exposto, pode-se dizer que a história da educação brasileira foi marcada por rupturas que caracterizaram cada período vivido pelo país. Até os dias de hoje ocorreram varias mudanças no planejamento educacional, na forma de gestão e métodos pedagógicos, porem muito ainda precisa ser feito para que ela seja aprimorada para que haja um progresso da qualidade da educação oferecida e para que todos tenham acesso a mesma.

Sendo a história caracterizada por ser um continuo processo de transformação, a historia da educação brasileira não esta acabada, novas rupturas estão acontecendo e acontecerão em nosso país e contribuirão para a sua evolução.

Tópico II – Discussão sobre a LDB: construção e análise.

Entendendo a importância da Lei de Diretrizes e Bases a Educação para a educação brasileira este tópico se propõe a realizar uma breve discussão geral sobre o processo de sua criação e efetivação bem como seus avanços e falhas segundo a visão de autores como: Paulo Ghiraldelli Jr, em sua obra “História da Educação Brasileira”, Carmem Silvia Bissolli da Silva (Org.) através do livro “Nova LDB: trajetória para a cidadania?”, Iria Brzezinski (Org.) por meio da obra intitulada “LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam”, entre outros.

A nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi aprovada como lei ordinária no Congresso Nacional através da Lei n ° 9.394 de 17 de dezembro de 1996, sancionada pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996 e publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro deste mesmo ano (seção I).

A LDB de 96 esteve em discussão desde 1988, suas idéias iniciais começaram a ser debatidas por educadores e estudantes antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, visto que a LDB anterior (Lei Federal n ° 4024/61), que orientou a organização escolar do país por aproximadamente 35 anos, já não se enquadrava na realidade do Brasil.

Percebendo esta necessidade clara de mudanças a própria Constituição determinou que fosse construída uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No mesmo ano em que foi elaborada a Constituição Federal, o deputado Octávio Elísio apresentou um anteprojeto para a nova LDB, tal projeto substitutivo foi enumerado na Câmara dos Deputados como nº 1258/A – 88. E em 1989 um grupo coordenado pelo deputado Florestan Fernandes foi encarregado pelo deputado Ubiratan Aguiar (então presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara) de ouvir e discutir com algumas instituições representativas das diversas áreas educacionais para conhecerem os anseios e as reais necessidades da sociedade no que diz respeito à educação. O relator indicado para compor o grupo foi o deputado Jorge Hage. (SILVA, 1998)

A partir desta discussão com deputados e representantes da educação foi elaborado um texto que norteou a criação de um projeto para a nova LDB o qual foi registrado na Câmara com o nº2.405/89. Tal projeto era composto por 172 artigos e 20 capítulos, sendo encaminhado para a Câmara dos Deputados em 1990, e aprovado pela Comissão da Educação neste mesmo ano. Tal proposta foi direcionada para a Comissão de Finanças e Tributação, e aprovada pela Comissão de Constituição de Justiça no ano seguinte. A demora no andamento das discussões foi ocasionada, além de outros fatores, pelas eleições e escolha de uma nova legislação. (SILVA (Org.), 1998)

A entrada do projeto na ordem do dia no Plenário da Câmara trouxe novas dificuldades para sua tramitação. Com a nova legislatura, até maio de 1991, o substitutivo recebera 1.263 emendas, retornando à Comissão de Educação, à Comissão de Finanças e Tributação e à Comissão de Constituição e Justiça (todas com novos representantes), para apreciação técnica das alterações. O grande número de emendas fez com que, até o final do ano de 1991, fossem discutidos apenas os 9 primeiros capítulos (cerca de 50 artigos dos 172 postos). Em 1992, o andamento do projeto da LDBEN na Câmara ficou ainda mais lento. A CPI que resultou no “impeachment” do Presidente Collor (1993) retardou as discussões do projeto de lei da educação. (SILVA (Org.), 1998, p. 42)

Neste mesmo sentido Brzezinski (Org.) afirma que,

Com o avançar dos anos 90, as posições no campo educacional, longe de se tornarem mais convergentes, tornaram-se mais embaralhadas. Elas convergem apenas na identificação da existência da crise dos sistemas e das políticas educacionais. Divergem na análise dos encaminhamentos das soluções e práticas sociais. Era portanto, esperado que a tramitação da lei acumulasse uma grande quantidade de substitutivos expressando divergências, manifestas ou não, de interesses desde o início do processo de sua formulação. Elas foram expressas durante, e mesmo antes, a série de audiências públicas ocorridas na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ocasiões em que foram ouvidas cerca de quarenta entidades nacionais do campo educacional, inclusive órgãos do governo federal, e debaterem pesquisadores das universidades e centros de pesquisa e deputados. Além das emendas apresentadas pelo próprio autor do primeiro

anteprojeto, após cada um dos eventos acima referidos, foram apresentados novos substitutivos pelo redator. (BRZEZINSKI (Org.), 2007, p.20)

Neste mesmo período, no ano de 1992, houve a apresentação de outro projeto no Senado, o qual foi elaborado pelo senador Darcy Ribeiro (Projeto de Lei nº67), e relatado pelo senador Fernando Henrique. Desta forma, havia dois projetos de LDB tramitando pelo Congresso Nacional.

O projeto que teve como “coordenador” o deputado Florestan Fernandes foi aprovado em 1993 sendo assim direcionado para que o Senado Federal realizasse uma revisão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) foi enumerado de 101/1993. Tal documento teve como relator o senador Cid Sabóia de Carvalho, que após análise e elaboração de um parecer foi encaminhado para a Comissão de Educação do Senado, sendo aprovado em 1994.

Este projeto foi caracterizado como detalhista e burocrático, além de apresentar divergências com o projeto apresentado pelo Senado (Projeto de Lei nº67). Devido a essas acusações da crítica o senador Cid Sabóia elaborou um substitutivo (nº250) baseado na proposta do senador Darcy ribeiro. O mesmo buscou retirar detalhes, reorganizar assuntos visando enxugar o projeto. No entanto devido a mudança dos senadores ocasionada pelas eleições e da interferência de outros fatores, tais como lutas de interesses políticos, o projeto foi arquivado em 1995. (BRZEZINSKI, 2007)

Instalado o governo Fernando Henrique, dentre suas ações iniciais em relação à educação está a interferência na tramitação da LDB ao definir o rumo das ações do MEC no documento “Planejamento Político-Estratégico 1995/1998” (MEC, MAIO, 1995). Nele foi considerada “a necessidade de rever e simplificar o arcabouço legal, normativo e regulamentar para estimular (e não tolher) a ação dos agentes públicos e privados na promoção da qualidade do ensino” (p.6). Consequentemente, decorre a estratégia desenvolvida com o objetivo de “aprontar uma nova Lei de Diretrizes e Bases que possibilite a diversificação institucional: novo cursos, novos programas, novas modalidades” e “retirar da Constituição dispositivos que engessam a gestão do sistema educacional”, “instituir um novo Conselho Nacional de Educação, mais ágil e menos burocrático; modificar regulamentações para garantir maior autonomia à escola [...] e transferir a ênfase dos controles formais e burocráticos para a avaliação de resultados” (p.8). (BRZEZINSKI (Org.), 2007, p.31)

Neste sentido, dos projetos apresentados para a LDB o governo optou mais uma vez por utilizar como base a proposta criada pelo senador Darcy Ribeiro anos atrás. No entanto tal projeto necessitava de grandes modificações para que o mesmo fosse adequado às necessidades apresentadas.

O senador Darcy Ribeiro, também membro da Comissão de Educação do Senado, apresentou novas propostas para a LDB, no entanto as mesmas sofreram grandes críticas dos

educadores do país, devido a tais circunstâncias, somente à quinta versão do seu projeto substitutivo foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado em 31 de agosto de 1995. No ano seguinte o parecer do Senado Federal (nº 30, de 13 de fevereiro de 1996) aprovou definitivamente o Projeto de LDB apresentado pelo senador após a realização de algumas alterações na redação dos artigos nº59 e nº82.

Em dezembro de 1996 o projeto foi sancionado pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, criando assim a Lei Federal nº9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira.

A versão final da LDB é constituída por 92 artigos distribuídos em 9 capítulos que discorrem sobre: a educação, os princípios e fins da educação nacional, o direito a educação e o dever de educar, a organização da educação nacional, todos os níveis e modalidades de educação e de ensino, os profissionais da educação, os recursos da educação, sendo os dois últimos capítulos direcionados para disposições gerais e transitórias. A mesma é conhecida como a carta magna da educação, visto que no âmbito educacional ela se encontra apenas abaixo da Constituição Federal de 1988, sendo responsável por definir o direcionamento que ordena a educação nacional.

O artigo 1º da Lei de nº 9.394 traz uma importante concepção da educação ao afirmar que ela “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (LDB-BRASIL, 1996, p.1) Tal conceito aponta a importância não só da educação formal para o indivíduo como também das experiências vividas fora do ambiente escolar, as quais não só geram conhecimento como também influenciam diretamente no aprendizado do aluno.

É válido ressaltar que durante o tempo de duração para a aprovação da lei houveram protestos e manifestações realizadas pelos envolvidos na área educacional, que lutavam pela aprovação de uma lei que viesse trabalhar com as reais necessidades da educação brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional resultou de intensa luta parlamentar e extra-parlamentar. Entidades da sociedade, com interesses diversos, porém convergentes em relação a defesa do ensino público e gratuito, se reuniram em vários movimentos, criando versões de uma LDB de seu agrado. Todavia, a LDB resultante não foi esta, mas uma mescla entre o projeto que ouviu os setores da população e o projeto do Senador Darcy Ribeiro. É certo que a influencia do segundo projeto sobre o primeiro foi preponderante. (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 170)

Dentre os avanços postos pela LDB pode-se destacar que a mesma estabeleceu 8hs semanais de aula para os professores do ensino superior, apresentou o que deve ou não deve ser ensinado nas escolas, fixou prazos exatos para o repasse de recursos destinados a educação para todas as esferas de governo (União, Estados e Municípios), e classificou o que seria considerado despesas com a manutenção do ensino. (GHIRALDELLI JR, 2009) A Lei também ampliou o numero de anos e etapas da escolarização estabelecendo uma compreensão unificada da educação básica que foi subdividida em: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Outros pontos positivos que a Lei trouxe são:

Uma visão menos tecnicista da formação dos jovens; maior clareza das relações da educação com o mundo do trabalho; uma vinculação mais clara dos recursos financeiros aos objetivos visados; maior preocupação com a formação do educador e com suas condições de trabalho; a explicitação da determinação de se elaborar o Plano Nacional de Educação; a reafirmação da universalização do direito à educação; a referência explícita ao compromisso de avanços progressivos rumo a essa universalização; a abertura de espaço para a injunção do poder público em situação de omissão frente a suas responsabilidades; a determinação da chamada escolar; o destaque dado aos sujeitos/educandos em condições especiais, inclusive aos povos indígenas; o reconhecimento de identidades e culturas plurais em articulação com a unidade nacional; a ênfase na necessidade de se explorar os novos recursos tecnológicos no trabalho pedagógico, inclusive para a implantação de programas para a educação a distância etc. (BRZEZINSKI (Org.), 2007, p. 68)

Estes avanços foram de grande relevância para a organização do sistema de educação nacional, visto que trouxe novos olhares e determinou direitos importantes para a população brasileira.

O estabelecimento da obrigatoriedade da formação superior para os professores de todos os níveis de ensino, com exceção dos que trabalham com a educação infantil e as quatro primeiras séries do ensino fundamental, foi um dos importantes pontos trazidos pela LDB, visto que, dentre outras coisas, validou a formação do magistério, possibilitando que os profissionais que se encaixavam nesta categoria, exercessem a profissão. (GHIRALDELLI JR, 2009)

O sistema de ensino passou a ser organizado baseando-se no princípio de descentralização, visto que a nova lei possibilitou uma maior autonomia dos municípios, principalmente no que diz respeito ao ensino fundamental. As instituições escolares passaram a ter liberdade para organizarem seus próprios sistemas de ensino, assim como serem responsáveis por elaborar sua proposta pedagógica.

Apesar de ter sido um marco para a educação nacional e um importante instrumento na garantia dos direitos a Lei de Diretrizes e Bases apresenta algumas falhas e brechas

estritamente relacionadas ao ideário neoliberal presente na Lei. Neste sentido Brzezinski (2007) afirma que,

Em termos de princípios, a lei em questão não inova muito, uma vez que retoma, ainda que com pequenos retoques, os próprios princípios do liberalismo, agora lustrados com verniz neoliberal. O processo de enxugamento sofrido pelo texto originário da Câmara, na verdade, correspondeu ao expurgo de algumas definições mais avançadas em termos ideológicos, no sentido de que, produzidas por um trabalho mais participativo, expressavam conquistas mais universais. A incorporação de fragmentos do texto originário com essa conotação não parece garantir sua implementação, uma vez que não conseguem reverter as tendências consolidadas da orientação neoliberal, que domina não só o texto e o espírito da lei, mas todo o contexto da história sociopolítica brasileira do momento. Em razão disso, prevalece o caráter ideológico da lei disfarçado em retórica, não respondendo, mais uma vez, às reais necessidades da população em matéria de educação. Enquanto formulações universais, esses princípios, em teoria, não podem ser questionados. O problema todo é que a retórica liberal tem servido quase que de maneira exclusiva para encobrir ideologicamente o total descompromisso com a efetivação desses princípios. De um lado, porque sabemos muito bem que as condições sócio-históricas do Brasil não oferecem possibilidades para que a maioria das pessoas possam usufruir das mediações concretas desses princípios. Em segundo lugar, no próprio texto, os princípios são driblados, ou seja, os dispositivos legais não comprometem os agentes a efetivá-los. São afirmados, mas não se vinculam a eles meios históricos para sua realização. Deste modo, a lei conceitua mas não obriga, não assegura seu próprio cumprimento. Assim, tudo passa a depender das medidas que os gestores vão tomar. (BRZEZINSKI (Org.), 2007, p. 64)

Seguindo esta lógica Silva (1998), aponta que a LDB apresenta posicionamentos contraditórios, na medida em que age com flexibilidade para algumas questões enquanto trata outras com mais rigurosidade.

Assim, ao mesmo tempo em que atribui às escolas a responsabilidade pela elaboração de seu projeto pedagógico, impõe, no que se refere aos cursos de formação de professores da escola básica, a determinação de 300 horas de Prática de Ensino, desconsiderando as diversidades existentes entre escolas brasileiras, bem como o princípio do pluralismo pedagógico o qual, inclusive, consta como um dos princípios da própria LDB. (SILVA (Org.), 1998, p.45-46)

Outro ponto importante destacado pela obra de Silva (1998) se encontra no inciso I do art. 3º da LDB, que fala da competência do Estado em promover meios de garantir a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, o mesmo coloca esta função como princípio e não como obrigatoriedade. Como foi colocado na Lei, caso o Estado não ofereça um ensino gratuito de qualidade para todos os cidadãos não há como culpabilizá-los por esta falha.

A gratuidade do ensino nas escolas oficiais do governo também é posta na Lei como um princípio, o que dá brecha para a privatização das instituições de ensino no país. O Estado é responsabilizado por ofertar o ensino gratuito para o ensino infantil e fundamental, porém

esta atribuição e direcionada para os municípios. Com relação ao ensino médio a LDB aponta a universalização do mesmo de forma gratuita (Art. 4º, inciso II – Redação dada pela Lei 12.061, de 2009), no entanto não estabelece uma obrigatoriedade para tal nível de ensino. O mesmo também acontece com o ensino profissionalizante, visto que a não trata da questão da obrigatoriedade da gratuidade deste nível de ensino. (SILVA, 1998)

Brzezinski destaca que a LDB apresenta uma “dicotomia” entre o sistema de ensino público e o privado. Segundo a sua obra,

Ao mesmo tempo em que formula conceituações e diretrizes para a educação pública, com relação a educação conduzida por entidades privadas, consagra de fato sua total soberania. As exigências parecem ficar exclusivamente com o ensino público! Se a avaliação da atuação da rede privada de ensino ficar mesmo por conta do provão, então não se pode esperar nada mais [...]. O texto da lei é pouco explícito e não formula exigências à rede privada no sentido de se comprometer com o projeto educacional de interesse para toda a população, já que se trata de uma concessão. Embora falando do sistema público oficial, o texto da lei se aplicaria igualmente ao sistema privado. Só que quando se trata das exigências mais rigorosas, elas são estabelecidas especificamente para as instituições públicas, o legislador sendo totalmente condescendente com as instituições privadas, a quem cabe cumprir apenas as diretrizes gerais, mais amplas e, por isso mesmo, genéricas, pouco detalhadas. Isso salta aos olhos, mesmo aos mais desatentos, no caso do ensino superior (arts. 43-57). Além disso, a questão do repasse de verbas públicas a instituições privadas continua envolta na penumbra de ambiguidade que sempre obscurece a política de utilização dos recursos financeiros de origem pública no custeio da educação. (BRZEZINSKI (Org.), 2007, p. 65,66)

A obra organizada por Brzezinski (2007) afirma também que a LDB não consegue sustentar o princípio da gestão democrática, ao passo que o mesmo é afirmado apenas nos Arts. 2º, 14º e 56º, sendo em sua maioria voltado diretamente para o sistema público de ensino. Indo contra esta lógica de gestão democrática, a lei concede plenos poderes para o Executivo nomear os membros do Conselho Nacional de Educação, e retirou algumas de suas atribuições, o que mostra a forte tendência centralizadora do sistema de governo nacional. O autor critica também no que diz respeito a “prática particularizada”, Brzezinski afirma que o conteúdo da lei esta mais voltado para o incentivo a transformações nos diversos níveis de ensino do que estabelecendo um padrão específico de atuação. Segundo o dizer do próprio relator da Lei, o senador Darcy Ribeiro, os estados são incentivados a adaptarem (com respeito), as prescrições da lei segundo a sua realidade apresentada.

Pode-se perceber então que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz alguns importantes avanços e conquistas para a educação no país, no entanto apresenta também grandes desafios e limitações no que diz respeito a garantia do direito, a prática da lei e a qualidade do ensino. Apesar de suas limitações a LDB não deixa de ser um importante

instrumento para a formulação e gerenciamento de uma política educacional, visto que a mesma possibilita abrir perspectivas para novas mudanças. Esta Lei deve ser utilizada não só como uma ferramenta de orientação das atividades da educação nacional, mais também utiliza-la para exigir medidas para sua efetivação e como instrumento para garantir os direitos ali estabelecidos.

CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Tópico I– Trajetória da elaboração dos Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.

Este tópico tem como objetivo realizar uma breve retrospectiva histórica sobre o serviço social na educação no Brasil, apresentar as discussões realizadas pelo Conjunto CFESS/CRESS juntamente com a categoria na luta pela inserção deste profissional no ambiente escolar bem como a trajetória da elaboração e o conteúdo do documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”.

Para fundamentação foram utilizadas bibliografias como: o artigo “A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional”, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); o texto “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” elaborado pelo Grupo de Trabalho de Educação do CFESS; o artigo “Serviço Social e Educação: Olhares que se Entrecruzam” de Maria Cristina Piana; e a brochura “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, lançada pelo CFESS.

No Brasil a relação entre Serviço Social e Educação já estava presente em 1930, quando a profissão surge no país, esta ligação veio se fortalecendo, visto que a profissão apresenta um forte caráter educativo, político e interventivo; desta forma suas ações eram voltadas para desconstruir certos comportamentos e auxiliar o desenvolvimento de uma nova forma de existência e de relações do aluno no meio escolar, na comunidade e com a família. (PIANA, 2009)

O profissional tinha como atribuições integrar família e escola, identificar possíveis problemas sociais que viessem interferir no comportamento e aprendizagem do aluno, bem como ajusta-lo e disciplina-lo, para que o mesmo apresentasse um bom comportamento escolar. Neste sentido o assistente social deveria moldar o discente e prepara-lo para o

mercado de trabalho visando o desenvolvimento de suas aptidões com o intuito de formar cidadãos produtivos e úteis para os interesses do Estado. (PIANA, 2009)

Segundo Piana (2009),

Até meados da década de 1970 o Serviço Social teve uma vinculação ideológica por subordinação ou opção ao projeto político do Estado legitimando a ordem vigente. Mas com o Movimento de Reconceituação fundamentado nos desdobramentos críticos da identidade profissional e no rompimento com um Serviço Social conservador e tradicional, é que a intervenção no contexto educacional ganhou novas perspectivas e destaque, especialmente na década de 1980. (PIANA, 2009, p. 185)

O amadurecimento do serviço social ao longo dos anos proporcionou um redirecionamento para a função do profissional em todas as áreas de atuação, inclusive na área educacional, que a partir de então, passou a ter uma visão modificada e ampliada do seu fazer volta para as várias expressões da questão social e a garantia plena de direitos do cidadão.

Apesar da existência de alguns relatos de experiências de assistentes sociais na educação em décadas anteriores é só a partir dos anos de 1990, com o desenvolvimento do projeto ético político profissional que o tema passa a ser debatido de forma ampla através de pesquisa e publicações, havendo também um aumento do número de assistentes sociais inseridos neste espaço de trabalho.

No Conjunto CFESS/CRESS é a partir dos anos 2000, que passa a compor como agenda de ações desta categoria profissional, de forma continuada, debates, constituição de comissões e grupos de trabalho, produção de cartilhas e textos de apoio, oficinas, encontros e seminários estaduais e regionais, levantamento da inserção de assistentes sociais no Brasil, mapeamento das legislações nos estados e municípios que contam com o profissional nesta política. (CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 244)

Com relação a essas ações em 2001 ocorreu o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, evento que se caracteriza por ser um espaço democrático de debate da agenda política do serviço social. Este encontro trouxe para o debate a temática de serviço social na educação e proporcionou a elaboração de propostas a nível nacional relacionadas a inserção deste profissional neste espaço, as mesmas estavam direcionadas para dar orientação aos profissionais, discutir o tema e socializar experiências dos assistentes sociais já inseridos na área.

Este ano também foi marcado pela criação realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) do Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação o qual teve como um de seus feitos a construção do documento “Serviço Social na Educação”.

Neste documento, cujo objetivo foi contribuir com a discussão que se configurava no cenário nacional naquele momento, se problematizou a função social da escola, a Educação como um direito social, a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a assistente social. O documento Serviço Social na Educação incorporou também o Parecer Jurídico nº 23/2000 elaborado pela assessora jurídica do CFess, Sylvia Terra, sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, relacionando sua pertinência a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos arts. 4º e 5º da Lei nº 8.662/1993. Tratou-se, também, das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e da discussão sobre sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual. (CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 249)

Devido a relevância do tema serviço social na educação e a inserção deste profissional nesta área de atuação, o mesmo foi debatido nos encontros nacionais posteriores. Uma importante ação realizada a partir de então pelos Concelhos Regionais de Serviço Social (Cress) e pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFess), foi o acompanhamento dos projetos de lei e das legislações relacionadas a esta temática. Neste sentido, para conhecer o andamento de tais documentos, no ano de 2003 o CFess solicitou que o professor Ney Luiz Teixeira de Almeida elaborasse uma análise dos mesmos dando origem no ano seguinte ao “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”.

Segundo as palavras do autor, presentes no próprio documento, o mesmo foi escrito objetivando “subsidiar as discussões da própria entidade quanto às estratégias e ações a serem adotadas em relação à apresentação e tramitação de Projetos de Lei que versam sobre a inserção do Serviço Social na Educação, em particular o Projeto de Lei Federal nº 873/2003.” (ALMEIDA, 2005, p. 1)

O autor fez um parecer a respeito de vários projetos de lei, dentre eles o *Projeto de Lei nº 2.006, de 1974* da Câmara dos Deputados, que propunha a instituir a obrigatoriedade do Serviço Social escolar; o *Projeto de Lei nº 59, de 1978* da Assembleia Legislativa de São Paulo, que visava criar na Secretaria dos Negócios da Educação deste estado o setor do Serviço Social Escolar; e o *Projeto de Lei nº 837, de 2003* da Câmara dos Deputados, que diferentemente dos 13 projetos dos anos anteriores propõe não só a inserção de assistentes sociais na educação, mas também de psicólogos. Outro fator diferenciado é que o mesmo propõe inserir tais profissionais em espaços que ofertam os diferentes níveis de ensino da educação básica, ensino infantil, fundamental e médio. (ALMEIDA, 2005)

Um ponto destacado por Ney Luiz Teixeira de Almeida neste documento foi a importância da mobilização dos profissionais visando a institucionalização da área

educacional como espaço definitivo de atuação do assistente social. Neste sentido, durante o 34º Encontro Nacional CFESS/CRESS que ocorreu na cidade de Manaus - AM em 2005, foi proposto a criação de uma comissão de trabalho formada por representantes do CFess e dos Cress de cada região do Brasil. Esta proposta voltou a ser apresentada no Encontro Nacional CFESS/CRESS do ano seguinte (35º Encontro, realizado em Vitória - ES, no ano de 2006), sendo aprovada a sua formação, no entanto a mesma só foi efetivada durante as gestões posteriores dos períodos de 2008-2012 e 2011-2014. (CFESS, 2012)

No período de 2008 a 2009, o GT Nacional sistematizou um quadro referente aos estados e municípios que possuem legislação acerca da implementação do Serviço Social na Educação, bem como dos projetos de lei que estavam tramitando no âmbito dos poderes legislativos municipais, estaduais e nacional, a partir das contribuições dos Cress. Nesse mesmo período foi solicitado aos Cress que fizessem avaliação de conteúdo a respeito dos projetos de lei em tramitação e interferissem nas incorreções conceituais, como o equívoco de identificação do Serviço Social com a política de assistência social, bem como a necessidade da ampliação da concepção de Serviço Social Escolar para Serviço Social na Educação [...]. Em 2010, o GT Nacional evidenciou a necessidade de assessoria para aprofundar o debate e possibilitar maior efetividade de seu trabalho. Nesse sentido, foi indicado pelo GT e aprovado pelo Conselho Pleno do CFess a assessoria do prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida. A partir de então, foi elaborada uma metodologia que envolveu as seguintes fases: (a) produção de roteiro para levantamento da inserção dos/as assistentes sociais na educação no Brasil; (b) elaboração de ficha de identificação para mapear em quais modalidades da educação o/a assistente social está inserido/a; (c) produção de um roteiro para orientar a discussão do Serviço Social na Educação nas regiões; (d) levantamento das produções teóricas, entre o período de 2000 a 2010, acerca da temática, na revista Serviço Social e Sociedade e nos anais dos CBASs; (e) produção do documento Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação, para servir de base e de análise durante a realização de debates estaduais e municipais em 2011. (CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 251)

A ampliação das discussões a respeito dessa temática e o parecer de Almeida contribuíram para que os Concelhos Regionais e Federal trabalhassem ainda mais fortemente no sentido de orientar as discussões a respeito da inserção do assistente social na educação, manter um maior acompanhamento dos projetos de lei que estavam em processo de tramitação no Congresso Nacional assim como realizar um levantamento bibliográfico e de informações de assistentes sociais inseridos na área.

É válido ressaltar também que a partir da percepção da real necessidade de sistematização das competências e atribuições do assistente social no que diz respeito a inserção desse profissional na Política de Educação é que foi proposto a criação dos subsídios para o debate do serviço social na educação. Neste sentido foi elaborado em 2011 pelo Grupo de Trabalho em Educação (GT) composto por 4 membros do CFess e um membro de cada

CRess das 5 regiões o documento "Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação", com assessoria do professor Ney Luiz Teixeira.

Em sua apresentação o texto afirma que tal documento foi escrito com a finalidade de:

A partir do acúmulo teórico e político da categoria, construído em especial nas duas últimas décadas, sobre a inserção do Serviço Social na educação, contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional que, por sua vez, oriente o debate das particularidades do trabalho do/a assistente social nesta política pública, assim como as ações profissionais, no sentido de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora. [...] Desta forma, o Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS sobre o Serviço Social na Educação, vem apresentar este documento a fim de:

- a) mapear as experiências e práticas profissionais existentes e promover a reflexão sobre o Serviço Social na Educação, visando possibilitar a qualificação da inserção profissional nesta política;
- b) apresentar produções teóricas sobre a política social de educação e sobre as particularidades da inserção do Serviço Social nesta política, que subsidiem a pesquisa e o trabalho profissional na área: apresentações de trabalho nos ENPESS's, CBAS's, publicações na revista "Serviço Social e Sociedade" e outras revistas acadêmicas vinculadas ao debate da profissão, dissertações, teses e livros publicados;
- c) apresentar orientação para a proposição de projetos de Lei sobre a inserção do Serviço Social na Educação;
- d) contribuir para a intensificação da luta pela educação como direito social e a consolidação do Serviço Social nesta política pública, a partir da participação em conferências, conselhos de educação e conselhos da criança e do adolescente e articulação com os conselhos profissionais, sindicatos, executivo, legislativo, Ministério Público e outras forças políticas;
- e) apontar as reflexões teóricas e políticas que permeiam a constituição e história do Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS sobre o Serviço Social na Educação. (CFESS, 2011, p.3 e 4)

Ou seja, o objetivo da elaboração do documento foi contribuir para o aprofundamento do debate sobre a atuação do serviço social na educação, seus avanços e limitações e a importância deste profissional neste espaço.

Os Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação é dividido em 6 partes principais:

- Histórico do debate sobre Serviço Social na Educação no Conjunto CFESS-CRESS: realiza uma retrospectiva dos principais momentos e ações que marcaram as discussões da categoria sobre o serviço social na educação e a criação do GT em educação e sua atuação;
- Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais: faz uma análise da política educacional situada em meio ao sistema neoliberal, a inserção de assistentes sociais no campo educacional e destaca seus desafios;
- Levantamento sobre o trabalho do/a assistente social na educação: descreve o processo da pesquisa realizada pelo GT para obtenção de informações sobre o trabalho de

profissionais já inseridos na área educacional. A realização da mesma possibilitou diagnosticar os avanços e retrocessos presentes;

- Reflexões para subsidiar o debate da atuação do/a assistente social na área de educação: a partir das informações obtidas com a pesquisa Ney Luiz Teixeira de Almeida elaborou um texto para subsidiar as discussões sobre a atuação do serviço social na educação levando-se em consideração o projeto ético-político da profissão, destacando a importância do conhecimento e do desenvolvimento de uma visão crítica do profissional com relação as políticas sociais, os direitos, e as competências privativas deste profissional;

- Orientações e proposta de minuta para a elaboração de projetos de Lei que regulamentem a inserção dos/as assistentes sociais na educação básica: apresenta-se a nível de informação uma proposta de minuta para elaboração de projetos para serem apresentados ao Poder Legislativo sobre a inserção do assistentes sociais e de psicólogos nas escolas públicas municipais de nível básico. Este modelo pode ser utilizado em lugares onde não existem projetos, lei publicada ou tramitando sobre essa temática;

- Levantamento bibliográfico sobre “Serviço Social e Educação”: onde são apresentadas diversas referencias de materiais escritos sobre esta temática. (GT de Educação, CFESS, 2010)

A elaboração de tal documento foi de grande importância para a categoria e contribuiu para aprofundar ainda mais as discussões sobre a temática.

Entre o final de 2011 e maio de 2012 foram realizados em todo território nacional debates e seminários em 23 estados que contaram com amplo envolvimento e participação de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, envolvendo 3.203 participantes, segundo os dados dos relatórios enviados pelos Cress. Estes debates se pautaram em instrumentais produzidos pelo GT Nacional Serviço Social na Educação para organização e sistematização das atividades em cada região. Este processo culminou na realização do I Seminário Nacional Serviço Social na Educação, em Maceió nos dias 4 e 5 de junho de 2012, com a presença de 880 assistentes sociais e 220 estudantes [...].O seminário tematizou e discutiu os principais aspectos da crise do capital que incidem sobre a Educação, bem como as particularidades da relação entre o Estado e a sociedade e a atuação dos movimentos sociais e entidades de trabalhadores/as nesta política. Abordou também os elementos teóricos e políticos da relação Serviço Social e Educação, bem como as possibilidades, limites e polêmicas da inserção e atuação do Serviço Social nesta área. Discutiu-se por meio de mesas simultâneas, a atuação do/a assistente social nas seguintes modalidades: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica, e Educação Popular. Por fim, debateu-se acerca do desafio coletivo posto à categoria profissional para a consolidação do Serviço Social na Política de Educação. (CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 253, 254)

A promoção desses eventos contribuiu fortemente para o debate sobre serviço social na educação, tema este que se apresenta de forma ampla e complexa para a categoria. Neste

sentido as instituições representativas da profissão (o Conjunto CFESS/CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) e o Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), vem desenvolvendo diversas ações visando o fortalecimento da educação pública, universal, laica e de qualidade para todos os níveis de ensino, contribuir de forma efetiva na luta pela inserção do assistente social na educação dando apoio aos Projetos de Lei e de outros aparatos legais que se posicionam neste sentido. (CFESS, 2012)

A respeito da inserção desse profissional na área educacional, no ano de 2012 existiam 10 projetos de lei tramitando no poder legislativo a nível federal, dentre eles pode-se destacar o PL nº 3688/2000, que tem uma atenção especial do CFess, o qual vem realizando ações de articulação, participação de reuniões e acompanhamento frequente do andamento do projeto. O mesmo dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. (CFESS, 2012)

Após sete anos de tramitação na Câmara, o PL nº 3688/2000 foi apresentado ao Senado nominado PLC nº 060/2007, sendo aprovado em 2010, e encaminhado novamente para a Câmara; posteriormente também foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e pela Comissão de Educação e Cultura (CEC); até 2013 o projeto estava aguardado para ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), antes de seguir para a votação no Plenário. (CFESS, 2012)

Em seu texto de justificação o Projeto de Lei da Câmara nº 60/2007, afirma que:

“O constante acompanhamento do(a) assistente social, como profissional especializado, visa ajudar à família e ao estudante a buscarem a redução das negativas consequências advindas das dificuldades existentes. Tal atuação terá reflexos na diminuição da evasão escolar e será de apoio à ação do(a) professor trazendo como resultado sensíveis melhorias nos níveis de aprendizagem dos estudantes. Além disso, será também de grande importância a atuação deste profissional na pregação ao uso de drogas. (BRASIL, 2007, p. 3)

Neste sentido, pode-se perceber que não só a categoria reconhece a importância e a necessidade da atuação profissional do assistente social neste espaço, mais também o poder público, visto que a educação básica nacional esta inserida em uma sociedade capitalista que apresenta inúmeras expressões da questão social, as quais interferem diretamente na aprendizagem do aluno. Dentre os problemas que se fazem presentes no ambiente escolar foram destacados pelo projeto dois: o uso de drogas e a evasão escolar.

Entendendo essa urgência é que o conjunto CFess/Cress vem buscando atuar fortemente para a aprovação deste projeto de lei e para que o mesmo entre em vigor. Dentre

as suas principais ações pode-se destacar a inclusão desta temática nos diversos eventos da categoria, dentre eles nos Encontros Nacionais de Serviço Social, visto que tais debates contribuíram e proporcionaram a construção final do documento denominado “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”.

Em seu texto de apresentação o documento destaca que:

O Conjunto CFESS-CRESS apresenta o documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, que tem como objetivo contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de socializabilidade humanizadoras. O intuito maior é comunicar a categoria profissional com elementos constituídos a partir de uma concepção de educação coerente com o nosso projeto ético-político profissional, que, por sua vez, reconheça as particularidades da atuação do/a assistente social na referida política pública e, diante do contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas, contribua para a intensificação da luta pela educação como direito social, como prática emancipatória, e para a consolidação do Serviço Social na educação.

Este documento foi produzido a partir do acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da categoria profissional, construído, em especial, nas duas últimas décadas da trajetória do Serviço Social na Política de Educação. Os “Subsídios” vão ao encontro da histórica demanda da categoria acerca de orientações para o exercício profissional no âmbito da referida política. A presente brochura constitui-se, portanto, como produto do Grupo de Trabalho Nacional Serviço Social na Educação. (CFESS, 2013, p.7 e 8)

Pode-se perceber então que tal documento foi escrito para orientar a atuação do assistente social com relação às competências e atribuições deste profissional neste campo de trabalho.

O primeiro tópico tem como título “Concepção de Educação que deve orientar a atuação de assistentes sociais na Política de Educação” Segundo o autor:

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação. (CFESS, 2013, p.16)

Este tópico aponta a educação como sendo um instrumento de reprodução das mediações de alienação que contribuem para a manutenção do sistema capitalista de exploração, e destaca a importância da educação para o processo de emancipação social.

O segundo tópico do documento é intitulado “O trabalho do/a assistente social na Política de Educação”, o mesmo é composto por 3 sub tópicos, os quais são: “Competências e atribuições profissionais”, “Dimensões que particularizam a inserção de assistentes sociais na Política de Educação”, e “Procedimentos e ações profissionais dos/as assistentes sociais na Política de Educação”.

O primeiro sub tópico se inicia ressaltando que assim como em todas as áreas de atuação profissional, as atribuições, competências, princípios e deveres do assistente social inserido na educação será estabelecido pelo Código de Ética Profissional de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 1996, os quais vão de acordo com o projeto ético-político da profissão. Neste sentido são apresentados alguns dos pontos estabelecidos em cada um desses importantes instrumentos para a profissão, os quais devem ser respeitados tanto pelos assistentes sociais quanto pelas instituições empregatícias.

O texto afirma que:

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano.

Nesse sentido, ao considerar a liberdade como valor ético central, a diversidade humana como elemento ontológico do ser social e a emancipação como finalidade teleológica do projeto profissional, torna-se fundamental que, no âmbito das atribuições e competências profissionais, seja vedada a conduta que reproduz censura e policiamento dos comportamentos, incutindo dominação ideológica e alienação moral. (CFESS, 2013, p.33)

Entendo que o objeto de intervenção do assistente social é a questão social o profissional deve buscar desenvolver ações que possa ir de encontro com a garantia dos direitos do indivíduo, bem como desenvolver uma educação emancipadora e uma visão crítica da sociedade em que ele esta inserido.

O segundo sub tópico que dispõe sobre as “Dimensões que particularizam a inserção de assistentes sociais na Política de Educação” vem afirmando que o trabalho do assistente

social na educação não se limita apenas as ações voltadas à garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática, a qualidade da educação ou a trabalhos individuais,

Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. (2013, p.38)

Devido a existência de programas, projetos e bolsas filantrópicas voltados para a ampliação do acesso e da permanência do aluno nas instituições de ensino públicas e particulares a demanda por assistentes sociais na área educacional tem aumentado, no entanto, como foi dito pelo texto acima, sua atuação vai muito além disso, deve também estar voltada para a garantia de outros direitos e o combate as várias expressões da questão social que aparecem neste espaço.

Outro ponto que tem sido o foco do fazer profissional do assistente social no campo educacional é a busca por uma educação pública e de qualidade, visto que as mesmas fazem parte das lutas sociais pela garantia dos direitos, porém, o documento afirma que essa busca não deve ser limitada, visto que a luta pela qualidade da educação,

Ao mesmo tempo em que envolve uma densa formação intelectual, com domínio de habilidades cognitivas e conteúdos formativos, também engloba a produção e disseminação de um conjunto de valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana e aos direitos humanos, na livre orientação e expressão sexual, na livre identidade de gênero, de cunho não sexista, não racista e não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, fundamentais à autonomia dos sujeitos singulares e coletivos e ao processo de emancipação humana.

A preocupação com a qualidade não deve ser capturada pelas armadilhas e artimanhas que os discursos hegemônicos difundem a partir da “pedagogia das competências”, com os paradigmas do “empreendedorismo” e da “empregabilidade”, com os investimentos em projetos pedagógicos voltados para se alcançar “eficiência” e “eficácia” na gestão educacional, como integrantes do esforço de consolidação de novos consensos em torno da sociabilidade burguesa. Trata-se, ao contrário, de afirmar outros significados para a educação, numa direção contra-hegemônica, cuja objetivação impõe ao trabalho profissional uma necessária articulação com os processos de visibilidade social e política de um amplo conjunto de sujeitos coletivos e uma fundamentada, político-pedagógica mediação com as condições de vida, trabalho e de educação dos sujeitos singulares com os quais atuam no cotidiano institucional. (CFESS, 2013, p.44, 45)

O assistente social inserido neste espaço tem como uma de suas atribuições romper com a alienação e com preconceitos presentes, visando desenvolver o respeito pelas diferenças, e uma visão crítica da sociedade e do modo de sistema capitalista.

O terceiro sub tópico nominado “Procedimentos e ações profissionais dos/as assistentes sociais na Política de Educação” o mesmo se inicia afirmando que.

As ações profissionais exigem um acervo técnico-instrumental necessário ao alcance dos objetivos profissionais, que devem ser orientados a partir do conjunto de competências gerais que norteiam o processo de formação e de exercício profissional, assim como dos princípios éticos e políticos que conformam o projeto profissional do serviço social. Contudo, dada a condição de profissional assalariado/a, parte dos recursos mobilizados pelos/as assistentes sociais em suas atividades laborativas decorrem das formas de implementação das políticas sociais, com seus programas, instrumentais, rotinas e, sobretudo, diretrizes. É da combinação entre os aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-instrumental e as condições objetivas em que se realiza a atuação profissional que resultam as particularidades das experiências profissionais. No âmbito da Política de Educação, o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais se expressam em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional. (CFESS, 2013, p.50)

Neste sentido, o texto elaborado pelo GT em Educação do CFess (2013), aponta seis dimensões:

- 1) A primeira dimensão se refere as abordagens individuais e grupais com os alunos, com a família e/ou com os funcionários da área educacional. Esta atividade é de grande importância para a atuação profissional, no entanto a mesma não deve ser a única modalidade de intervenção do assistente social;
- 2) A segunda dimensão vem ressaltar a importância da articulação dos profissionais do serviço social inseridos na educação com os movimentos sociais, visto que esta parceria contribui na luta pelos direitos sociais, principalmente no que diz respeito a educação pública, laica e de qualidade.
- 3) A terceira dimensão aborda sobre a dimensão investigativa da profissão e a sua grande relevância para a atuação do assistente social, na medida em que ao se estudar e conhecer a realidade em que se está inserido, o profissional poderá intervir de forma mais ampla e direcionada, o que possibilita a criação de estratégias voltadas para alcançar as reais necessidades ali apresentadas.
- 4) A quarta dimensão se refere a atribuição do profissional de desenvolver discussões sobre a Política de Educação e incentivar a mobilização dos seus usuários (alunos, família e funcionários da escola) na participação nas conferências e conselhos desta política.
- 5) O quinto ponto vem tratar da dimensão “pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social” (CFESS, 2013, p.53) que marca a profissão

e de sua importância para justificar a presença do assistente social na escola, visto que as especificidades do serviço social vem somar com a atuação dos outros profissionais que atuam neste espaço.

- 6) A sexta dimensão esta voltada para as atribuições de planejamento, gerenciamento e execução direta de bens e serviços da área, visto que as mesmas são de grande importância para a profissão pois,

“Coloca-se hoje como uma clara intenção de construção de possibilidades de atuação profissional, sobretudo com a intenção de assegurarem processos de gestão democráticos e participativos e trabalhos interdisciplinares e potencializadores de ações intersetoriais.” (CFESS, 2013, p.55)

O terceiro tópico do documento é denominado “Estratégias de discussão do documento, acompanhamento e sistematização deste processo nas regiões pelos CRESS e pelo CFESS”. O mesmo vem apresentando alguns desafios apontados pelo GT para a consolidação do serviço social na educação os quais estão relacionados a luta pela aprovação do Projeto de Lei que estabelece a inserção do assistente social na educação; divulgar e debater sobre os materiais já construídos sobre a temática; ampliar a participação da categoria nos eventos da área; articular e problematizar com outros profissionais da educação e com a sociedade sobre a importância da presença deste profissional no espaço educacional e aprofundar a discussão sobre as particularidades da atuação do assistente social na educação; realizar eventos e debates sobre a educação em seus diferentes níveis e modalidades e incentivar a participação da categoria; entre outras ações. (CFess, 2013)

Com tudo o que foi exposto, pode-se perceber que a discussão sobre a temática de serviço social na educação veio ganhando força ao longo dos anos por este ser um importante espaço de formação de sujeitos que possibilita a atuação do profissional em favor da garantia dos direitos, da socialização das informações e da ampliação da cidadania.

Tópico II – A Questão Social na Escola e à atuação do Serviço Social

Este tópico tem como objetivo apontar a existência das expressões da questão social na escola e como a mesma tem interferido nas relações da população escolar, assim como no desempenho e na aprendizagem dos alunos, pretende-se também apresentar a real

necessidade da presença do serviço social neste ambiente e sua atuação diferenciada que tem como foco combater tais questões.

Para fundamentação deste tópico foram utilizadas legislações, artigos e livros voltados para a temática de autores como Marilda V. Yamamoto, Ney Luiz T. de Almeida e Faleiros.

O espaço educacional se configura como sendo essencial para a preparação do indivíduo para a vida social, é neste meio que as crianças, os jovens e adultos receberão apoio e instrução necessários para que os mesmos desenvolvam um posicionamento crítico além de competência e capacidade para desempenharem funções e conviverem em sociedade.

O ambiente escolar se caracteriza por ser um espaço em que as relações sociais apresentam um alto grau de complexidade, visto que as experiências vivenciadas no lar interferem diretamente no ambiente escolar, assim como o que é vivido na escola também é refletido no âmbito familiar. Desta forma, tanto os relacionamentos familiares e pessoais influenciam no comportamento do indivíduo no espaço educacional, quanto às relações entre alunos e os vários atores que se fazem presentes na escola exercem influência nos relacionamentos pessoais e familiares; como também, o que é apreendido em ambas às instituições.

Entendendo essa importância que a educação tem na vida e no desenvolvimento do ser humano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu Art. 1º afirma que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (LDB, 1996).

Percebe-se então que o ambiente educacional tem como uma de suas atribuições atuar como auxiliador da família no processo de educar, visto que o que é apreendido em casa e na escola contribui de forma decisiva na formação do indivíduo. O comportamento do aluno e sua capacidade de aprendizagem estão diretamente ligados às relações sociais desses sujeitos no ambiente escolar, na comunidade e no meio familiar, desta forma evidencia-se que o bom funcionamento, a qualidade dos serviços e a garantia da acessibilidade deste espaço são de extrema importância para que os indivíduos tenham um bom desenvolvimento intelectual, cultural, crítico e social.

O espaço educacional, em suas várias modalidades de ensino, reflete as contradições e desigualdades sociais que se fazem presentes na vida em sociedade, por ser um ambiente social que envolve uma série de indivíduos que carregam seus dilemas e problemáticas de vida decorrentes também do sistema social de classes, a escola não está isenta de se deparar

com as várias expressões da questão social que vem a refletir no comportamento e nas relações da comunidade escolar.

No que diz respeito a questão social e sua definição Iamamoto (2012) aponta que,

A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e, na contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. Esta é uma lei estrutural do processo de acumulação capitalista. A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana — o trabalho —, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre" que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. *A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos *numa luta aberta e surda pela cidadania*, (Ianni, 1992), *no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos*. Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2012, p. 47,48)

Neste sentido, entende-se que a questão social se caracteriza por se apresentar através das várias problemáticas oriundas do sistema capitalista tais como pobreza, fome, desigualdade social, divisão de classes, precarização e falta de acesso aos serviços públicos de saúde, educação, segurança, entre outros. Tais questões são o objeto de trabalho do serviço social, que vem buscar meios para atuar contra as múltiplas expressões da questão social em seus vários espaços sócio-ocupacionais e pela efetivação dos direitos, os quais muitas vezes não são assegurados, embora garantidos por leis.

Dentre as principais legislações brasileiras que estabelece os direitos pode-se citar a Constituição Federal de 1988 a qual em seu art. 6º determina que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (C.F. art. 6º, 1988). Apesar do reconhecimento legal da existência de direitos, muitas vezes o que se vivencia na prática vai contra o que está posto na legislação, às próprias contradições da sociedade capitalista interverem na efetivação dos direitos, assim, para garanti-los faz-se necessária a utilização de diversas medidas, entre elas a conscientização da existência dos mesmos, o desenvolvimento do pensamento crítico, novas lutas sociais, a formulação e implementação de projetos, programas e outros diversos mecanismos de ação que possibilitem o seu acesso, sendo o profissional de serviço social um importante ator neste

processo. É válido ressaltar que embora exista conflitos entre “como é” e “como deveria ser”, os aparatos legais são importantes aliados na luta pela garantia dos direitos.

No que diz respeito à educação, as ações pela efetivação dos mesmos devem ser realizadas tendo como base o marco jurídico legal que os amparam, dentre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que em seu Art. 53º destaca que,

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Outros importantes instrumentos são o Plano Nacional de Educação - PNE (2011 – 2020) o qual, dentre varias iniciativas, traça metas e estratégias que visam legitimar a democratização do ensino, assim como garantir a inclusão social a partir da ampliação do acesso em todos os níveis educacionais; e o próprio texto Constitucional que institui a educação como uma política social, a qual deve ser garantida pelo Estado e pela família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. (Constituição Federal, 1988).

Todos estes aparatos legais têm como objetivo assegurar o direito a educação, pois entende-se que a mesma é primordial para o desenvolvimento do sujeito, ao passo que a função do campo educacional não se limita apenas em transmitir conhecimento acadêmico, mas também auxiliar na construção do indivíduo como um todo. As instituições de ensino tem um papel fundamental na vida em sociedade, pois é neste espaço que são disseminados conhecimentos e valores que podem gerar uma possível mudança na vida dos educandos.

No entanto, apesar de seu poder transformador, os colégios apresentam uma dificuldade de desempenharem sua função de educadores sociais, visto que em muitos casos, os problemas enfrentados pelos alunos fora, ou até mesmo dentro dos muros das escolas não são levados em consideração como deveriam, já que os mesmos causam grande interferência no desempenho e no comportamento dos alunos. Neste sentido faz-se necessário a presença de um profissional neste espaço que venha auxiliar esta instituição a lidar com tais questões.

Com relação às problemáticas sociais Schneider e Hernandorena (2012) colocam que,

O debate sobre a educação é sempre de grande relevância para a sociedade, em seus múltiplos aspectos, qualidade do ensino, qualificação dos profissionais, métodos de

aprendizagem entre outros. Porém fenômenos, como violência, uso e abuso de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, violência doméstica, têm feito parte dos temas que permeia a educação, - ressaltamos que se engana quem acredita que esses são problemas presentes apenas em escolas públicas – e vêm mobilizando diferentes atores em busca de alternativas que auxiliem no enfrentamento desses problemas.

Diante disso, o que temos presenciado na atualidade é a uma expansão da preocupação com o social. Profissões que antes não sofriam no seu fazer profissional suas consequências, agora se deparam com essa realidade cotidianamente e buscam compreender melhor seus fenômenos. Para o Serviço Social essa expansão abre um novo campo de discussão para a ação profissional. (SCHNEIDER e HERNANDORENA (Orgs.), 2012, p. 7-8)

Segundo Santos (2012),

É no cotidiano da escola e da família que se apresentam as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, família multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, dentre outras manifestações. O enfrentamento destas demandas evidencia a inserção do profissional do Serviço Social, com o objetivo de cooperar para a resolução destas e de outras problemáticas que desafiam a escola, a família e a sociedade como um todo.(SANTOS, 2012, p.128)

Neste sentido, para que a escola possa desempenhar o seu papel e melhorar a aprendizagem é de extrema importância que a mesma desenvolva uma maior compreensão e percepção da realidade dos alunos e de suas famílias. Visando contribuir com tais ações, bem como auxiliar no combate as questões sociais e aos fatores que interferem na aprendizagem, é que se faz necessário a presença do assistente social, o qual vem atuar no sentido de aproximar a família e a escola, fortalecer os vínculos familiares, realizar projetos, atendimentos e articular com os vários atores que se fazem presentes neste ambiente objetivando o desenvolvimento do pensamento crítico, tornar a educação um processo de inclusão social, um instrumento de formação da cidadania, e de emancipação dos sujeitos.

É válido destacar que a atuação do assistente social na luta pelos direitos deve focalizar especialmente aquelas famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visto que os mesmo estão mais expostos as manifestações da questão social, dessa maneira o profissional deve buscar garantir a permanência, proporcionar o desenvolvimento acadêmico dos mesmos, e o fortalecimento das relações família-escola-sociedade, visto que, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2004), citado por Faleiros (2008), as crianças e adolescentes brasileiras,

Que têm mães com baixa escolaridade, comparados com os que têm mães com alta escolaridade, se destacam pela presença de grande iniquidade: têm 4 vezes mais

possibilidade de trabalhar (10 a 15 anos); 7 vezes mais possibilidade de ser pobres; 11 vezes mais possibilidade de não freqüentar escola (7 a 14 anos); 16 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água; 23 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizado. As crianças e adolescentes pobres (1º quinto de renda familiar per capita) *comparativamente aos ricos* (5º quinto) têm duas vezes mais possibilidade de trabalhar (10 a 15 anos); 3 vezes mais de possibilidade de morrer antes de completar 5 anos de idade; 8 vezes mais de não freqüentar a escola (7 a 14 anos); 21 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizados (12 a 17 anos); 30 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água; 68 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem geladeira ou freezer. Os negros têm 2 vezes mais possibilidades de ser pobres, de não freqüentar a escola (7 a 14 anos) e 3 vezes mais a possibilidade de não ser alfabetizados. (FALEIROS 2008, p.66)

Faleiros (2008) também aponta que,

No Brasil a distorção série/idade é expressiva, inclusive na juventude, pois dos estudantes de 18 a 24 anos, ainda 14,4% freqüentavam o ensino fundamental e 35,9 % freqüentavam o ensino superior, sendo que 37,3 % freqüentavam o ensino médio. Na oitava série havia 36,4% dos estudantes com idade superior à recomendada para cada série em até dois anos. (FALEIROS, 2008, p. 67)

Além de tais indicadores as escolas nacionais apontam altos índices de evasão e de baixo rendimento; segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007), o país apresentava uma taxa de abandono escolar do ensino fundamental de 3,2% e de 10,0% no ensino médio. De acordo com os dados do IBGE (2009) as crianças com idade de 0 a 5 anos apresentavam uma taxa de escolarização de 38,1%, na faixa etária de 6 a 14 anos o total era de 97,6%, e entre 15 a 17 anos 85,2%. Com relação à taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais o Brasil apresentava neste mesmo ano um total de 9,7% correspondendo a 14,1 milhões de pessoas.

Pode-se perceber então que o assistente social que está inserido no ambiente educacional tem em seu cotidiano profissional uma árdua tarefa na busca pela garantia dos direitos, sendo assim necessária a realização de uma atuação dinâmica e constante para que de fato os direitos sociais garantidos por lei sejam efetivados, ao passo que as várias expressões da questão social permeiam as relações estabelecidas entre o estudante, a escola, a comunidade e as famílias.

Como foi anteriormente citado, entre os principais problemas que podem vir a interferir no comportamento do aluno estão: conflitos familiares, pobreza, fome, violência, abuso sexual, exploração infantil, preconceito racial, trabalho infantil, o uso excessivo de drogas lícitas e ilícitas por parte dos alunos e/ou familiares, o desemprego de membros da família e/ou responsáveis, a situação socioeconômica e as precárias condições de vida e moradia.

A vivência em tais condições pode ser refletida no ambiente escolar através de comportamentos agressivos, uso e venda de entorpecentes, bullying, preconceito, comportamentos agressivos, gravidez na adolescência, hiperatividade, dificuldade de aprendizagem, baixo rendimento, evasão escolar, repetência, além de outros problemas sociais que se fazem presentes em outros espaços de atuação do assistente social, como: violação de direitos, fragilidade dos laços familiares e a pobreza. Dessa forma, quando um indivíduo encontra-se em situação de vulnerabilidade social e/ou vivenciam relacionamentos sociais fragilizados, seu comportamento escolar e sua aprendizagem podem ser direta ou indiretamente comprometidos, visto que tais problemas que podem gerar dificuldade de aprendizagem e conseqüentemente um mal desempenho acadêmico.

Partindo desse pressuposto, na sua atuação o assistente social deve buscar conhecer a realidade em que está inserido para mediar as complexas relações existentes, perceber suas causas e produzir conhecimentos técnicos objetivando construir um novo saber e um novo fazer profissional frente às várias e diversificadas questões que lhe aparecerão em seu cotidiano. Assim, a presença do assistente social no espaço educacional mostra-se de grande relevância visto que faz-se necessário a existência de um profissional que possa estar trabalhando com possíveis fatores que venham interferir negativamente no desenvolvimento e aprendizado da criança e do adolescente, para que assim estes indivíduos tenham seus direitos garantidos e encontrem apoio e orientação necessários a fim de desenvolverem suas habilidades e capacidades cognitivas satisfatoriamente.

Segundo Almeida,

A presença dos assistentes sociais, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram ou experimentaram plenamente esta oportunidade. O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais (...) tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA, p.6 in: [http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.](http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao))

Tendo como seu objeto de trabalho as várias expressões da questão social, a atuação do assistente social no âmbito escolar também consiste em buscar meios de eliminar os

obstáculos que impedem o ingresso e a permanência do aluno na esfera educacional por meio de programas de apoio, como também garantir o acesso a educação para as minorias, tais como negros, quilombolas, indígenas e deficientes, com o intuito de que os direitos sociais e universais sejam garantidos e efetivados na prática.

Dentre as suas atribuições o serviço social deve buscar promover a garantia e a acessibilidade aos direitos, utilizando-se dos instrumentos necessários que possam auxiliar na realização de seu trabalho. A utilização de instrumentos técnicos é de extrema importância para a atuação do serviço social visto que os mesmos auxiliarão na construção de uma prática com base teoria, metodológica, técnico-operativa e ético-política, o que possibilitará o profissional atingir os objetivos estipulados na garantia dos direitos como também ampliará sua intervenção visando sempre à transformação social.

Segundo o que está escrito nos Subsídios para a Atuação dos Assistentes Sociais na Política da Educação:

Para o exercício profissional com qualidade e fortalecimento do projeto ético-político, o/a assistente social deve ter garantido seu direito ao livre exercício das atividades inerentes à profissão, inviolabilidade do local e documentação, bem como a liberdade na realização de estudos e pesquisas e autonomia profissional para decidir a direção e estratégias de ação junto aos/às usuários/as respaldando-se na legislação (CEP, Lei de Regulamentação - 8.662/1993, Resoluções CFESS) e na busca de apoio e orientação dos Conselhos Regionais de sua jurisdição. Só assim, o/a profissional poderá realizar com eficiência e responsabilidade suas atividades profissionais, lembrando que isso envolve qualidade técnico-operativa, escolha dos instrumentais e direção ético-política sintonizada com o projeto profissional. (CFESS, 2013, p. 35)

Percebe-se então que é de grande importância que o profissional tenha condições físicas e materiais necessárias para que o mesmo possa atuar da melhor forma possível.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a relação estabelecida entre o assistente social e os outros profissionais que se encontra no espaço educacional, o mesmo deve buscar meios de interagir com esses atores para que sua atuação não seja isolada, visto que para que haja uma real intervenção faz-se necessário a realização de troca de conhecimentos através de um trabalho integrado e multiprofissional.

O trabalho realizado pelo assistente social que está inserido na escola se diferencia das ações realizadas pelos profissionais tradicionais da área educacional, visto que sua atuação está voltada para o enfrentamento das questões sociais que também se expressam neste ambiente. Neste sentido Santos (2012) afirma que,

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos

serviços sociais e dos processos sócioinstitucionais, voltados para o reconhecimento e aplicação dos direitos dos sujeitos sociais. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo nas instituições educacionais não tem se sobreposto a de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais tem, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo em geral. (SANTOS, 2012, p.131)

Vale ressaltar que os assistentes sociais também desempenham uma função educativa nos seus diversos espaços de atuação, essa função educativa pode ser percebida em situações que variam desde uma preocupação em formar hábitos, capacitar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, como também em capacitá-los para o mercado de trabalho. Pode-se perceber então que tais profissionais são dotados de competência para realizar ações de acompanhamento e orientação tanto no ambiente escolar quanto nos vários espaços sócio ocupacionais, visto que os mesmos podem intervir de forma positiva e construtiva na vida dos usuários de seus serviços.

Segundo MARTINS (1999), os objetivos da prática profissional do Serviço Social no meio educacional são:

Contribuir para o ingresso, regresso, permanência da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as expressões da questão social; proporcionar articulações entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos. (MARTINS, 1999, p. 60)

No ambiente educacional o profissional deve buscar conhecer a realidade dos usuários de seus serviços objetivando detectar problemas que possam afetar o rendimento educacional. Ao lidar com as diversas situações e mediar às relações que se fazem presentes neste ambiente, o assistente social deve buscar se reinventar e construir novos conhecimentos que se harmonizem com as novas questões que lhe serão apresentadas ao longo de sua atuação profissional, para isso o mesmo deve utilizar-se de seus instrumentos de trabalho e de novas estratégias de atuação para intervir positivamente.

Vale ressaltar que o profissional de serviço social deverá se direcionar não só para os problemas sociais que se fazem presentes nas escolas, mas também com os programas de prevenção, visando assim prevenir problemas como gravidez na adolescência e uso de drogas, sua função fundamental na educação é promover o diálogo a realidade social dos alunos, comunidade, família e educação.

O trabalho do assistente social no campo da educação também está voltado para garantia de uma gestão democrática e da qualidade da educação assim como para a realização

de ações junto às famílias, aos professores, aos demais profissionais da área tais como gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. (Subsídios para a Atuação dos Assistentes Sociais na Política da Educação, 2012).

Para sua atuação é importante que o Assistente Social conheça o Projeto Político-Pedagógico da escola, pois o mesmo possibilita a percepção dos fundamentos, princípios e objetivos do processo educativo destacando o ensino e a aprendizagem.

Pela sua própria formação profissional, algumas das funções do assistente social nas escolas seriam a de estabelecer contato com as famílias visando criar e manter vínculos entre a escola e os grupos de pais e/ou responsáveis, promover cursos de capacitação de pais e professores acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de acompanhar e encaminhar problemas mais evidentes de casos sociais. Destaca-se também que a realização do acompanhamento aos alunos fora da sala de aula é outro importante papel, principalmente no que diz respeito a questionamentos sobre trajetórias escolares e inserção no mercado de trabalho, assim como para auxiliá-los nas suas formas de organização no ambiente escolar, como na formação de Grêmios estudantis.

O Assistente Social pode atuar na realização de visitas domiciliares, de entrevistas sociais, reuniões, atendimentos individuais e grupais, na elaboração de parecer social, de projetos e também, junto ao Colegiado da escola, realizando assessoria, através da elaboração de propostas, de alternativas voltadas para os problemas e demandas desse ambiente. O contato direto com essas realidades e a utilização dos instrumentais contribuirá para que o profissional possa ter uma percepção mais ampla e clara dos problemas ali presentes, e conseqüentemente para a elaboração de ações de intervenção mais eficientes e qualificadas.

Vale ressaltar que:

O reconhecimento da presença desses elementos no universo escolar, por si só, não constitui uma justificativa para a inserção dos assistentes sociais nesta área. Sua inserção deve expressar uma das estratégias de enfrentamento desta realidade na medida em que represente uma lógica mais ampla de organização do trabalho coletivo na esfera da política educacional, seja no interior das suas unidades educacionais, das suas unidades gerenciais ou em articulação com outras políticas setoriais. Caso contrário, estará implícito, nas defesas desta inserção, a presunção de que tais problemas seriam exclusivos da atuação de um determinado profissional, quando na verdade seu efetivo enfrentamento requer, na atualidade, não só a atuação dos assistentes sociais, mas de um conjunto mais amplo de profissionais especializados. (ALMEIDA, 2007, p. 5 e 6)

A partir de tal afirmativa, pode-se perceber que o processo de enfrentamento dos inúmeros problemas que aparecem neste complexo universo de caráter educacional não é de competência exclusiva de nenhum profissional, havendo assim a necessidade da realização de um trabalho multiprofissional e da atuação do Estado.

De acordo com o que foi exposto percebe-se a necessidade de se ter um assistente social no ambiente educacional, para que o mesmo possa identificar os aspectos sociais, culturais e econômicos que estão relacionados às expressões da questão social e a partir daí intervir. Deve-se também buscar meios para efetivar o acesso ao direito a educação, garantido por lei, visto que, o assistente social possui como uma de suas atribuições, orientar os usuários do Serviço Social quanto à existência de seus direitos, bem como buscar meios para validá-los. Sendo assim, a inserção do Serviço Social no espaço educacional deverá contribuir com ações que possibilitem a prática da inclusão social, de formação de cidadania e emancipação dos sujeitos.

CAPÍTULO III – CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada, o instrumento de coleta de dados, os sujeitos e o local da pesquisa, o perfil dos participantes e a análise e discussão dos dados obtidos relacionando as respostas com os materiais bibliográficos voltados para a temática do serviço social na educação.

Tópico I - Tipo da Pesquisa.

A metodologia é um importante instrumento para a realização da pesquisa, visto que a mesma é composta por um conjunto de procedimentos técnicos que direcionam a sistematização dos dados e a análise dos resultados. Segundo Demo (2008),

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e a praticante. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia. (DEMO, 2008, p. 19)

Neste sentido o caminho escolhido para a realização da pesquisa foi o método qualitativo, o qual, segundo Richardson (2012),

Podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível e profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.” (RICHARDSON, 2012, p. 80)

Diante do objetivo da pesquisa que se consiste em constatar a importância da inserção do serviço social na educação, em especial no ambiente escolar, foi realizado um Estudo de Caso no Colégio Estadual Antônio Joaquim Correa – BA. Tal estudo se caracteriza por ser um tipo de pesquisa voltada para um ambiente, sujeito ou unidade particular em que se realiza uma análise profunda e detalhada, Severino (2007), o define como, “Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo.” (SEVERINO, 2007, p. 121)

A realização desta pesquisa pode ser dividida em duas partes, no primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico de materiais voltados para a temática do serviço social na educação, sendo utilizados livros, revistas e artigos eletrônicos, legislações, entre outras fontes de informação que foram utilizadas para fundamentar o estudo. No segundo momento foi realizada a coleta de dados a partir da aplicação de questionários aos profissionais de educação do colégio escolhido e posteriormente a análise das respostas apresentadas.

Tópico II - Instrumento de Coleta de Dados.

O instrumento de coleta de dados utilizado para a realização da pesquisa foi um questionário, sendo este definido por Severino (2007) como sendo “um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo.” (SEVERINO, 2007, p.125) Tal instrumento foi construído por mim sendo dividido em duas partes, a primeira a parte é voltada para a identificação pessoal do participante, a qual é composta por nove perguntas, dentre elas idade, sexo, tempo de serviço na instituição e grau de escolaridade, a segunda parte se constitui do questionário em si, o mesmo contém onze perguntas abertas voltadas para a temática do serviço social na educação, a questão social e sua interferência na aprendizagem.

Os questionários foram distribuídos para os profissionais da educação do Colégio Estadual Antônio Joaquim Correa, no entanto apenas 19 dos 32 funcionários participaram da pesquisa. Dos 13 funcionários restantes alguns não se encontravam na escola nos momentos

visitados, outros estavam de licença, não entregaram os questionários respondidos ou se recusaram a responder. Junto com o questionário foi entregue um termo de consentimento da utilização das respostas para a pesquisa, o mesmo foi assinado por todos os participantes.

Para manter o sigilo da identidade dos 19 profissionais os mesmos foram representados na análise dos dados pelo codinome “participante” juntamente com uma numeração.

Tópico III - Sujeitos da Pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa realizada são todos os profissionais de educação do Colégio Estadual Antônio Joaquim Correa, incluindo professores, secretária, porteira (o), merendeira, diretor, serviços gerais, entre outros funcionários. Foi escolhida esta população objetivando alcançar uma visão mais ampla e diferenciada das questões colocadas em xeque a partir de vários olhares buscando assim, conhecer a percepção de cada profissional da situação em que se encontra a educação em seu ambiente de trabalho e das expressões da questão social.

Tópico IV - Local da Pesquisa.

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Antônio Joaquim Correia, situado na zona rural de Capoeiruçu, da cidade de Cachoeira, tal município se encontra no recôncavo baiano a 108 km da capital do estado, Salvador. Esta cidade tem uma área territorial de 395,223 km² e uma população estimada de 34.394 para este ano (segundo dados do IBGE).

A escola foi fundada em 29 de outubro de 1949, a mesma foi construída em cooperação com o governo do estado da Bahia com recursos concedidos pelo governo federal o qual, no período, tinha como presidente da república o general Eurico Gaspar Dutra, como ministro da educação e saúde o doutor Clemente Mariane, como governador o doutor Octavio Mariane e como secretário da educação o doutor Anísio Teixeira.

No principio o colégio ofertava apenas o ensino fundamental, o ensino médio e a educação para jovens e adultos foram estabelecidos em 2004 após a realização de uma obra de reforma que iniciou na instituição no ano de 2001.

Atualmente o colégio apresenta um numero total de treze turmas, tendo pela manha o 6ºano A com 27 alunos, o 6ºano B com 21, o 7ºano A com 26 alunos e o 7ºano B com 25,

totalizando 99 estudantes. No turno vespertino encontra-se o 8º ano com 40 estudantes, o 9º ano com 29, e as turmas do ensino médio, o 1º ano com 35 alunos, o 2º ano com 25 e 3º ano com 11.

No período da noite o colégio oferta a Educação para Jovens e Adultos - EJA, suas turmas apresentam uma alta taxa de evasão escolar sendo relacionada a obtenção de trabalhos pelos estudantes, deste modo embora as classes tenham um número significativo de alunos matriculados poucos frequentam as aulas, dos 25 alunos matriculados na 5ª/6ª série apenas 2 aparecem regularmente, dos 34 estudantes da 7ª/8ª série só 16 frequentam, já do 1º/2º ano dos 39 aparecem 21, e do 3º ano dos 27 alunos matriculados apenas 15 frequentam.

A escola tem um quadro de funcionários composto por 32 profissionais, do número total, 17 são professores e os demais exercem diferenciadas funções como porteiro (a), secretária, cozinheira, serviços gerais, etc.

Atualmente o colégio tem como diretor o professor Jaasiel Joaquim, como vice-diretora a professora Raquel Santos e como secretária a professora Eliana Moraes.

Em seu espaço físico a instituição contém sala de informática, sala dos professores, cinco salas de aula, cozinha, secretaria, diretoria, dois almoxarifados, sala de vídeo, que também funciona como auditório, a sala onde fica o material da fanfarra, a biblioteca, dois banheiros, o pátio, a quadra de esportes, a horta, cinco salas de aula, e estão em construção o bicicletário, o jardim e a área de lazer, os quais são espaços interligados. Todas as salas de aula contêm o quadro branco, as mesas e as cadeiras para o professor e para os alunos, ventiladores, e televisores, no entanto nem todos estão funcionando.

A escola disponibiliza duas salas para a realização de atividades, uma para o Programa Todos Pela Alfabetização, voltado para a alfabetização de adultos, e a outra sala para a prática das aulas do cursinho pré-vestibular ofertado pela Prefeitura de Cachoeira.

O colégio participa do Programa Mais Educação, que foi criado “como uma estratégia do governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral.” (Ministério da Educação e Cultura – MEC, 2011, p. 6)

O Mais Educação é prioritariamente direcionado para as escolas que apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, um indicador que avalia a qualidade da educação analisando os critérios do fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, o mesmo apresenta 10 macrocampos para a realização de atividades nas escolas, os quais são: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde,

comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza, e educação econômica. Cada um deles apresenta uma série de opções, destas a escola deve obrigatoriamente ofertar atividades do macrocampo acompanhamento pedagógico, podendo escolher mais cinco das possibilidades ofertadas.

Dentre as opções, o colégio Estadual Antônio Joaquim Correia escolheu ofertar atividades de reforço escolar de matemática e português, esporte (basquete e futsal), aula de informática, horta escolar, banda fanfarra, artes em geral como pintura, teatro, música, etc. É válido ressaltar que as mesmas são ministradas por oficinairos contratados pela instituição.

Por se encontrar próximo a localidade da Faculdade Adventista da Bahia - FADBA/IAENE, a escola se tornou campo de estágio da instituição e um espaço de realização de atividades tais como dinâmicas e palestras sobre sexualidade, educação, cristianismo, etc; ministradas pelos alunos e/ou professores dos diversos cursos ofertados pela mesma, os quais são: pedagogia, psicologia, enfermagem, fisioterapia e teologia.

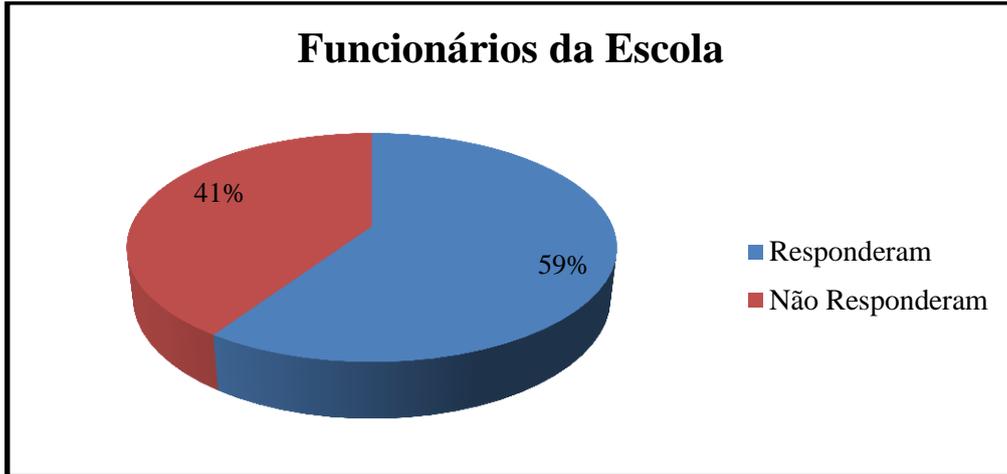
Tópico V - Perfil dos Participantes.

A pesquisa contou com um total de 19 participantes, os quais são representados pelo codinome “participante” e uma numeração que vai de 1 a 19.

Nome/Identificação:

Total de participantes: 19

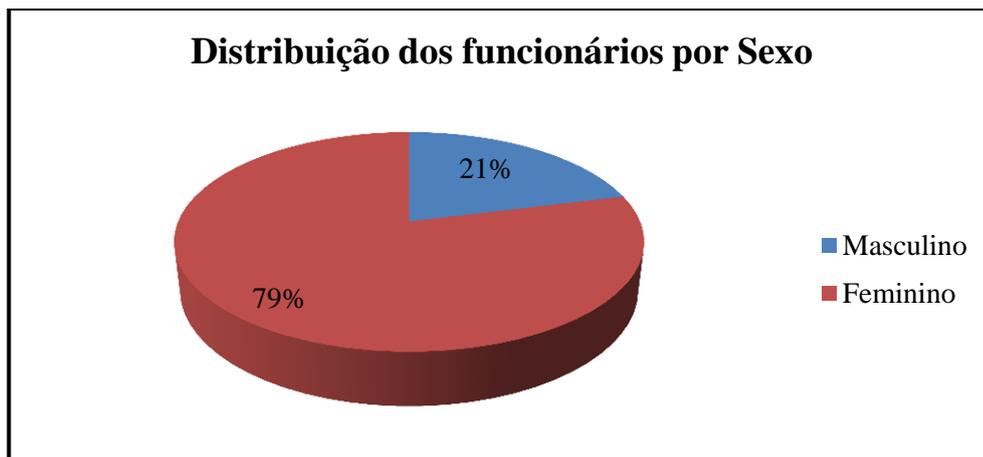
Funcionários	Participantes	Não Participantes
Total: 32	19	13



Dos 32 funcionários da instituição, o questionário foi respondido por um total de 19 participantes os quais exercem diversas funções na unidade escolar. Os 13 restantes não quiseram responder, não estavam presentes na escola nos dias visitados ou estão afastados.

Sexo:

Sexo	Masculino	Feminino
Total: 19	4	15

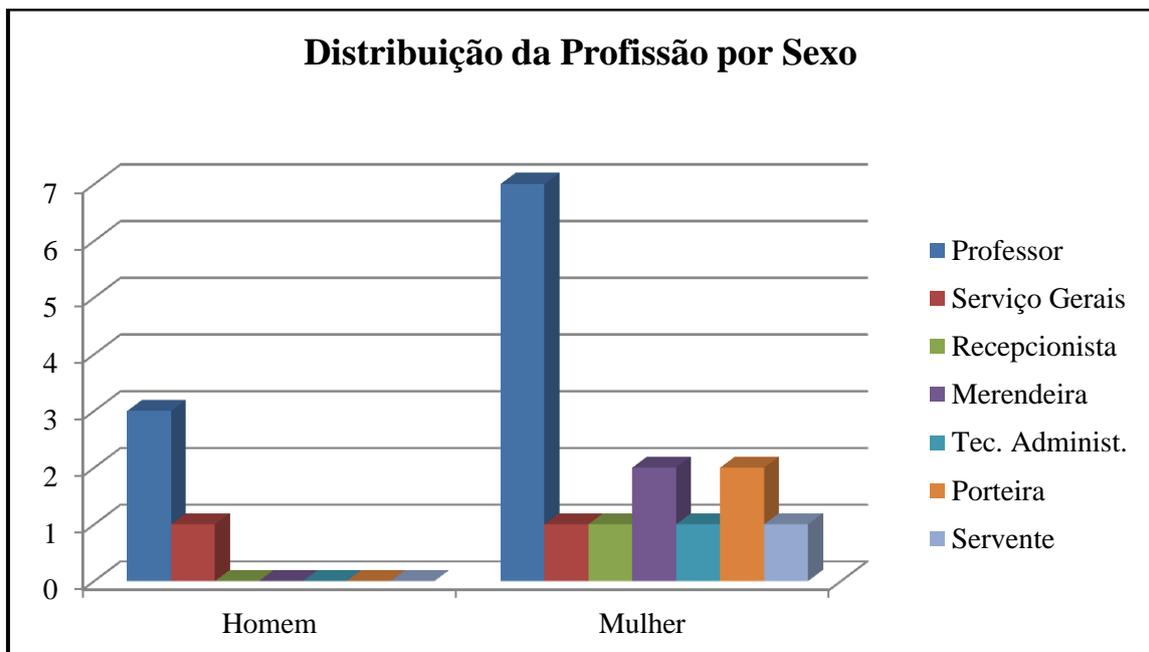
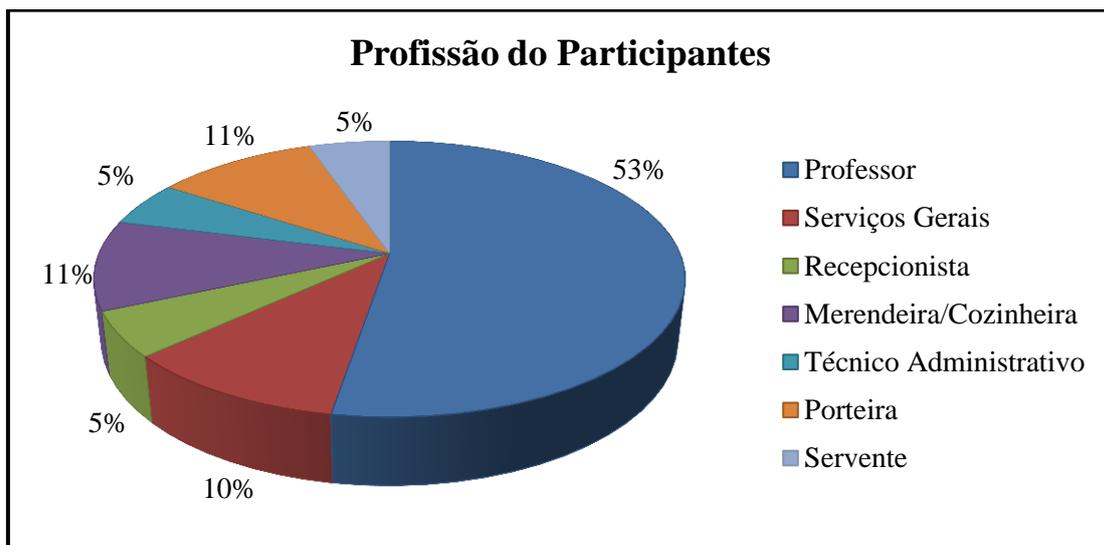


Pode-se perceber que houve uma predominância de mulheres que se dispuseram a contribuir com a pesquisa, havendo um total de 15 pessoas do sexo feminino, e 4 o sexo masculino.

Profissão:

Profissão:	Professor	Serviços Gerais	Recepcionista	Merendeira/Cozinheira	Tec. Administ.	Porteira	Servente
Homem	3	1	—	—	—	—	—
Mulher	7*	1	1	2	1	2	1
Total: 19	10	2	1	2	1	2	1

*Uma professora é fisioterapeuta também.

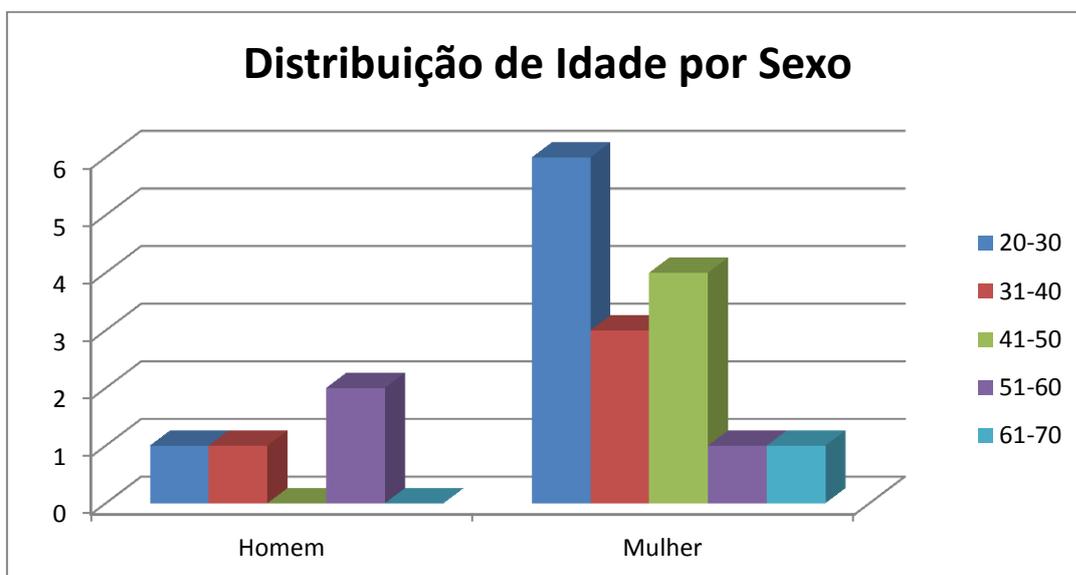
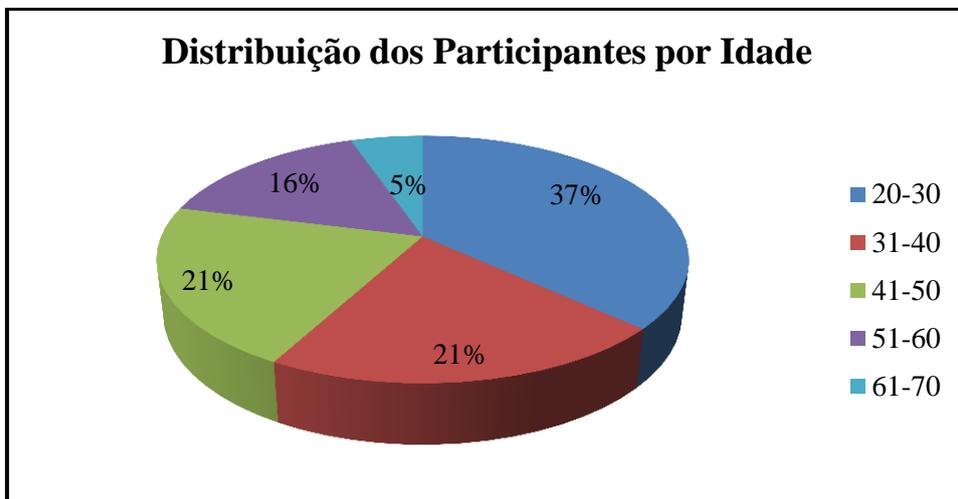


De acordo com a tabela, a maioria dos participantes são professores na instituição, apresentando um total de 10 pessoas, sendo 3 homens e 7 mulheres. É válido ressaltar que

alguns deles não atuam lecionando, exercem outras atividades na escola voltadas para a diretoria e secretaria. Os 9 restantes realizam funções de serviços gerais, recepcionista, merendeira, porteira e servente.

Idade:

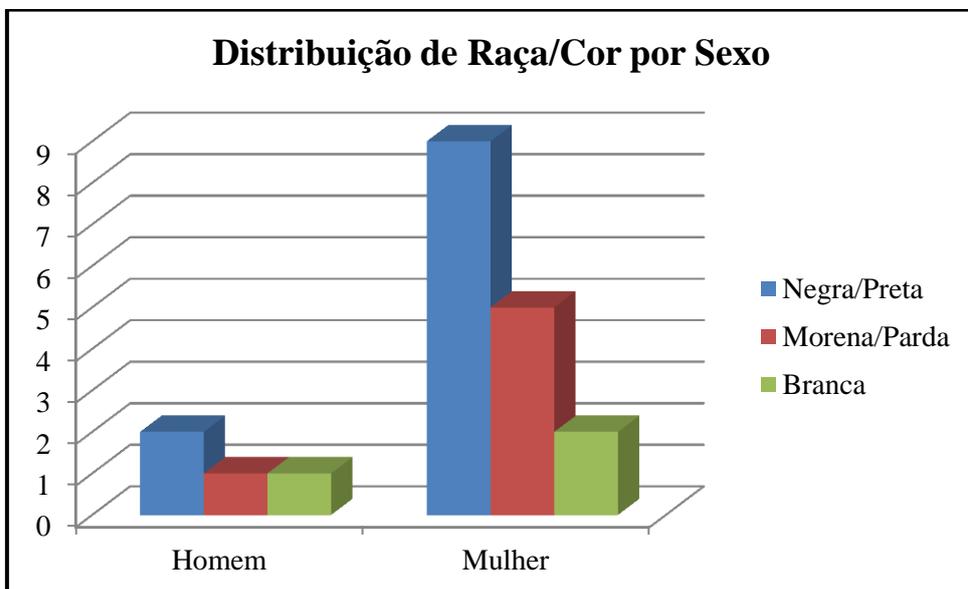
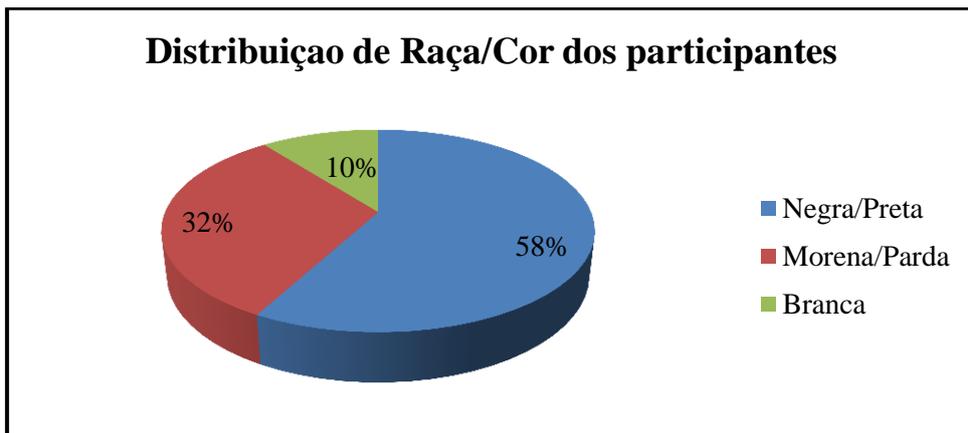
Idade	20-30	31-40	41-50	51-60	61-70
Homem	1	1	—	2	—
Mulher	6	3	4	1	1
Total: 19	7	4	4	3	1



Os participantes apresentam idades variadas entre 22 e 62 anos de idade. A partir das respostas coletadas pode-se perceber que nesta instituição a uma predominância de funcionários jovens trabalhando visto que a uma maior incidência de pessoas com idade entre 20 e 30 anos, gerando um total de 7 profissionais, destes 1 é do sexo masculino e 6 do sexo feminino.

Raça/Cor:

Raça/Cor	Negra/Preta	Morena/Parda	Branca
Homem	2	1	1
Mulher	9	5	1
Total: 19	11	6	2

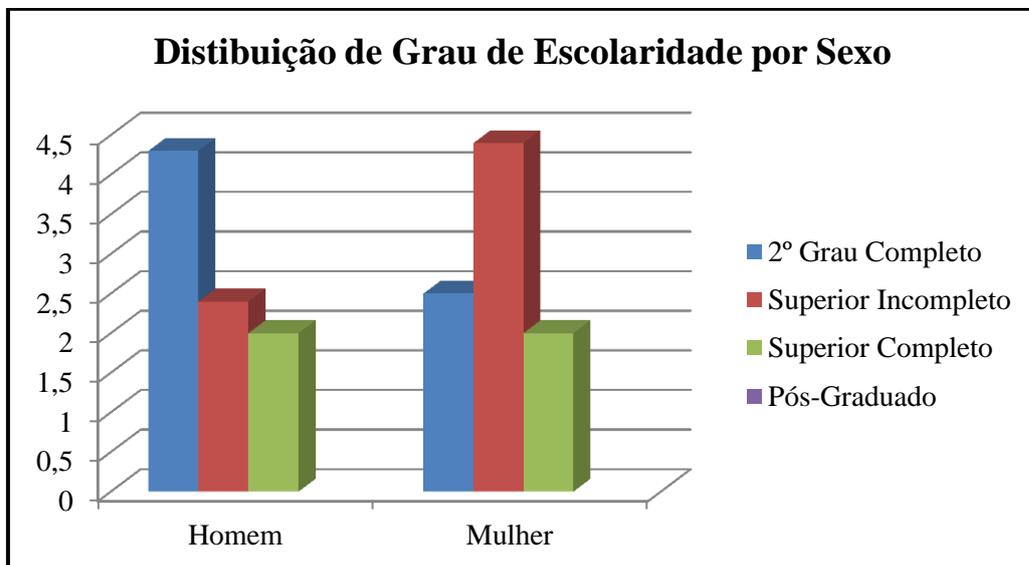
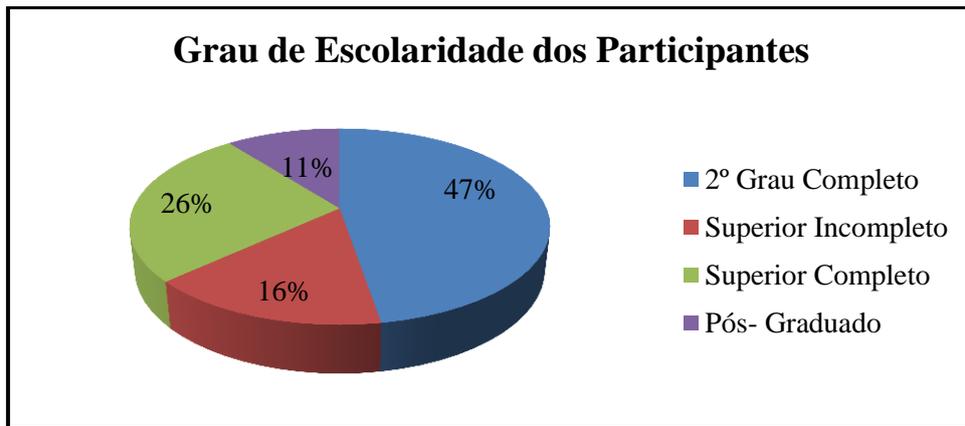


Segundo a análise das respostas a maioria dos participantes da pesquisa são pessoas que se auto determinam de cor negra ou preta, apresentando um total de 11 pessoas, sendo 9 mulheres e 2 homens. Do restante 6 se consideram pardas e 2 brancas.

Grau de Escolaridade:

Grau de Escolaridade	2º Grau Incompleto	2º Grau Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Graduado
Homem	_____	1	_____	2	1
Mulher	_____	8	3	3	1*
Total: 19	0	9	3	5	2

*Especialista



Dos participantes 9 concluíram o ensino médio, sendo 1 homem e 8 mulheres, os 10 restantes estão cursando o ensino superior (3), concluíram esta modalidade de ensino (5), e/ou são pós-graduados (2), sendo estes os que apresentam a formação de professor nos questionários.

Cidade:

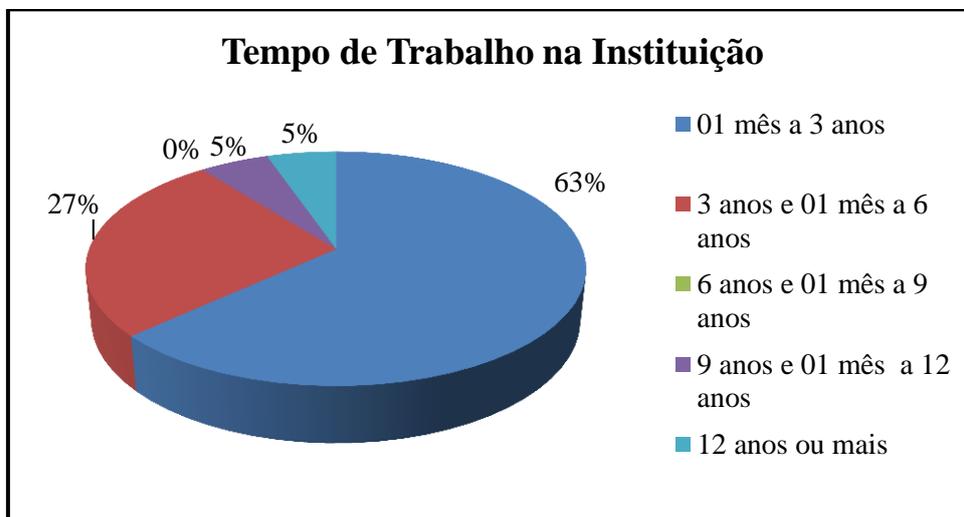
A pesquisa foi realizada na zona rural Capoeiruçu, pertencente a cidade de Cachoeira, Bahia.

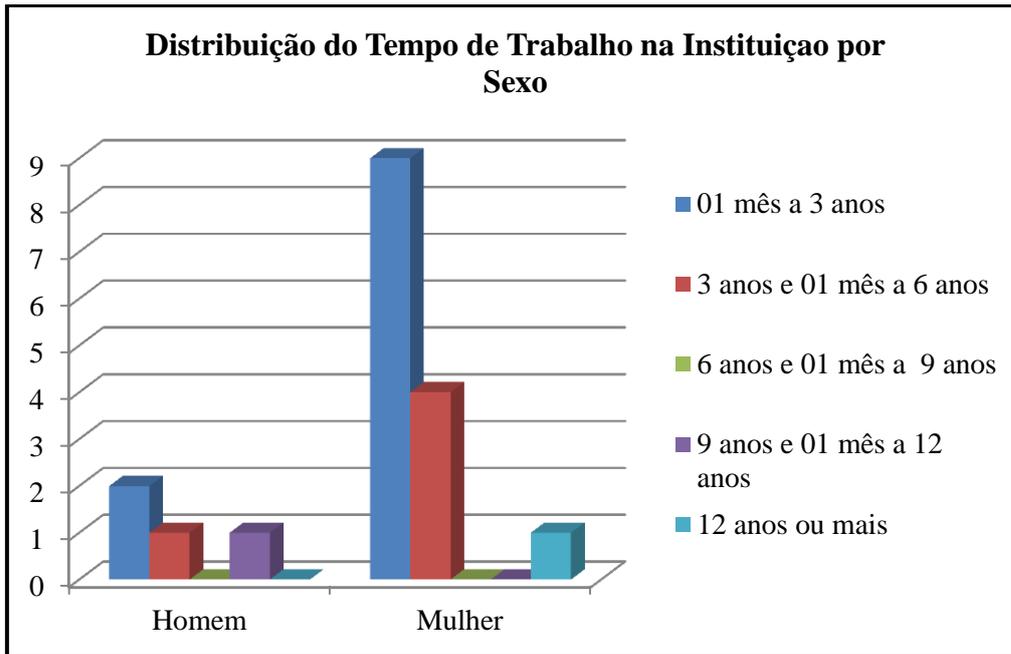
Local de Trabalho:

A instituição de ensino em que foram aplicados os questionários foi o Colégio Estadual Antônio Joaquim Correia.

Tempo de Serviço na Instituição:

Tempo de trab. na Instituição	01 mês a 3 anos	3 anos e 01 mês a 6 anos	6 anos e 01 mês a 9 anos	9 anos e 01 mês a 12 anos	12 anos ou mais
Homem	2	1	_____	1	_____
Mulher	9	4	_____	_____	1
Total: 19	12	5	0	1	1





Segundo as respostas dos questionários o tempo de serviço na instituição varia de 1 mês a 13 anos, sendo que, dos 19 participantes, 12 estão na instituição entre 1 mês e 3 anos, 5 a entre 3 anos e 01 mês a 6 anos, e 2 entre 9 anos a 12 anos.

Pode-se perceber que a maioria dos profissionais, fazem parte do quadro de funcionários a no máximo 3 anos, período este que pode ser considerado relativamente curto comparado com o tempo de atuação de outros profissionais, no entanto é suficiente para conhecer a realidade do espaço de trabalho em que se esta inserido diariamente.

Tópico VI - Análise e Discussões.

Este tópico se propõe a realizar uma análise das respostas escritas pelos participantes do questionário tendo como base a fundamentação teórica voltada para a temática do serviço social na educação.

A seguir se encontram as questões que compõe o questionário juntamente com as respectivas respostas e a análise das mesmas.

Questionário:

1- Você conhece o trabalho do assistente social? Acredita que a presença desse profissional seria importante no ambiente escolar? Se sim porque?

- 1) Sim, importantíssimo por motivos até no caso dos alunos em especial, por que há alunos que andam em ritmo de violência.
- 2) Sim, por que também precisa, em uma hora de emergência já tem. (n conhece)
- 3) Sim, por que ele ajudará o professor a melhor lidar com os problemas dos alunos.
- 4) Sim, por que se torna mais fácil ensinar os próprios adolescentes a viver em um ambiente sociável.
- 5) Sim, por ajudar muitos alunos que de uma forma ou de outra trazem consigo inúmeros problemas.
- 6) Não.
- 7) Um pouco. Sim, acredito que melhoraria a convivência, o trato com as situações complicadas.
- 8) Sim, com certeza. Abordar as questões sociais dos alunos.
- 9) Não. Acredito que sim, por que os alunos seriam acompanhados mais de perto.
- 10) Sim, por que desde que fique diagnosticado situações referentes ao profissional, daí então ficará mais fácil a condução e resolução dos problemas associados.
- 11) Sim, a comunidade não possui um nível de escolaridade e educação adequada para a formação da família.
- 12) Não sei.
- 13) Sim. Sim, pois é um profissional capacitado para trabalhar e lidar com questões sociais.
- 14) Sim, logico que sim, porque os alunos seriam acompanhados de perto por um profissional especializado.
- 15) Não conheço.
- 16) De fato não conheço o trabalho do assistente social. Sei que para exercer a profissão, é necessário inscrever-se no conselho regional de

serviço social. Acredito que a presença do assistente social no ambiente escolar vai ajudar no que diz respeito a possível prevenção de algumas questões sociais. Por ser um trabalho sério e que requer bastante determinação, empenho e comprometimento junto talvez com o gestor, conselho tutelar e a própria secretaria de educação é possível minimizar alguns problemas que existe no ambiente escolar.

17) Sim. Porque a escola junto com os alunos deve lutar pela desigualdade social.

18) Conheço pouco sobre o trabalho do assistente social na educação, contudo considero importante o assistente social no contexto de mediador na consolidação dos direitos sociais prestando orientação social a grupos.

19) Sim, sim, porque ajuda a direção a trabalhar questões sociais com os alunos.

Observando-se as respostas dos participantes pode-se perceber que alguns não conhecem o trabalho do assistente social, ou conhecem, mais apresentam uma visão limitada da atuação do mesmo. Embora a profissão esteja presente no país por décadas é necessário que haja uma maior divulgação do fazer profissional do serviço social para que a população possa reconhecer a importância dessa profissão visto que a mesma atua como um aliado na luta pelos direitos sociais.

Os profissionais que demonstram ter certo conhecimento a respeito do serviço social reconhecem a importância da presença do mesmo no ambiente escolar na medida em que este profissional atuará como mediador na relação família-escola-sociedade, e contribuirá no combate a questão social.

O debate sobre a educação é sempre de grande relevância para a sociedade, em seus múltiplos aspectos, qualidade do ensino, qualificação dos profissionais, métodos de aprendizagem entre outros. Porém fenômenos, como violência, uso e abuso de drogas, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, violência doméstica, têm feito parte dos temas que permeia a educação, - ressaltamos que se engana quem acredita que esses são problemas presentes apenas em escolas públicas – e vêm mobilizando diferentes atores em busca de alternativas que auxiliem no enfrentamento desses problemas.

Diante disso, o que temos presenciado na atualidade é a uma expansão da preocupação com o social. Profissões que antes não sofriam no seu fazer profissional suas consequências, agora se deparam com essa realidade cotidianamente e buscam compreender melhor seus fenômenos. Para o Serviço Social essa expansão abre um novo campo de discussão para a ação profissional. (SCHNEIDER e HERNANDORENA (Orgs.), 2012, p. 7-8)

Neste sentido é válido ressaltar que, o trabalho do assistente social vai muito além do que foi apresentado nas respostas dos questionários, em que a atuação do mesmo foi limitada a questões e problemas dos alunos, porém, segundo Martins (1999), os objetivos da prática profissional do Serviço Social no meio educacional são:

“Contribuir para o ingresso, regresso, permanência da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as expressões da questão social; proporcionar articulações entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.” (MARTINS, 1999, p. 60)

Conclui-se que muito pode ser feito pelo assistente social neste rico espaço de trabalho juntamente com a colaboração de todos os profissionais presentes no ambiente escolar, visto que as várias expressões da questão social que aparecem na escola devem ser “combatidos” através de um trabalho interdisciplinar.

2. Você acredita que existe questão social (problemas como gravidez na adolescência, uso de drogas, bullying, violência, preconceito) no seu espaço de trabalho? Se sim, quais são eles e como a escola lida com os mesmos?

- 1) Não.
- 2) Não.
- 3) Sim, bullying, violência, preconceito. Temos buscado conscientizar os alunos sobre o mal que isso faz.
- 4) Não, mais é um caso a parte que pode acontecer em qualquer ambiente, tanto nas escolas ou em qualquer trabalho.
- 5) Sim, gravidez, drogas, bullying e violência. A escola tenta resolver, convoca os pais, faz palestras e veem outros profissionais do IAENE, e do posto de saúde para fazer projetos com eles.
- 6) Sim, gravidez. A escola lida dando palestras.
- 7) Sim, bullying, preconceito, violência verbal e física. A escola aconselha orienta e adverte.
- 8) Sim, existe todos os citados. A escola tenta orientar os alunos e a família mas é uma questão pontual e sem sequencia.

9) Sim, problemas de gravidez na adolescência, uso de drogas, como são resolvidos eu já não sei.

10) Sim, procura-se orientar através de parcerias como a que temos com o IAENE.

11) Sim, homossexualismo, obesidade, racismo. Buscamos orientá-los com conselhos individuais, palestras e etc.

12) Sim. Brigas, bullying. A escola chama os pais para uma reunião.

13) Sim. Bullying, gravidez na adolescência, evasão escolar, vulnerabilidade às drogas, problemas com a disciplina...

A escola encaminha os alunos a profissionais competentes além de conversar com os alunos e seus responsáveis.

14) Existe muitos casos, muitas jovens engravidam, o colégio chama conversa mais não tem muita experiência como lhe dá com certos casos.

15) Sim. Temos em nosso espaço escolar problemas como gravidez na adolescência. Também temos casos de uso de drogas, tanto as legais e ilegais. O que fazemos é ouvi-los e apoia-los também realizamos algumas palestras na escola sobre o tema.

16) Sim, existe questão social como gravidez na adolescência, bullying, violência e preconceito. a escola tem solicitado a presença dos pais ou responsáveis, além de conversar com o aluno. Os professores também orientam os alunos para não praticar tais ações.

17) Sim. Gravidez na adolescência, uso de drogas. A escola tem visitado os alunos para conscientizar o perigo das drogas enquanto a gravidez a uma parceria com a faculdade da Bahia para maior esclarecimento quanto o uso das prevenções.

18) Sim. A escola trabalha o tema de forma preventiva, conscientizando os estudantes sobre sexualidade responsável, uso de métodos contraceptivos, os prejuízos do bullying e preconceito racial.

19) Sim. Gravidez na adolescência, bullying, a escola tenta conscientizar os alunos através de palestras e conversas individuais.

A partir de uma análise dos questionários pode-se perceber que a maioria dos participantes confirmaram a existência da questão social no seu espaço de trabalho, dentre

eles pode-se destacar como problemas mais citados a violência em geral, tais como comportamentos agressivos e o bullying, a gravidez na adolescência e o uso de drogas.

No que diz respeito a essa problemática que se faz presente no ambiente escolar nos diversos centros de ensino do país, Almeida (2007) afirma que:

A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização de drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a negação da profissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e as precarizações das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social. (ALMEIDA, 2007, p. 8)

Pode-se perceber que a escola é um complexo ambiente em que se fazem presentes as várias expressões da questão social. É válido ressaltar que de maneira alguma a escola e o serviço social sejam os únicos responsáveis pela superação de tais questões, é necessário que haja políticas sociais de qualidade que atendam as necessidades básicas desses sujeitos, no que diz respeito à saúde, segurança, justiça, serviços públicos de qualidade, entre outros.

O ambiente educacional não é o único meio de enfrentamento das questões sociais, mais é um importante espaço de desenvolvimento humano e formação do sujeito propício para a conscientização dos direitos, conhecimento dos valores sociais, e para a formação do pensamento crítico, sendo assim um instrumento no combate a tais problemáticas que se fazem presentes em toda a sociedade.

Segundo as respostas dos questionários, para lidar com as várias expressões da questão social que se fazem presentes no ambiente escolar o Colégio Estadual Antônio Joaquim Correia busca conversar com os alunos e com os pais, advertir a respeito do mal causado por esses problemas e ações, dá conselhos individuais, busca trabalhar os temas de forma preventiva a partir da realização de palestras sobre sexualidade, uso de métodos contraceptivos, os malefícios do bullying e preconceito racial através de parcerias com o IAENE/FADBA (Faculdade Adventista da Bahia) e com o Posto de Saúde de Capoeiruçu.

Apesar da realização de tais ações, segundo os questionários a escola não sabe lidar com algumas situações e não realiza um acompanhamento gradual com o aluno; tais afirmativas podem ser embasadas nas falas das entrevistadas de número 8 e de número 14, a primeira afirma que diante das expressões da questão social que se apresentam neste espaço,

“a escola tenta orientar os alunos e a família mas é uma questão pontual e sem sequencia.” E a segunda alega que “o colégio chama conversa mais não tem muita experiência como lhe dá com certos casos.”

Neste sentido, no que diz ao combate as várias expressões da questão social na escola, Schneider e Hernandorena afirmam que,

Encontrar respostas que deem conta da complexidade da vida em sociedade exigem um esforço e uma construção que é coletiva, sujeitas a tensões e conflitos de ordem sócioprofissional, por isso necessitam ser cooperativas. O desafio profissional está em encontrar novas estratégias de ação. As práticas interdisciplinares e intersetoriais devem convergir para a construção de redes de apoio, tanto em sua dimensão afetiva (solidárias, familiar, etc.), como em sua dimensão social no que tange aos serviços socioassistenciais, como também os serviços das demais políticas públicas, auxiliando-os e colocando-os em condição de igualdade decisória, profissionais e usuários. (SCHNEIDER e HERNANDORENA (Orgs.), 2012, p. 9)

Desta forma pode-se perceber que o colégio necessita da presença de um profissional especializado que possa estar trabalhando com tais questões e realizando as ações devidas juntamente com a escola e com a família.

3- Você acredita que a questão social pode afetar o comportamento e a aprendizagem dos alunos? Se sim, como?

- 1) Sim, por que na questão das drogas eles não aceitam ser julgados e com isso causam vários tipos de problemas.
- 2) Sim, se ele usar alguma coisa ele não vai querer nada com o colégio. A gravidez “impata”, tudo isso.
- 3) Sim, um aluno que tem uma vida social ruim provavelmente terá uma vida escolar ainda pior.
- 4) Sim, por que um aluno que não sabe se relacionar socialmente e dialogar com os seus colegas, fica sempre mais difícil este aluno aprender, quando ele prefere ficar solitário.
- 5) Sim, com participação desses profissionais na escola.
- 6) Sim, com uma participação de maior peso nas escolas e lares.
- 7) Certamente.
- 8) Com certeza, não se aprende com fome, medo ou doente. A mente do aluno precisa estar arada.

- 9) Sim, por que os alunos se afastam das aulas, perdem de ano e ficam atrasados no colégio.
- 10) Sim, a falta de atenção nas aulas, comportamento agressivo e baixo rendimento.
- 11) Sim, se não há uma sociedade bem estruturada não poderá sair delas indivíduos preparados para superar obstáculos e dificuldades.
- 12) Sim. O bullying mesmo, as vezes o aluno ta assistindo aula ai alguém chama ele de um apelido ai já tira a atenção na sala, ai muda o comportamento, pode da briga.
- 13) Muito. Interfere no aprendizado e aproveitamento, no comportamento e disciplina, levando a um baixo rendimento do aluno.
- 14) Claro que sim, em relação as jovens gravidas, elas deixam de frequentar as aulas por conta de certas complicações da gravidez.
- 15) Não, o desenvolvimento psicossocial é igual, porem o meio e as condições influenciam na aprendizagem, pois os estudantes que são filhos de pais analfabetos e que não leem, logo não terão o estímulo para estudar, vem para á escola somente por vir.
- 16) Acredito sim, que a questão social pode afetar o comportamento e a aprendizagem porque desestimulam, não tem gosto pelo estudo. O baixo nível de escolaridade dos pais é um dos fatores negativos porque não estimulam os estudos, fazendo com que haja evasão escolar ou retardamento de aprendizagem.
- 17) Sim. O meio ambiente em que ele vive (Alunos), a falta de oportunidade, a evasão dos pais a escola pode mudar o comportamento e a motivação de aprendizagem dos alunos.
- 18) Sim. A questão social interfere diretamente no comportamento e aprendizado dos educados. Isso pode ser notado na violência, evasão escolar.
- 19) Sim, com a questão social haverá baixa frequência, desmotivação o que resultara em um baixo rendimento.

Segundo as respostas dos participantes a maioria deles reconhece a interferência das expressões da questão social no comportamento e aprendizagem do aluno, a entrevistada nº 13 afirma que a questão social *“interfere no aprendizado e aproveitamento, no*

comportamento e disciplina, levando a um baixo rendimento do aluno”, deste modo, ao atuar neste ambiente o assistente social estaria buscando conhecer a realidade social em que os alunos estão inseridos para assim intervir visando o combate de tais questões.

A escola precisa estar atenta as diferentes formas de expressão da questão social que se fazem presente dentro e/ou fora do espaço escolar, pois segundo as respostas as mesmas interferem diretamente no comportamento e aprendizado do estudante. Além dos problemas enumerados pelos participantes, tais como uso de drogas, gravidez na adolescência, relacionamentos conflituosos, fome, bullying, falta de perspectiva de futuro, falta de estímulo vindo dos pais devido ao baixo grau de escolaridade dos mesmos, e a violência em geral, as escolas também podem se deparar com problemas como o trabalho infantil, altos índices de reprovação, e de repetência, a discriminação de raça/cor, de sexo, de região, de classe social, etc., que podem gerar a falta de interesse, comportamentos agressivos e a evasão escolar.

O Serviço Social terá, dentre suas relevantes funções, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, nas escolas frequentadas por estes, objetivando atuar nestas questões previamente, de forma a saná-las ou atenuá-las.

Os inúmeros problemas sociais que atingem os alunos, mormente aqueles que frequentam as escolas públicas, provocam, sem dúvida, a chamada evasão escolar; um baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade as drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos. (CFess, 2001, p. 22)

Diante da complexidade de tais circunstancias o serviço social deve atuar em conjunto com aos diferentes profissionais da escola, com as famílias, e com o governo, para que assim possa haver uma intervenção mais efetiva, ampla, e significativa.

4- No geral, como os alunos se comportam em sala de aula e no ambiente escolar?

- 1) Normais, mas as vezes são um pouco violentos (nas questão das respostas).
- 2) Eu trabalho no portão, mais no geral é bom.
- 3) Com pouco interesse pelos estudos e levando as coisas sempre na brincadeira.
- 4) Poderia ser melhor, mas o comportamento dos alunos, não generalizando todos, não são dos melhores.
- 5) Alguns não se interessam em aprender e outros brigam demais.

- 6) Alguns realmente têm interesse pelos estudos, já outros, consigo enxergar que o interesse veem dos pais.
- 7) Autoestima baixa.
- 8) Total falta de interesse, agressivos e desrespeitosos.
- 9) São muito agitados, mas não são meninos ruins.
- 10) De maneira normal, exceto alguns que se excedem mas de maneira ajustável.
- 11) Sem muito interesse nos estudos, ou seja não almejam um futuro melhor.
- 12) Fica um empurrando o outro, um mexendo com o outro, brigando, batendo. Não tem um comportamento muito bom não.
- 13) A maioria dos alunos são indisciplinados e desinteressados com os assuntos escolares.
- 14) Eles tem uns momentos explosivos da rebeldia, mas depois de uma conversa legal eles se acalmam, são meninos bons.
- 15) Se comportam como adolescentes e crianças normais, apresentam seus “dramas” normais da idade e as vezes com um agravante que é a falta de comida.
- 16) No geral, são inquietos, sem interesse. Dizem até que não gostam de estudar. Uns querem ser jogadores, modelo e até mesmo criar animais. Eles pensam em conseguir dinheiro rápido.
- 17) Os alunos na maioria não tem compromisso com o estudo.
- 18) No geral os alunos apresentam-se desejosos por mudanças sociais, contudo ainda se sentem despreparados para enfrentar as questões relacionadas a desigualdade e luta entre classes.
- 19) São bastante agitados, respondão e desmotivado para o estudo.

No geral os alunos são vistos como “bons meninos”, no entanto às vezes apresentam comportamentos agressivos. Segundo as respostas à maioria deles demonstra falta de interesse pelos estudos, alguns têm baixa autoestima, são agitados e se comportam de forma desrespeitosa.

Neste sentido Barbosa (2003), afirma que,

Das múltiplas queixas das profissionais da educação contemporânea, talvez a mais recorrente seja aquela que desponta sob a alegação de “problemas de relacionamento

interpessoal” em sala de aula. Indisciplina, agressividade, revanchismo e apatia são alguns sintomas levantados pelos educadores. (BARBOSA (Org.), 2003, p.378)

Com relação a tais comportamentos, certos profissionais destacam a influencia de fatores externos aos mesmos, como é o caso da participante n° 15 que em sua resposta afirma que os alunos “*Se comportam como adolescentes e crianças normais, apresentam seus “dramas” normais da idade e as vezes com um agravante que é a falta de comida.*”

Além da questão da fome, outros inúmeros fatores também podem influenciar no comportamento e interesse dos estudantes, dentre eles a falta de perspectiva de futuro, crenças e hábitos, o método pedagógico utilizado pelos professores e a motivação dos mesmos, o ambiente escolar, o relacionamento com os pais e familiares e a não formação educacional dos mesmos, questão esta que foi retratada em respostas a pergunta anterior, visto que alguns participantes afirmaram que muitos pais não concluíram os estudos.

Com relação ao interesse dos alunos, fator mais destacado pelos profissionais participantes da pesquisa, Rangel (2005) afirma que,

No campo didático, são fontes de incentivos: as relações humanas, que se refletem nas relações de ensino e aprendizagem; os métodos; a organização e a sistematização do processo de ensino e aprendizagem; e a reconstrução do conhecimento pelo aluno, em parceria com o professor e com os colegas. Nesta discussão de fatores existenciais e didáticos, é interessante também observar algumas possíveis dificuldades às motivações. A sobrecarga emocional, as ansiedades, as tensões, tanto quanto o rigor da auto ou heteroavaliação, são alguns exemplos. Os processos de exclusão são fatores (dos mais fortes) de frustrações e desmotivação. (RANGEL, 2005, p. 63)

A motivação e satisfação profissional dos professores exerce uma grande influencia no desempenho, nas emoções e no interesse dos alunos em relação aos estudos, visto que a mesma contribuirá para estabelecer a forma como ele se relaciona com os discentes, assim como para a escolha do método de ensino e dos recursos a serem utilizados. (GUIMARAES, 2004)

Segundo Jesus (2004), o estabelecimento da educação como algo obrigatório e um direito de todos os cidadãos,

“Contribuiu para que muitos alunos frequentassem a escola encarando-a não como um direito, um espaço de desenvolvimento pessoal e interpessoal, mas como uma obrigação, um dever, uma fonte de insatisfação e de incertezas, manifestando em relação a ela desinteresse, traduzido frequentemente em comportamentos que dificultam a atividade do professor na sala de aula e que contribuem para a sua falta de motivação profissional [...]. Simultaneamente a profissão docente se tornou pouco seletiva, levando a que muitos a exercessem sem habilitações específicas, com pouca qualificação e preparo profissional, criando a base do estereótipo

“qualquer um pode ser professor”, permitindo o funcionamento da educação escolar com “mão-de-obra barata”. Além disso, muitos tem ingressado na profissão de forma transitória, por falta de outras alternativas profissionais, e não por vocação ou como forma de realizar um projecto profissional anteriormente definido. Assim, muitos dos sujeitos que ingressam na profissão docente apresentam uma baixa preparação e, provavelmente, baixa competência profissional, para além de uma reduzida motivação para a profissão docente. [...] (JESUS, 2004, p. 195)

Outro fator que desestimula o profissional docente são os baixos salários, que além de gerarem uma desvalorização da profissão contribuem para que muitos trabalhem em mais de um colégio ou que exerçam simultaneamente outras atividades laborativas causando assim uma sobrecarga e diminuição de sua dedicação as tarefas docentes. Além deste podem ser citados de as condições de trabalho, no que diz respeito a superlotação das salas, a falta de estrutura e de materiais. (JESUS, 2004)

Com relação a desvalorização da profissão do educador Freire (1996), afirma que:

O desrespeito à educação, aos educandos, aos educadores e às educadoras corrói ou deteriora em nós, de um lado, a sensibilidade ou a abertura ao bem querer da própria prática educativa de outro, a alegria necessária ao querer bem docente. É digna de nota a capacidade que tem a experiência pedagógica para despertar, estimular e desenvolver em nós o gosto de querer bem e o gosto da alegria sem a qual prática educativa perde o sentido. [...] Mas é preciso, sublinho, que, permanecendo e amorosamente cumprindo o seu dever, não deixe de lutar politicamente, pelos seus direitos e pelo respeito à dignidade de sua tarefa, assim como pelo elo devido ao espaço pedagógico em que atua com os alunos. (FREIRE, 1996, p.142)

Desta forma pode-se perceber que o desinteresse dos alunos e a insatisfação profissional são complexas questões relacionadas que se fazem presentes no ambiente escolar as quais não podem ser resolvidas unicamente pelo serviço social ou por qualquer outra categoria profissional isolada, mais sim, requerem ações de cunho multiprofissional e governamental para que haja melhoras nas condições de trabalho, aumento salarial, mudanças nos materiais utilizados e na metodologia de ensino, além de outras ações que venham estimular o aluno em relação ao ensino e motivar os profissionais docentes.

“O Serviço Social no âmbito educacional tem possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar.[...] A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam o processo que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva.

Outra contribuição fundamental a ser dada pelo profissional de Serviço Social está especialmente vinculada à proporcionar o devido encaminhamento aos serviços sociais e assistenciais, que muitas vezes são necessários aos alunos de rede pública que apresentam dificuldades financeiras, contribuindo para a efetivação do direito a educação.” (CFESS, 2001, p. 12)

Neste sentido o serviço social procuraria atuar em conjunto com os outros profissionais de educação na busca pela conscientização do aluno a respeito da importância da educação para a formação e emancipação do sujeito. Como profissional que atua diretamente com a questão social o assistente social buscaria analisar e elaborar propostas de inclusão social que se adequassem a realidade social de cada estudante, trabalhar as relações interpessoais e realizar parcerias para garantir os direitos sociais e que os mesmos pudessem desfrutar de uma educação plena.

É válido ressaltar que o assistente social deveria voltar os seus olhos também para os profissionais de educação e familiares, visto que seu público alvo não se limita aos alunos, mais abrange a toda a comunidade escolar, desta forma em sua atuação o mesmo deve realizar encaminhamentos e procurar meios de auxiliar esta população na garantia dos seus direitos.

5- O que você poderia nos falar sobre a frequência e rendimento escolar dos alunos durante todo o ano letivo? Quais são os desafios em relação a esta temática?

- 1) São frequentes.
- 2) É bom.
- 3) A frequência é boa por que eles não gostam de ficar em casa, mas a desaprovação é alta pelo pouco interesse.
- 4) Eu particularmente fico muito triste ao ver os alunos sem interagir, sem estudar e aprender, outros faltando muito as aulas.
- 5) Alguns vêm com frequência, enquanto outros “não estão nem ai “em aprender faltam muito e “filam” aula.
- 6) (sem resposta)
- 7) Frequência boa, rendimento regular. A escola está realizando o projeto “mais educação” que faz o aluno ficar 2 turnos na escola.
- 8) Existem sim algumas faltas, porém é o rendimento que pasma a nós professores pois ele é baixíssimo. Percebemos ser o retrato da vida deles.

- 9) Não sei, por que trabalho na limpeza e não tenho noção sobre o assunto.
- 10) Frequência regular com algumas exceções e o baixo rendimento escolar em virtude do desinteresse pela escola.
- 11) O rendimento fica abaixo da média em 80% dos alunos. O desafio é alcançar 50% na média de aprovação.
- 12) No geral, pela parte da manhã mesmo que sei, eles vem todo dia. O principal desafio é o desinteresse, outros porque acham um trabalho ai saem da escola.
- 13) Tem alunos que faltam muito e tem baixíssimo rendimento escolar. Despertar o interesse dos alunos.
- 14) Os alunos do ensino regular (Fundamental e Medio) tem uma frequência muito bom, já no ensino EJA tem um número muito alto de evasão o colégio vai atrás desses alunos mas não adianta muito pois os casos são de emprego.
- 15) A frequência de forma geral e regular, o maior desafio e despertar nos estudantes o desejo pelo estudo e um visão de futuro em relação a ele.
- 16) No colégio a frequência é boa, mais na sala de aula deixa a desejar. Quanto ao rendimento escolar durante todo o ano letivo não é muito bom, porque não corresponde ao resultado da aprendizagem esperada. Os maiores desafios em relação a esta temática é fazer com que alunos desestimulados queiram aprender, fazerem as atividades e não serem agressivos com os professores e demais colegas. Trabalhar com projetos sem perder de vista o foco da aprendizagem para que não haja aprovação sem aprendizagem específica.
- 17) Os alunos até frequentam a escola, mas não tem perspectiva de uma vida melhor, de um futuro melhor, pois não acreditam na educação.
- 18) O rendimento dos alunos é mediano. O desafio é motiva-los e incentiva-los a buscar mais conhecimento.
- 19) É visto que no turno da manhã a frequência á assídua já no turno da noite há uma grande evasão, pois muitos trabalham. A escola tem como desafio ir a procura dos alunos para que voltem a frequentar.

A maioria dos participantes respondeu que de maneira geral a frequência dos alunos se qualifica como boa, havendo alguns que se ausentam ou “matam” aula com mais constância. Já o rendimento é relatado como baixo, sendo relacionado a falta de interesse dos alunos.

Deste modo o principal desafio apontado pelos participantes da pesquisa foi despertar maior interesse nos estudantes pela aprendizagem, além deste foram também destacados outros fatores relacionados à questão do interesse, dentre eles: ampliar a visão da perspectiva de futuro, aumentar os índices de aprovação, estimular uma mudança de comportamento visando à diminuição da agressividade, reduzir a evasão escolar, e as faltas sem justa causa.

Com relação ao rendimento escolar a participante de nº16 afirma que:

“No colégio a frequência é boa, mais na sala de aula deixa a desejar. Quanto ao rendimento escolar durante todo o ano letivo não é muito bom, porque não corresponde ao resultado da aprendizagem esperada. Os maiores desafios em relação a esta temática é fazer com que alunos desestimulados queiram aprender, fazerem as atividades e não serem agressivos com os professores e demais colegas. Trabalhar com projetos sem perder de vista o foco da aprendizagem para que não haja aprovação sem aprendizagem específica.”

Esta participante faz uma relevante colocação a respeito da importância de mudanças que desenvolvam um ensino de qualidade onde o foco seja a aprendizagem e não somente aumentar as notas e os índices de aprovação, visto que,

A escola atual está condicionada à adaptação imediata às transformações ocorridas na sociedade, mediante o sucateamento da educação pública, o quadro de profissionais defasados conforme a necessidade presente, e a cobrança incisiva de índices de aprovação, relacionados aos aspectos ensino-aprendizagem e às demandas exportadas do mercado de trabalho, como competência, habilidades ou polivalência. (SCHNEIDER e HERNANDORENA (Orgs.), 2012, p. 24)

Neste sentido Freire (1996), afirma que os mestres devem “saber que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (p.47) Ou seja, o professor tem o papel de conduzir o aluno na construção do conhecimento, o mesmo deve se utilizar de métodos que venham permitir que o estudante seja participante deste processo e não que atue apenas de forma passiva, somente recebendo algo pronto e mastigado, visto que a educação deve estimular o raciocínio, o pensamento crítico e o desenvolvimento de idéias.

No que diz respeito ao método de ensino utilizado pelos professores, Rangel (2005) afirma que,

Uma das articulações metodológicas substanciais do método é a que se faz (e se pretende) entre o método de ensino e o de pesquisa. Alguns dos princípios dessa articulação orientam sua prática: a indissociabilidade entre ensino e pesquisa; o conceito de professor como pesquisador e formador de pesquisadores; o ensino como situação de estímulo e pesquisa; o ensino como orientação e estímulo à investigação, ao trabalho do aluno como pesquisador, ao uso, pelo aluno, de livros, recursos, situações, didáticas, como fontes de conhecimento; a desrotinização do cotidiano de ensino e aprendizagem e o estímulo à curiosidade e ao pensamento científico; a superação da transmissão pela busca e construção do conhecimento. A articulação ensino-pesquisa pode estar presente em todos os métodos, sejam grupais, sejam individualizados. (RANGEL, 2005, p.18)

De acordo com o que foi exposto, os professores têm como importante tarefa buscar meios de tornarem suas aulas mais dinâmicas e interativas para que o interesse dos alunos possa ser despertado, no entanto para que isso seja possível o estado deve prover recursos para que as escolas possam proporcionar as condições necessárias para a atuação dos professores neste sentido.

É válido ressaltar também que a educação deve ser realizada levando-se em consideração o seu caráter revolucionário e transformador, visto que a mesma é uma forma de intervenção no mundo, “intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto seu desmascaramento.” (FREIRE, 1996, p. 98) Neste sentido os profissionais de educação devem buscar realizar uma educação emancipadora, visando auxiliar a construção do pensamento crítico do aluno da sociedade.

Deve-se levar em consideração também a inferência de fatores externos como miséria, desemprego, conflitos familiares, problemas com uso de drogas e o importante papel da família neste processo, visto que a presença e o relacionamento do aluno com a mesma interferem diretamente na aprendizagem e no comportamento do aluno.

Neste sentido o CFESS (2011), afirma que,

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentre outros, tem sido citados como grandes dificuldades de avanço destes alunos. As mais diferentes literaturas têm demonstrado que estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família. O enfrentamento destes problemas constitui-se no grande desafio do sistema de ensino público brasileiro, pois se é responsabilidade e dever do Estado prover a Educação Pública, garantindo o acesso e a permanência do aluno na Escola, conseqüentemente faz parte de sua competência dotar o sistema de infra-estrutura necessária para que seja assegurada a efetivação deste direito. (CFESS, 2011, p. 11)

No que diz respeito ao serviço social, o mesmo deve buscar atuar de forma interdisciplinar visando a garantia dos direitos, o enfrentamento as questões sociais, a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento das relações entre, escola-família-sociedade.

6- Os alunos frequentam a escola em horário oposto ao de suas aulas? Se sim, quais as atividades que eles realizam?

- 1) Sim, há aulas de basquete, computação e outras atividades.
- 2) Sim, vem para o reforço.
- 3) Sim. Muitas, desde a informática, a esportes e reforço escolar.
- 4) Sim, eles frequentam outros horários com outras atividades como este programa do governo o “mais educação”.
- 5) Sim, o “mais educação” com informática, fanfarra, futebol, vôlei.
- 6) Sim, aulas de reforço.
- 7) Sim, reforço escolar, informática e futebol.
- 8) Alguns jogos e fanfarra.
- 9) Sim, o “mais educação”, eles tem aulas de informática, jogos e outras coisas.
- 10) Sim, o “mais educação” projeto que oferece capoeira, fanfarra e precursão e reforço escolar.
- 11) Sim, temos o projeto “mais educação”, os alunos participam de aulas de informática, espanhol, reforço escolar, esportes e etc.
- 12) Tem uns que fazem. Participam do mais educação, que é o reforço e a aula de computação.
- 13) Sim. Aulas de informáticas, reforço de matemática e português e esporte.
- 14) Sim, o mais educação tem aulas de matemática, português, jogos, musica e informática.
- 15) Sim, reforço de língua portuguesa e matemática, esporte, língua espanhola, etc.
- 16) Em 2014 o colégio foi contemplado com O MAIS EDUCAÇÃO! Os alunos que apresentam dificuldades em língua portuguesa e matemática retornam no horário oposto e outros tem aula

de informática, arte e esporte. Mais ainda não se tem um resultado por ser bem recente o projeto.

17) Agora sim porque a um projeto chamado mas educação : Reforço escolar esporte e outros em horário opostos.

18) Sim. No horário oposto os alunos têm aulas de musica, esporte, informática e reforço de português e matemática.

19) Sim, o programa do mais educação, aulas de reforço, musica, jogos e informática.

Segundo os relatos dos participantes os alunos frequentam a escola em turno oposto ao de suas aulas principalmente para participarem do Programa do governo “Mais Educação”.

O Programa Mais educação foi instituído pela Portaria interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da educação – PDe, como uma estratégia do governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral.

Trata-se do esforço para construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso, coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da educação – MeC, da Cultura – MinC, do esporte – Me, do Meio ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da tecnologia – MCT e, também da Secretaria nacional de Juventude, passando a contar em 2010, com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos territórios educativos.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola com seus gestores, professores, estudantes e funcionários. (Ministério da Educação e Cultura – MEC, 2011, p. 6)

O Mais Educação é prioritariamente direcionado para as escolas que apresentam um baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, um indicador que avalia a qualidade da educação analisando os critérios do fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Programa é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica – SEB, através do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE que tem como finalidade auxiliar financeiramente de forma suplementar as escolas públicas e privadas mantidas por entidades sem fins lucrativos visando melhorar as escolas em todos os aspectos, tal programa esta associado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE que tem como objetivo transferir recursos financeiros e auxiliar os municípios, estados e o Distrito Federal

na garantia de uma educação de qualidade por meio da execução de políticas educacionais do MEC.

O Programa Mais Educação apresenta 10 macrocampos para a realização das atividades nas escolas, os quais são: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza, e educação econômica. Cada um deles apresenta uma série de opções, destas a escola deve obrigatoriamente ofertar atividades do macrocampo acompanhamento pedagógico, podendo escolher mais cinco das possibilidades ofertadas.

Dentre as opções o colégio Estadual Antônio Joaquim Correia escolheu ofertar atividades de reforço escolar de matemática e português, esporte (basquete e futsal), aula de informática, horta escolar, banda fanfarra, artes em geral como pintura, teatro, música, etc. As mesmas são ministradas por oficinairos contratados.

Como foi exposto o objetivo do programa é promover um espaço para a ampliação de oportunidades educativas a partir da realização de atividades extraclasse que contribuíssem para a formação do sujeito. Neste sentido o serviço social poderia se utilizar desta abertura para trabalhar as questões sociais dentro da proposta do programa, principalmente no que diz respeito aos macrocampos dos direitos humanos em educação e a promoção da saúde, visto que, no que diz respeito a atuação do serviço social Scheneider e Hernandorena (2012) afirmam que,

A inserção do Assistente Social na educação pública constitui-se em uma das formas de garantir o exercício da cidadania ao aluno, refletido em sua família, por meio da disponibilidade de atendimento e acompanhamento individualizado, como também buscando a promoção da democracia através da abertura de espaços de participação e envolvimento na realidade escolar. (SCHNEIDER e HERNANDORENA (Orgs.), 2012, p. 20)

Dessa forma o serviço social poderia estar atuando de forma multiprofissional potencializando as ações do Projeto no sentido de trabalhar as várias expressões da questão social, assim podem ser realizadas palestras, oficinas, rodas de conversa, entre outras atividades que poderiam estar trabalhando de forma dinâmica tais questões.

7- Em sua opinião, como acontece a relação entre a família e a escola?

- 1) Algumas são ótimas, mas a maioria não ligam.
- 2) Não tenho o que dizer.

- 3) A maioria das vezes a escola banca a família.
- 4) Os pais deveriam participar mais, nas reuniões o numero de pais e responsáveis é muito pouco.
- 5) Os pais não participam da vida escolar dos filhos.
- 6) A escola está sempre a disposição dos pais, porém parece que eles só se incomodam quando há algum desentendimento com seus filhos.
- 7) Regular, geralmente comparecem quando chamadas.
- 8) Existem pais muito participantes nesse processo, outros não aparecem nunca. A escola faz eventos e tenta essa aproximação, mas poucos veem.
- 9) Acredito que quando os pais vão sempre a escola, eles sabem da vida do seu filho.
- 10) A nossa escola é participativa, tem uma gestão voltada para o bem estar do educando.
- 11) Nas reuniões de pais e mestres a frequência é de 50%, mais são poucas visitas a escola. A escola realiza palestras para os pais.
- 12) Mais ou menos, porque um é diferente do outro, os pais as vezes vem pra conversar, é xingando, as vezes vem brigar ai.
- 13) Não muito boa.
- 14) Ainda tem que melhorar bastante, mais já melhorou bastante ao longo do tempo que trabalho aqui.
- 15) Ainda não é o que podemos considerar exemplar, mas muitos pais vêm à escola e participam regularmente das reuniões, vem melhorando.
- 16) A família de uma grande parte dos alunos se faz presente quando convocados para reunião, outros acham que perdem tempo vindo à reunião e conversar com a direção e professores. Também há alguns pais que vão à escola saber do seu filho por se preocupar com a formação do mesmo.
- 17) Atravéz da visita aos alunos e deles a escola para assistir programação para os pais e responsáveis.
- 18) Essa relação é parcialmente conflituosa, mas amigável na maior parte dos casos.

19) O contato entre o colégio e a família é na reunião de pais e mestres, onde os professores conversam com os pais sobre os alunos.

As respostas apontam que a relação entre escola e família em alguns momentos se apresenta de forma conflituosa e em outros de forma pacífica; foi constatado também que existem pais e/ou responsáveis que são participantes e outros que são ausentes, sendo que a maioria das famílias que comparecem à escola só vão quando são convocadas.

Pode-se perceber então, que a relação entre as famílias e o Colégio Estadual Antônio Joaquim Correia se apresenta de forma fragilizada em que seu vínculo se resume basicamente ao contato obtido nas reuniões de pais e mestres ou em casos particulares em que os pais são convocados para uma reunião; deste modo observa-se a necessidade de mudanças para que haja uma maior aproximação de ambas.

Com relação a essa importância da família e da escola para a criança e o adolescente Dessen e Polonia (2007), afirmam que,

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo. (DESSEN, POLONIA, 2007, p.22)

Desta forma percebe-se que estas duas instituições se complementam e contribuem diretamente na formação do sujeito, devido a essa importância a escola e a família deveriam ser aliadas neste processo de desenvolvimento humano, havendo assim a necessidade de uma maior participação dos pais na vida escolar de seus filhos, e de que a sua relação com a escola seja estreitada e solidificada, ao passo que a boa relação entre a família e a escola interferem de forma positiva no aprendizado e no desenvolvimento do aluno.

Ao entender o valor dessas duas instituições para o desenvolvimento do aluno e a influencia de suas relações com o mesmo o assistente social educacional estaria buscando exercer a sua função de mediador desta relação visando a aproximação da escola com a família assim como de auxilia-la na garantia dos direitos.

Com relação a atuação do assistente social neste estreitamento de laços Santos (2012) afirma que,

A articulação entre as famílias e a escola é uma das tarefas primordiais do assistente social, desenvolvendo contatos com os pais e responsáveis, a fim de estreitar os vínculos destes com a instituição educacional e reforçar o senso de responsabilidade destes pelo desenvolvimento e pela aprendizagem dos filhos. A partir do conhecimento de dinâmicas de grupo, o assistente social pode facilitar o fluxo de demandas, críticas, sugestões, provenientes das famílias, coletar dados e informações para subsidiar as reflexões dos professores e da coordenação pedagógica. Esse trabalho deveria ser concebido e executado de comum acordo entre o assistente social e a implementação de ações que se complementem. (SANTOS, 2012, p. 130)

Neste sentido, o assistente social estaria procurando meios de envolver os familiares na vida escolar do aluno, visando torna-los mais presentes nas atividades escolares, bem como buscando maneiras de promover a valorização da escola e do processo de aprendizagem para a formação do sujeito. Outra importante função deste profissional seria auxiliar na realização do dialogo entre família e escola, visto que este debate viria contribuir para aprimorar o funcionamento do colégio, pois a partir da participação da família na discussão de temas relevantes podem-se estabelecer medidas, estratégias e ações que originariam novas possibilidades, mudanças significativas e positivas na vida da comunidade escolar e consequentemente no auxilio de ambos.

8- Os responsáveis legais tem participação ativa na vida escolar dos alunos? Demonstam interesse pela formação escolar da criança ou adolescente?

- 1) Sim, alguns como já disse são interessados.
- 2) Sim.
- 3) Poucos, a grande maioria da pouca importância.
- 4) Tem muitos pais que participam ativamente, mas deveria ser a maioria.
- 5) Sim.
- 6) Nem sempre, somente algumas vezes, mas isso é raro.
- 7) Alguns.
- 8) Alguns.
- 9) Acredito que muitos sim.
- 10) Sim.
- 11) Na maioria não.

- 12) Tem sim.
- 13) Pouca participação e demonstram pouco interesse.
- 14) Muitos sim, precisa-se melhorar, mais já mudou muito, eles demonstram sim muito interesse.
- 15) Não é muito boa. Poucos pais vêm à escola com mais frequência para saber o desempenho do filho, acredito que com trabalho que a escola realiza pode ser melhor.
- 16) De certa forma, so responsáveis legais demonstram interesse, mais alguns não tem escolaridade, por isso não conseguem orientar seus filhos, outros não moram com os filhos, não estão aí para a formação da criança.
- 17) Não todos, mas uma boa parte acredita na educação do colégio Antônio Joaquim Correia.
- 18) A maioria dos pais se mostra interessado na formação escolar dos estudantes.
- 19) Alguns, posso dizer a maioria.

Segundo as respostas dos questionários uma parcela dos pais e/ou responsáveis legais demonstram interesse pela formação da criança e do adolescente, sendo a maioria desinteressada. Foi constatado também que existe pouca participação dos mesmos, visto que, como já foi apresentado na questão anterior, às famílias raramente frequentam o ambiente escolar.

Dentre as possíveis causas desse desinteresse dos pais e/ou responsáveis pode-se citar a desvalorização da educação e da escola, a descrença de que este é um meio de ascensão social e a não conclusão dos estudos dos mesmos. Neste sentido Dessen e Polonia (2005), apontam que,

Os pais de baixo nível sócio-econômico têm dificuldades ou se sentem inseguros ao participarem do currículo escolar. Os conflitos e limitações na sua participação podem ser produtos de sua imagem negativa como pais, de sua própria experiência escolar ou de um sentimento de inadequação em relação à aprendizagem. Mas, tais limitações também podem estar diretamente ligadas ao corpo docente, como o receio dos professores de serem cobrados e fiscalizados pelos pais, a percepção de que os pais não têm capacidade ou condições de auxiliar os filhos e a ausência de um programa ou projeto que integre pais e professores, em um sistema de colaboração (Marques, 2001, 2002). (DESSEN, POLONIA, 2005, p.306)

Desta forma, a escola deve perceber a importância das experiências e conteúdos apreendidos no lar para o aprendizado do aluno, visto que é de grande relevância e riqueza a

relação e soma de tais conteúdos para a formação do estudante, é válido destacar também que a valorização de tais vivências contribuiriam para despertar nos pais e/ou responsáveis um sentimento maior de utilidade na formação da criança e/ou adolescente. Ambas as instituições devem estar reconhecendo o papel do outro e trabalhando em conjunto com o intuito de potencializarem o processo de aprendizagem, sendo assim necessária a criação de programas e projetos que promovam tal interação.

Com relação a participação dos pais Dessen e Polonia (2005), afirmam que,

Os pais devem participar ativamente da educação de seus filhos, tanto em casa quanto na escola, e devem envolver-se nas tomadas de decisão e em atividades voluntárias, sejam esporádicas ou permanentes, dependendo de sua disponibilidade. No entanto, cada escola, em conjunto com os pais, deve encontrar formas peculiares de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade de pais, professores, alunos e direção, a fim de tornar este espaço físico e psicológico um fator de crescimento e de real envolvimento entre todos os segmentos. (DESSEN, POLONIA, 2005, p.307, 308)

Neste mesmo sentido Dessen e Polonia (2007), apontam que,

As escolas deveriam investir no fortalecimento das associações de pais e mestres, no conselho escolar, dentre outros espaços de participação, de modo a propiciar a articulação da família com a comunidade, estabelecendo relações mais próximas. A adoção de estratégias que permitam aos pais acompanharem as atividades curriculares da escola beneficiam tanto a escola quanto a família. As investigações de Keller-Laine (1998) e de Sanders e Epstein (1998) enfatizam que é necessário planejar e implementar ações que assegurem as parcerias entre estes dois ambientes, visando a busca de objetivos comuns e de soluções para os desafios enfrentados pela sociedade e pela comunidade escolar. (DESSEN, POLONIA, 2007, p.28, 29)

Entendendo esta necessidade o serviço social escolar deve auxiliar neste processo buscando meios de fortalecer os vínculos, a participação e o interesse da família e o combate a possíveis interferências decorrentes das varias expressões da questão social, como também proporcionar um espaço para o diálogo e interação de ambos, e apresentar a importância destas duas instituições para a formação do sujeito, visto que cada uma desenvolve um papel primordial no desenvolvimento humano. Tais medidas devem ser tomadas, pois as experiências vividas em cada espaço contribuem para formação do aluno, no entanto a soma de tais conteúdos e a realização de um trabalho em conjunto família-escola-sociedade pode potencializar o aprendizado. Neste sentido,

A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade. (DESSEN, POLONIA, 2005, p.304)

9- *Em sua opinião, qual o papel da escola e da família na educação e formação do sujeito? Como deveria ser a relação entre estas instituições, e por quê?*

- 1) (sem resposta)
- 2) Cuidar dos alunos, do seu comportamento, deveria ter uma boa relação.
- 3) Toda, a família e a escola são as grandes responsáveis pela formação do individuo e por isso devem andar sempre juntas.
- 4) Na minha opinião é fundamental a escola formar cidadãos, por que a educação já vem de berço.
- 5) Formar cidadãos de bem, ensinar valores e etc.
- 6) De educar e de torna-los pessoas capacitadas para a sociedade.
- 7) A família é a primeira escola, ensina valores e esses valores estão muitas vezes em falta na escola. A relação deveria ser de parceria.
- 8) Tudo. O aluno até chegar a escola recebe toda a base de educação através da família, se a mesma está falida o processo de aprendizagem na escola já está comprometido.
- 9) O papel é de ajudar o aluno a seguir o caminho certo.
- 10) A parceria é importante, pois facilita diagnosticar fatores fundamentais para que tenhamos cidadãos de bem, motivando-os a um futuro promissor.
- 11) Poderia haver mais interação entre ambos.
- 12) Os pais tem que ter a participação e a escola tem que ta observando o aluno principalmente no comportamento. A relação deveria ser agradável um com o outro, porque os professores e funcionários estão educando seus filhos.
- 13) Tanto a escola quanto a família tem papel fundamental na educação e formação do aluno. Deveria ser uma relação de cooperação entre escola e família.
- 14) O papel é instruir o aluno lhe ensinando a ser um cidadão de bem sempre.
- 15) O papel da família e o de educar e transmitir/ desenvolver os valores morais, sociais e religiosos que forma o individuo, bem como

o de dar amor, carinho, etc. A escola cabe a sistematização do conteúdo, a formação intelectual, mas atualmente a escola tem que desempenhar o papel de instruir e educar, pois lidamos com crianças advindos de famílias desestruturadas.

16) Na verdade a escola tem um papel importantíssimo na formação do sujeito, é na escola que se forma sujeito pensante, crítico para escolher seu próprio caminho. A família é quem tem o primeiro contato com o sujeito, no caso o filho. As primeiras orientações são recebidas no lar e a escola dá prosseguimento e nunca perder de vista a parceria da escola com a família. A família muitas vezes não assume seu papel, a escola sendo responsável, e é obrigada a desempenhar os dois papéis.

17) O papel da família junto com a escola é ajudar os alunos a busca o conhecimento e ser motivado a ter sucesso na vida profissional.

18) A família e a escola formam a parceria mais forte na luta contra as desigualdades.

19) A família tem como papel principal na educação dos alunos e a escola tem o papel de dar suporte nessa educação e aprendizagem.

Analisando as respostas dos questionários pode-se perceber que de maneira geral a família e a escola são colocadas como importantes instituições para a formação do ser humano, que cada uma deve exercer o seu papel e que existe a necessidade de firmar uma parceria entre ambas. Os profissionais também apresentaram queixas a respeito de atuação dos pais em suas funções enquanto educadores, relatando que os mesmos deveriam agir mais firmemente transmitindo os valores para as crianças e adolescentes, pois quando isso não ocorre à escola acaba assumindo esta responsabilidade.

Essas colocações podem ser observadas na resposta da participante nº16, a mesma afirma que:

Na verdade a escola tem um papel importantíssimo na formação do sujeito, é na escola que se forma sujeito pensante, crítico para escolher seu próprio caminho. A família é quem tem o primeiro contato com o sujeito, no caso o filho. As primeiras orientações são recebidas no lar e a escola dá prosseguimento e nunca perder de vista a parceria da escola com a família. A família muitas vezes não assume seu papel, a escola sendo responsável, e é obrigada a desempenhar os dois papéis.

A participante nº15 faz uma importante colocação ao afirmar que muitos alunos pertencem a famílias desestruturadas:

O papel da família e o de educar e transmitir/ desenvolver os valores morais, sociais e religiosos que forma o indivíduo, bem como o de dar amor, carinho, etc. A escola cabe a sistematização do conteúdo, a formação intelectual, mas atualmente a escola tem que desempenhar o papel de instruir e educar, pois lidamos com crianças advindos de famílias desestruturadas.

Desta forma pode-se perceber que para que a família tenha condições de exercer seu papel de proteger, prevenir, promover e incluir seus membros a mesma deve estar amparada pelas políticas públicas e pela garantia dos direitos, havendo assim a necessidade direta da intervenção do Estado; no entanto, atualmente a mesa tem apresentado laços fragilizados devido às transformações sociais oriundas do sistema capitalista.

Neste sentido a Política Nacional de Assistência Social-PNAS (2004), aponta a necessidade da focalização das ações na família ao afirma que:

As configurações dos espaços públicos, em termos dos direitos sociais assegurados pelo Estado Democrático de um lado e, por outro, dos constrangimentos provenientes da crise econômica e do mundo do trabalho, determinam transformações fundamentais na esfera privada, resignificando as formas de composição e o papel das famílias. Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa ser também cuidada e protegida. Esta correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso. (Política Nacional de Assistência Social-PNAS, 2004, p. 41)

Com relação a educação escolar e sua importância para o desenvolvimento humano a mesma também vem tomando posição de destaque em alguns aparatos legais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e a Constituição Federal de 1988, que afirma em seu artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

No entanto, embora a família e a escola sejam vistas como importantes instrumentos na formação do sujeito em muitas legislações, a realidade tem exposto um quadro diferente do que é proposto visto que as escolas tem apresentado situações precárias de funcionamento e as famílias relações fragilizadas. Sem o devido amparo do Estado estas duas instituições não conseguem exercer o seu papel de forma plena na educação o que contribui para gerar

cobranças uma da outra, insatisfação e conflitos entre ambas dificultando assim a construção de um bom relacionamento e da formação de um trabalho em conjunto.

Devido a tais necessidades e a complexidade da dinâmica escolar é que faz-se necessária a presença do serviço social neste espaço, visto que,

O Serviço Social, recentemente, tem sido reconhecido como profissão fundamental na perspectiva curricular da educação e ocupado espaços importantes no processo de execução da política educacional. Com isso, tende a deixar o serviço de ações complementares, paliativas e emergenciais. Seu trabalho consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania.

Nesse sentido pensar a dimensão pedagógica e educativa do Serviço Social, é remeter-se a um trabalho desenvolvido pelos profissionais na perspectiva de desmistificar e desvelar a realidade produtora e reprodutora de desigualdades, visando à autonomia, à participação e à emancipação dos indivíduos sociais. Traçar um perfil profissional educativo, representa à profissão a construção de meios para a superação da condição de opressão e de dominação das classes oprimidas e dominadas. (PIANA, 2009, p. 185, 186)

Desta forma o serviço social mais uma vez estaria atuando como mediador de conflitos, buscaria auxiliar no estabelecimento de uma relação sólida entre escola e família, despertar o interesse e ampliar a participação dos pais e/ou responsáveis na vida escolar dos alunos, como também realizar encaminhamentos, trabalhar as questões sociais visando efetivar a garantia dos direitos cidadãos não só dos estudantes mais de toda a comunidade escolar.

10- Você acredita que os conflitos vividos em casa e na comunidade influenciam ou influenciaram no comportamento do aluno no ambiente escolar? Se sim, como?

- 1) Sim, se ele sofre violência em casa, ele se acha no direito de fazer o que quer. E não é assim, tem que ter conversa e não violência.
- 2) Sim, depende do comportamento de casa, ele vira o comportamento na escola também.
- 3) Sim, aluno mal amado pelos pais será aluno sem amor pela escola.
- 4) Sim, um aluno para poder estar com a mente voltada ao estudo, ele tem que estar sempre em um ambiente legal, feliz, onde se sinta bem.

- 5) Sim, por que os alunos já trazem de casa aquilo que eles já veem e muita das vezes alguns pais ensinam que é daquela forma que eles devem agir.
- 6) Algumas vezes sim.
- 7) Sim, o rendimento cai.
- 8) Com certeza. O emocional desse aluno está doente, em conflito, causando varias barreiras para seu aprendizado. Há bloqueios. A resposta de muitos alunos vem de forma agressiva.
- 9) Sim, por que se a criança é agressiva em casa ela ia ser no colégio também.
- 10) Claro, pois desde quando você não tenha uma vida domestica exemplar, ou more em uma comunidade que seja violenta é claro que isso afeta o comportamento, ocasionando assim transtornos emocionais.
- 11) Sim, a formação do individuo começa no lar, tudo que ele recebe no lar afeta sua mente e ele traz para a escola, bons atos e maus principalmente.
- 12) Sim. Porque o que eles veem lá em casa eles trazem para o colégio, se em casa ta num ambiente bom, na escola vai ser a mesma coisa.
- 13) Sim. Deixando os mas indisciplinados, agitados, prejudicam na concentração e no aprendizado.
- 14) Sim, alguns alunos tem uns comportamentos no colégio estranho na rua e daí quer reproduzir o mesmo comportamento no colégio, mas ele é chamado pela direção para que aquele tipo de comportamento venha a mudar.
- 15) Sim, se e bem tratado apresentara um comportamento adequado e sem agressividade. Se em suas relações externas à escola não é bem tratado, isso refletira na escola no comportamento, sendo rebelde agressivo, ou retraído demais.
- 16) Os conflitos vividos em casa têm influenciado no comportamento, pois muitos sofrem com a ausência da figura paterna, a mãe é quem vai exercer o papel de pai e mãe ao mesmo tempo. A dificuldade financeira, a influência do grupo e a falta de consciência

da importância da educação acadêmica vão influenciar negativamente no comportamento do aluno no ambiente escolar.

17) A escola deve trabalhar junto com a família com o mesmo objetivo pensando no crescimento e no amadurecimento dos alunos.

18) Sim. Agressividade e revolta por parte de alguns alunos revelam conflitos vividos em sua residência.

19) Sim, os alunos aprendem o que vêem em casa, se os pais são agressivos eles vão ser agressivos no colégio.

As respostas apontam que, de maneira geral os profissionais de educação do Colégio Estadual Antônio Joaquim Correia acreditam que as experiências vivenciadas em casa têm grande influência no comportamento do aluno. Tal afirmativa pode ser observada na fala da participante nº 11 ao dizer que,

“Sim, a formação do indivíduo começa no lar, tudo que ele recebe no lar afeta sua mente e ele traz para a escola, bons atos e maus principalmente”.

Dentre as principais questões presentes no lar que podem vir a refletir no comportamento do estudante foram destacadas pelos participantes a agressividade, o relacionamento conflituoso com os pais e/ou responsáveis, o ambiente familiar, a dificuldade financeira, falta de consciência da importância da educação acadêmica, a ausência de afeto e da presença dos pais e/ou responsáveis, em especial do pai na vida da criança e do adolescente. Foi apresentado que tais circunstâncias podem gerar comportamentos de agressividade, violência, falta de interesse, baixo rendimento, barreiras para o aprendizado, indisciplina, agitação, falta de concentração nas aulas, rebeldia, entre outros.

No que diz respeito à influência da família na vida do sujeito Dessen e Polonia (2007), discorrem que,

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família). Essas vivências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e interação social. É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os

membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa. (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 22)

Entendendo a importância social e a complexidade desta instituição, o trabalho realizado com as famílias constitui-se com uma das áreas prioritárias do serviço social, neste sentido para a sua intervenção o profissional deve levar em consideração a realidade de cada núcleo familiar, percebendo que cada família apresenta suas especificidades e necessidades próprias, e a partir de tal percepção é que o assistente social deve atuar visando o fortalecimento das relações familiares e a garantia dos direitos. (SANTOS, 2012)

Tendo em vista que as experiências vividas no lar refletem no comportamento e na aprendizagem do aluno, o profissional que está inserido no espaço educacional deve buscar auxiliar a família e a escola no combate as questões sociais, visto que uma das importantes atribuições do serviço social na educação é procurar meios de acabar com os problemas que interferem negativamente e dificultam a aprendizagem do aluno, tais como violência, abuso, infrequência na escola, uso de drogas, conflitos familiares, entre outras questões. (SANTOS, 2012).

No que diz respeito a esta problemática Schneider e Hernandorena (2012), afirmam que,

Na realidade contemporânea as escolas estão sendo perpassadas por inúmeros fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, os quais têm influenciado diretamente a rotina escolar e o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Nesse contexto, também se encontram alunos com inúmeras demandas, oriundas das realidades sociais vivenciadas pelas suas famílias, as quais ultrapassam as questões pedagógicas do aprender e do ensinar, tendo-se a necessidade do apoio de outros profissionais.

Acredita-se que, mais do que nunca, a escola da atualidade deva romper com as barreiras e estigmas tradicionais, e aliar-se junto à comunidade em uma força-tarefa para a promoção da democratização da educação, na criação de espaços que sejam utilizados como canais de democracia e do exercício à cidadania da população.

Nesse sentido, tem-se a compreensão de quão árduo torna-se essa tarefa, frente a um sistema capitalista neoliberal, comandado pela competitividade, indiferença ao outro e crescimento do individualismo. Dessa maneira, é imprescindível para o sucesso de uma Gestão Escolar, a qual é refletida em toda a comunidade educacional, a consolidação de canais que sirvam como instrumentos de participação, de inserção da família nos espaços escolares, de compartilhamento e acesso às informações e de valorização das realidades locais, as quais têm sua significativa relevância para a construção do Projeto Político da escola.

Aliado a esse contexto, o Assistente Social na educação é o profissional propulsor para que haja essa ebulição no processo de democratização da escola, na contramão do ideário neoliberal, em que a participação, como categoria social, é o eixo fundamental para a construção de uma nova proposta do papel da escola, do ensino e da educação, observando-se a complementaridade da Gestão Escolar e Serviço Social, na eficácia de uma educação transformadora. (SCHNEIDER, HERNANDORENA (Org.), 2012, p.26)

Dessa forma, entende-se que a atuação do assistente social na escola não se limita ao trabalho realizado no espaço escolar, voltados exclusivamente para os alunos e os funcionários da instituição, mas sim, abarca uma ampla esfera de usuários também composta pelas famílias, pois para atingir o aluno de forma integral é necessário atuar no núcleo familiar visto que a mesma exerce uma importante função na formação e no crescimento do indivíduo.

Diante do que foi exposto conclui-se que o fazer profissional do assistente social neste contexto tem como foco encontrar meios que possibilitem a resolução das problemáticas sociais a partir de atendimentos individuais e de grupo com os alunos, com as famílias e/ou com a comunidade, realização de encaminhamentos, informações, orientações, elaboração e realização de projetos educativos que trabalhem tais questões, dentre outras funções, bem como contribuir para que a educação exerça o seu papel emancipatório e transformador. (SCHNEIDER, HERNANDORENA (Org.), 2012)

11- A escola realiza alguma atividade educativa que trabalha os direitos e a questão social na comunidade? Se sim, quais?

- 1) Geralmente protestos educacionais e a atividade de fanfarras (grupo musical).
- 2) Não sei dizer se as professoras em sala dizem alguma coisa, mas deveriam falar.
- 3) Sim, estamos sempre fazendo palestras sobre temas diversificados, voltados para a formação deles como cidadãos.
- 4) Sim, desde quando a escola se disponha a aceita-lo como integrante, a fazer parte do colegiado estudantil ela já está fazendo integrado a formar um cidadão educado e com conhecimentos básicos.
- 5) Palestras, projetos.
- 6) Não tenho conhecimento.
- 7) Fanfarra, projeto contra as drogas.
- 8) Sim, aulas educativas, palestras e eventos.
- 9) (sem resposta).
- 10) Sim, Tendo a nossa comunidade poucos habitantes, a nossa escola vem desenvolvendo uma preparação com os nossos educandos

e familiares, todo o nosso corpo docente quer dar total apoio assim com a Direc 32, a diretoria regional a qual pertence, também o IAENE com o apoio dos coordenadores e gestores que abriram as portas da instituição oferecendo bolsas de estudo para alunos que foram aprovados no processo seletivo, inclusive com visitação da assistente social da instituição IAENE, a prof.^a Liliane e os seus estagiários.

- 11) Palestras e festinhas.
- 12) Sim. Sempre vem o pessoal no IAENE da palestras sobre drogas, doenças e gravidez na adolescência.
- 13) Não.
- 14) Sim, a fanfarra é um exemplo de um trabalho social voltado a comunidade
- 15) Sim, além de trabalhar com o tema em sala de aula, tem o projeto da fanfarra é algumas palestras.
- 16) A escola realiza uma atividade que eu considero educativa, porque mexe com a autoestima e estimula estudar mais para permanecer na banda como também estimulam outros não só estudar como fazer parte do alunado, palestras referentes a direitos humanos, sexualidade, saúde entre outros.
- 17) Projetos da água, projeto da feira de ciência e progamações para os pais e responsável.
- 18) Os professores atuam de maneira integrada, em suas aulas, para despertar o senso critico de seus alunos. Por meio de estratégias educacionais, os professores incentivam os alunos a reflexão de sua realidade socioeconômica a da sociedade em que vivem com vistas a torna-los cidadãos conscientes de seus deveres e capazes de exigir politicas publicas necessárias para responder a suas demandas sociais.
- 19) Sim, a fanfarra do colégio.

Segundo a pesquisa, a escola realiza algumas atividades voltadas para o exercício dos direitos e para as problemáticas sociais, foram citadas a participação em protestos educacionais, a fanfarra e as outras atividades propostas pelo Programa Mais Educação, realização de palestras sobre temas variados como direitos humanos, saúde, sexualidade,

projeto contra as drogas, projeto da água e feira de ciências, programações para os pais e/ou responsáveis e abordagem de temáticas em sala de aula.

Foi destacado que algumas dessas ações, principalmente as palestras, são realizadas em parceria com o IAENE/FADBA, a Faculdade Adventista da Bahia que se encontra na localidade (Capoeiruçu). O colégio abre as portas para a realização de estágio e de atividades propostas pelos universitários e/ou professores dos cursos de pedagogia, psicologia, fisioterapia, enfermagem e teologia. Desta forma pode-se perceber que a escola conta com um diferencial positivo e relevante que contribui no trabalho com tais questões.

No entanto para que haja uma ação mais profunda e contínua faz-se necessário a presença de um profissional específico que possa estar maximizando e canalizando as atividades já realizadas e atuando com toda a comunidade escolar percebendo as suas necessidades visando assim intervir através de elaboração e implementação de projetos e ações sociais, atendimentos individuais e grupais, e articulando com outras instituições em prol da efetivação dos direitos.

Segundo o Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2.000 do CFESS, ao assistente social está sendo solicitado colaborar de forma consistente e efetiva com o processo de planejamento, de elaboração e de implementação da política educacional, das seguintes formas: no enfrentamento dos fatores sociais, culturais e econômicos que interferem no processo educacional; na cooperação da efetivação da educação como direito e como elemento importante à cidadania; na elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão, a qualidade do desempenho do aluno; na realização da pesquisa sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; na participação em equipes interdisciplinares (e/ou mutidisciplinares), através da elaboração de programas e projetos que objetivem orientar, prevenir e intervir nas realidades: da violência, do uso de drogas, do alcoolismo, de doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; na realização dos instrumentais técnico-operativos como: visitas domiciliares, estudos e pareceres sociais, plantões sociais, atendimentos diversos para a intervenção na realidade educacional; na busca da integração das políticas sociais como a saúde, educação, assistência social, a atenção às crianças, ao adolescente, ao jovem, à terceira idade e outras, com vistas ao encaminhamento e ao atendimento das necessidades do trinômio: família, escola e comunidade; na possibilidade de uma formação e qualificação permanentes junto aos profissionais da educação, visando ampliar as práticas pedagógicas no atendimento às demandas do cenário nacional e globalizado; na produção de estudos acadêmicos, materializando os conhecimentos teóricos e metodológicos das experiências e das reflexões do Serviço Social e da Educação; na prestação da assessoria às equipes profissionais da área da educação; na supervisão e na coordenação de grupos de estágio em Serviço Social na área da educação; na inserção do profissional nos espaços de educação formal (escola) e não-formal (projetos sócioeducativos). (PIANA, 2009, p. 199)

Neste sentido percebe-se que a presença deste profissional no meio educacional é de extrema importância para potencializar o aprendizado, fortalecer as relações, contribuir no combate as questões sociais, para garantir os direitos e o exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações expostas ao longo do trabalho, constatou-se que a educação nacional carrega uma história marcada pelos conflitos de classes, em que a forma de educar adotada pelos diversos governos que se passaram visava principalmente a formação para o trabalho no intuito de garantir os interesses do capital e não o desenvolvimento completo do ser humano. Muitas modificações foram realizadas no decorrer do tempo no que diz respeito ao planejamento educacional, métodos de ensino, gestão, a própria visão do significado da educação, e a elaboração de aparatos legais, tais como a LDB, a qual trouxe importantes avanços e conquistas dos direitos educacionais, no entanto, a mesma apresenta também grandes desafios e limitações relacionadas a prática da lei e a qualidade do ensino.

Apesar das diversas mudanças pode-se perceber que as contradições do sistema capitalista continuam bastante presentes no sistema educacional brasileiro, e que muito ainda precisa ser feito para que a educação seja aprimorada, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços, ampliar a acessibilidade com o intuito de focalizar o seu objetivo em sua função emancipatória, não apenas visando a transmissão dos conhecimentos, mais também desenvolver o pensamento crítico do sujeito, atuar diretamente na formação do cidadania e da inclusão social.

Além dos próprios problemas existentes nas escolas no que diz respeito ao espaço físico, falta de materiais, de recursos humanos e das limitações dos métodos de ensino, esta instituição também tem que lidar com as várias expressões da questão social, tais como pobreza, fome, conflitos familiares, violência, gravidez na adolescência, uso de drogas, etc.

Entendendo a importância que a educação exerce na formação do indivíduo, e da real interferência da questão social no desempenho, aprendizado do aluno, e nas relações estabelecidas entre a comunidade escolar, a discussão sobre a temática de serviço social na educação veio ganhando força ao longo dos anos. O debate de tal temática nos eventos da categoria possibilitou a elaboração de propostas a nível nacional relacionadas a inserção do assistente social nesta instituição, as quais posteriormente deram origem aos Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, um importante documento que tem como objetivo orientar a atuação do profissional na educação e apresentar a importância do mesmo neste espaço, o qual estaria atuando em favor da garantia dos direitos e da conscientização dos mesmos, da socialização das informações e da ampliação da cidadania.

Segundo a categoria o assistente social inserido neste espaço poderia identificar os aspectos sociais, culturais e econômicos que estão relacionados às expressões da questão social, bem como intervir diretamente no combate aos mesmos. Tal profissional estaria elaborando projetos, realizando visitas domiciliares, encaminhamentos, atendimentos individuais e grupais, reuniões, buscando fortalecer os laços entre família-escola-comunidade, bem como orientar e informar os seus usuários além de encontrar meios para efetivar o acesso aos direitos, em especial a educação.

Diante de tal afirmativa este trabalho se propôs a reafirmar esta necessidade a partir da realização de um estudo de caso qualitativo por meio da aplicação de questionários com os profissionais de educação do Colégio Estadual Antônio Joaquim Correa.

Segundo a análise da pesquisa, o colégio apresenta casos de violência, uso de drogas, gravidez na adolescência, bullying, preconceito, evasão escolar, desinteresse, entre outras formas de expressão da questão social. Constatou-se também que a escola reconhece a importância deste profissional neste espaço visto que a mesma não sabe lidar com tais situações. Os participantes afirmaram que existe a necessidade de haver uma maior participação dos pais na vida escolar dos alunos e de um melhor relacionamento entre ambos, visto que diante dos dados pode-se perceber que os problemas familiares interferem diretamente na vida das crianças e adolescentes.

Desta forma, o objetivo da pesquisa foi alcançado na medida em que foi possível perceber a real necessidade do assistente social na educação, pois o mesmo viria somar com os profissionais deste espaço auxiliando no combate as questões sociais e na garantia dos direitos, potencializando assim a atuação do espaço escolar no que diz respeito a função social que tal instituição exerce na vida dos indivíduos que estão diretamente e indiretamente em contato com ela.

REFERÊNCIAS:

1. ABREU, Maria Aparecida Azevedo. **Educação: um novo patamar institucional**. Novos estud. -CEBRAP, Jul 2010, n.º. 87, p.131-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a08n87.pdf>. Acesso em: 09/09/14
2. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Belo Horizonte, Maio de 2007, B H. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf> Acesso em: 10/09/2014.
3. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação**. In: Caderno Especial n.º 26. Rio de Janeiro, 4. ed. n. 26. 25 nov./ 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>> Acesso em: 9/10 /2014.
4. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **A educação como direito social a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais**. In: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Ed.: Cândida Canêdo. Projeto Gráfico e diagramação: Cristina Maia Ilustrações: Mirella Spinelli Disponível em: http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf Acesso em: 01 de Abril, 2014.
5. BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Formação de educadores: Desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000019.pdf> Acesso em: 30/10/2014.
6. BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 10 de julho de 2014.
7. BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Programa Mais Educação: passo a passo**. Secretaria de Educação (SEB), Brasília, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8202&Itemid. Acesso em: 02/11/2014.
8. BRASIL. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. **Trabalho E Projeto Profissional Nas Políticas Sociais**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Série 3.
9. BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II dos Direitos Sociais, Art. 6º. Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 64, de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 23 fev. 2014.
10. BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação, Art. 205º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15/10/ 2014.
11. BRASIL, Lei n.º 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 23 fev. 2014
12. BRASIL, Lei n.º 8.069/90 atualizado com a Lei n.º 12.010 de 2009, Inclusa Lei n.º 12.594 de 2012 (SINASE), **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer Art. 53º. , 3.ed. Santa Catarina, 2012.
13. BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Mao na Roda, Educação. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/educacao>. Acesso em: 10/11/2014.
14. BRASÍLIA. **Câmara dos Deputados. Educação aprova atendimento de psicologia nas escolas públicas**. Câmara Notícias: Educação e Cultura, 2013. Disponível em:
15. <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/447834-EDUCACAO-APROVA-ATENDIMENTO-DE-PSICOLOGIA-NAS-ESCOLAS-PUBLICAS.html> Acesso em: 20/10/ 2014.
16. BRASÍLIA. Senado Federal. **Projeto de Lei 060/2007, que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais psicólogos/as nas escolas públicas de educação básica**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=50998&tp=1>. Acesso em: 14/10/ 2014.
17. BRASIL. **Plano Nacional de Educação / 98** – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf> Acesso em: 09/09/14
18. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Processos de Contas Anuais - Secretaria de Educação Superior – SESU**. Relatórios de Gestão. Disponível em: <http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14946&Itemid=1064> Acesso em: 18/10/2014.
19. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Processos de Contas Anuais - Secretaria de Educação Básica – SEB**. Relatórios de Gestão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14941&Itemid=1064> Acesso em: 18/10/2014.

20. BRASILIA. Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. **Educação e sua política, a breve história brasileira.** Disponível em: <http://www.criancanparlamento.org.br/?q=node/952>. Acesso em: 29/10/2014.
21. BRZEZINSKI, Iria (org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** -10.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
22. Caderno De Discussão, **Serviço Social Na Educação: Um Olhar a Partir Daqueles que Estão na Formação Profissional** / Ed. 1º. Organizador: Marcela Mary José Da Silva – Cachoeira, BA: UFRB, 2012.
23. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Cartilha Serviço Social na Educação.** Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: < [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf) >. Acesso em: 06/10/2014.
24. DEW32CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação** (título provisório). Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 06/10/2014.
25. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS EDUCACAO.pdf >. Acesso em: 06/10/2014.
26. DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** 2.ed.16.impr. São Paulo: Atlas, 2008.
27. DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. Em Busca de uma Compreensão das Relações entre Família e Escola: relações família-escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 9, n. 2, p.303-312, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>. Acesso em: 04/11/2014.
28. DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, vol. 17, n.36, p. 21-32, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em: 03/11/2014.
29. DOURARO, Luiz Fernandes (org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas.** Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.
30. Editora Abril. **O Beabá da Educação. De Cabral ao Enem: um rápido panorama da história da educação brasileira.**
31. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/historia-educacao/>. Acesso em: 13 de julho de 2014.
32. FALEIROS, Vicente de Paula. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. **Educação X Realidade**, 33(2), p. 63-82, Jul/dez, 2008. Disponível em: < <http://www.seer.ufg.br/index.php/educacaoerealidade/article/viewFile/7064/4380>> Acesso em: 28/10/2014.
33. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
34. FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade.**7. ed. rev. – São Paulo: Centauro, 2005.
35. COSTA, Messias **A educação nas Constituições do Brasil: dados e direções.** (pesquisa, seleção, compilação e organização). – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
36. GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira.** – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.
37. GOLDEMBERG, Ricardo. **Educação Musical: A experiência do canto orfeônico no Brasil.** Pro-Posições, vol. 6 n°3 [18], 103-109. Novembro de 1995. Disponível em: http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/18_artigo_godemberger.pdf
38. Acesso em: 11/09/2014.
39. GOUVÊA, Maria da Conceição Meireles. **O Serviço Social no Espaço Escolar.** In: Cartilha O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Ed.: Cândida Canêdo. Projeto Gráfico e diagramação: Cristina Maia Ilustrações: Mirella Spinelli Disponível em: http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf Acesso em: 01 de Abril, 2014.
40. GUIMARAES, Sueli Édii Rufini; BORUCHOVITCH, Evelyn. O Estilo Motivacional do Professor e a motivação Intrínseca dos Estudantes: Uma Perspectiva da Teoria de Autodeterminação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2004, 17(2), pp.143-150. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n2/22466> Acesso em: 28/10/2014.
41. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** In: Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão (CEFESS – Conselho Federal de Serviço Social) I Edição Ampliada, 2012.
42. JESUS, Saul Neves de. Desmotivação e crise de identidade na profissão docente. *Revista Katálysis*, vol. 7, núm. 2, julio-diciembre, 2004, pp. 192-202, Universidade Federal de Santa Catarina: Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1796/179617806006.pdf> Acesso em: 28/10/2014.

43. MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: **Revista Serviço Social & Realidade**. V8 n° 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.
44. MASCARELO, Débora Cristina. **História da Educação Brasileira: os cursos profissionalizantes do Colégio Polivalente**. Monografia. Cascavel: 2006. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Centro de Educação, Comunicação e Artes Colegiado do Curso de Especialização em História da Educação Brasileira.
45. PALMA FILHO, João Cardoso. **A república e a Educação no Brasil: Primeira república (1889-1930)**. Texto originalmente publicado em. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação* – 3. ed. São Paulo: PROGRAD\UNESP Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.
46. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf> Acesso em: 18 de agosto de 2014.
47. PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: Olhares que se Entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v.18, n.2, p. 182-206, 2009.
48. RANGEL, Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas**. Campinas, São Paulo: Papirus. 2005. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-6SF/PPGEA/M%E9todos%20de%20ensino.pdf> Acesso em: 27/10/2014.
49. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. – 8. ed. – Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1986.
50. SANTOS, Neuma Souza dos. Serviço Social e Educação: Contribuições do assistente social na escola. **Revista Eletrônica Vivências**. Vol. 8, N. 15, p. 124-134, Outubro/2012.
51. SILVA, Carmem Silvia Bissolli da; MACHADO, Lourdes Marcelino (orgs.). **Nova LDB: trajetória para a cidadania?** 3. ed. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
52. SCHNEIDER, Gláucia; HERNANDORENA, Maria do Carmo (Orgs.). **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

APÊNDICE

Nome (opcional): _____

Sexo: () masculino () feminino Profissão: _____

Idade: _____ Raça/Cor: _____

Grau de Escolaridade: _____ Cidade: _____

Local de Trabalho: _____

Tempo de serviço na instituição: _____

Questionário

1. Você conhece o trabalho do assistente social? Acredita que a presença desse profissional seria importante no ambiente escolar? Se sim porque?
2. Você acredita que existe questão social (problemas como gravidez na adolescência, uso de drogas, bullying, violência, preconceito) no seu espaço de trabalho? Se sim, quais são eles e como a escola lida com os mesmos?
3. Você acredita que a questão social pode afetar o comportamento e a aprendizagem dos alunos? Se sim, como?
4. No geral, como os alunos se comportam em sala de aula e no ambiente escolar?
5. O que você poderia nos falar sobre a frequência e rendimento escolar dos alunos durante todo o ano letivo? Quais são os desafios em relação a esta temática?
6. Os alunos frequentam a escola em horário oposto ao de suas aulas? Se sim, quais as atividades que eles realizam?
7. Em sua opinião, como acontece a relação entre a família e a escola?
8. Os responsáveis legais tem participação ativa na vida escolar dos alunos? Demonstrem interesse pela formação escolar da criança ou adolescente?
9. Em sua opinião, qual o papel da escola e da família na educação e formação do sujeito? Como deveria ser a relação entre estas instituições, e por quê?
10. Você acredita que os conflitos vividos em casa e na comunidade influenciam ou influenciaram no comportamento do aluno no ambiente escolar? Se sim, como?

11. A escola realiza alguma atividade educativa que trabalha os direitos e a questão social na comunidade? Se sim, quais?

Respostas:

TERMO DE CONSENTIMENTO

TÍTULO DA PESQUISA: A importância da inserção do Serviço Social na Educação: um estudo de caso do Colégio Estadual Antônio Joaquim Correia, Cachoeira – BA.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB-Coordenação de Serviço Social.

Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado que tem como objetivo principal compreender e apresentar a importância da inserção do profissional de serviço social no ambiente escolar a partir de um estudo de caso realizado no Colégio Estadual Antônio Joaquim Correia situado no município de Cachoeira, no Estado da Bahia.

A minha participação será registrada através da aplicação de um questionário. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Cachoeira, ____/____/20____.

Participante - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Pesquisador - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Orientador – Assinatura: _____

Nome completo: _____